



CAMILA DE FÁTIMA SIMÃO DE MOURA ALCÂNTARA

**Ponto de Memória: experiências etnográficas no
museu *diferente* de Terra Firme, Belém-Pa**

Dissertação de Mestrado

Belém, PARÁ

2016



CAMILA DE FÁTIMA SIMÃO DE MOURA ALCÂNTARA

**Ponto de Memória: experiências etnográficas no
museu *diferente* de Terra Firme, Belém-Pa**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Antropologia pela
Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano de Souza Gontijo

Belém, PARÁ

2016



CAMILA DE FÁTIMA SIMÃO DE MOURA ALCÂNTARA

**Ponto de Memória: experiências etnográficas no
museu *diferente* de Terra Firme, Belém-Pa**

Dissertação de Mestrado

Banca Examinadora:

Prof^ª Dra Luciana Gonçalves de Carvalho (UFOPA)
Examinadora Externa

Prof^ª Dra Renata de Godoy (UFPA)
Examinadora Interna

Prof^ª Dra Rosangela Marques de Britto (UFPA)
Examinadora Suplente

Prof. Dr. Fabiano de Souza Gontijo (UFPA)
Orientador

**Belém, 4 de março
2016**

À minha mãe, Maria Elisabeth,
por ela e para ela, toda minha inspiração.
Para José, meu Zezão,
por todo amor e companheirismo.

Agradecimentos

Chegar até aqui não foi nada fácil, assim como qualquer estudante de pós-graduação enfrentei caminhos de pedras, de obstáculos altos que exigiram sacrifícios e renúncias, mas com fé consegui alcançar à luz da ciência. A Deus, agradeço a paz, a força e a sabedoria que estiveram comigo nessa caminhada. Agradeço, imensamente, ao Padre Romeu aos esclarecimentos da palavra de Deus, uma pessoa amiga com quem recarrego as energias. Agradeço também, as pessoas que trabalham nas igrejas Nossa Senhora do Loreto e Capelania Santo Expedito, em Belém, templos que ajudam a renovar minha fé ao me proporcionarem encontros sublimes com o Pai. A ele, agradeço a oportunidade de viver ao lado de pessoas incríveis que a cada dia ajudam a tornar-me uma pessoa melhor: a família Simão, ao meu pai e sua família e ao meu marido José; pelo companheirismo, amor e dedicação que tem comigo e com tudo que acredito e amo. Muito obrigada, por vocês eu cheguei até aqui!

À minha trajetória profissional devo a Helena Quadros, amiga, madrinha na vida e nos museus, com sua generosidade e companheirismo continua me ajudando a trilhar o meu próprio caminho. Obrigada Helena, obrigada a você e sua família, que me acolhem com muito amor e carinho. Por meio dela, agradeço as lideranças comunitárias do bairro da Terra Firme, pessoas de luta e bravura que me revelaram que as mudanças sociais só são possíveis quando nos permitimos ajudar uns aos outros. Agradeço em nome de Chiquinha, Chicon e Batista; pessoas amigas e muito caras por mim e pelos meus, que se tornaram exemplos de coragem e determinação em minha vida. Ao Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme, que me permitiram realizar essa pesquisa, após dois anos de distanciamento que tive do grupo.

Ao meu professor e orientador Fabiano Gontijo por ter me apresentado a Antropologia, por meio das disciplinas e encaminhamentos fora da sala de aula. A você, obrigada pelas contribuições nesse trabalho, pelo companheirismo acadêmico e principalmente por ter me acolhido nesses dois anos. Por meio dele, estendo meus agradecimentos ao colegiado do PPGA, professores de pulsos firmes que nos permitiram encontros prazerosos de reflexões e trabalhos com nossas pesquisas. Preciso citar o nome do professor Agenor Sarraf, pelas contribuições desde o processo de seleção, a quem sou

grata. Agradeço também aos professores Diogo Costa e Renata de Godoy, pelos futuros desdobramentos dessa pesquisa, ao confiarem em mim um novo desafio a ser seguido. A CAPES, pelo recurso financeiro disponível para realizar esse trabalho. Ao acolhimento e disposição de Antônio Carlos e Dona Marina, que contribuem para o bem-estar de nossos deveres e fazeres. Contudo, gostaria de agradecer a oportunidade que me foi dada pelo programa em desenvolver essa pesquisa e ainda continuar trilhando novos caminhos a partir do curso de doutorado.

Eu preciso agradecer também a outros mestres que me acompanham desde o início da minha trajetória acadêmica, os professores Helena Dóris e Raul Ivan. Agradeço a motivação, empenho e torcida para que eu continuasse na academia. Espero um dia, retribuir esse incentivo proporcionando aos acadêmicos de Turismo reflexões e ensinamentos, que me foram repassados por esses dois grandes professores.

Agradeço com carinho a professora Rosângela Britto por muito ter contribuído nas escolhas dessa dissertação, ao analisar e refletir na banca de qualificação desse trabalho. Agradeço a professora Luciana Carvalho por ter aceitado em conhecer e avaliar minha pesquisa, aguardo ansiosamente suas contribuições.

Aos meus amigos, é necessário o agradecimento, pessoas queridas que ao longo da vida criamos laços de amizade e muito amor. As minhas primas-irmãs Amanda e Samantha pelos sonhos divididos, dores compartilhadas e alegrias extravasadas. A Luana, minha preta mais linda, amiga da maternidade, com quem divido lembranças e projetos futuros. A Bárbara, Thabata, Camila e Janaína; amigas amadas que acompanham essa trajetória há alguns anos, obrigada por torcerem por mim. As PPGATAS, lindas e parceiras: Amanda, Ana Bárbara, Deyse, Maíra e Jaqueline; com quem eu dividir as aflições e alegrias do fazer antropológico e que com o tempo passei a admirar e reconhecer como amigas nessa caminhada. Aos amigos Fúlvio e Mônica, Agatha e Gatinho, Camila e George, André e Liz, Marcelino e Flávia, Franci e André, Jaqueline Lessas, que tem me proporcionado dias mais leves longe dos meus deveres acadêmicos. Obrigada amigos queridos!

Finalmente, agradeço a minha mãe Maria Elisabeth e meu ao irmão Pedro, obrigada por enxugarem minhas lágrimas quando o resultado é negativo, por pularem de alegria quando o resultado é positivo, e por me encherem de esperança quando resolvo voar. A vocês, “todo o amor que houver nessa vida”.

RESUMO

Essa pesquisa é uma etnografia sobre o processo de construção coletiva de um Museu Comunitário no bairro da Terra Firme, Belém-Pa. O bairro localizado na chamada “periferia” de Belém, começou a ser formado no fim dos anos de 1960, através de um processo de urbanização em terras da União destinadas à Universidade Federal do Pará. Devido o descaso do poder público, os moradores são motivados pelas suas necessidades a traçarem estratégias políticas a fim de garantirem direitos básicos, como saúde, educação e moradia digna. Em meio a esse processo surge, em 2009, a iniciativa comunitária Ponto de Memória da Terra Firme que adota a museologia social como principal ação transformadora no bairro. Desse modo, procura-se compreender porque e para que serve um museu no bairro e qual a representação de museu proposta pelo Ponto de Memória da Terra Firme e, ainda, se o Ponto de Memória é um espaço de representação do morador. Por meio da teoria antropológica e do fazer etnográfico, narro minhas vivências, percepções, impressões durante o convívio com os sujeitos do Ponto de Memória da Terra Firme, bem como recordando experiências vividas por mim em outros momentos com o grupo estudado do qual fiz parte como agente/sujeito. O Museu Comunitário nesse trabalho é um processo em construção de mobilização, identificação, ação e cidadania, na qual a comunidade se faz sujeito no ato de formular, executar e manter o museu, emanados a partir das perspectivas da museologia social partem de construções coletivas que utilizam de ações e atividades para a aproximação entre o museu e a comunidade representada.

Palavras - chave: Terra Firme. Ponto de Memória. Museus Comunitários

ABSTRACT

This research is an ethnography on the process of collective construction of a Community Museum in the neighborhood of Terra Firma in Belém, Pará. The neighborhood located in the "periphery" of Bethlehem, began to be formed in the late 1960s, through a process of urbanization in the Union's land for the Federal University of Pará. Because of the indifference of the government, residents are motivated for their needs traçarem political strategies in order to ensure basic rights such as health, education and decent housing. In the midst of this process appears in 2009, the Community initiative of Terra Firme Memory Point Adopting social museology as a major transformative action in the neighborhood. Thus, it seeks to understand why and what it is for a museum in the neighborhood and what the museum representation proposed by the Terra Firme Memory Point, and even if the memory point is a resident of the space of representation. Through anthropological theory and ethnographic do I narrate my experiences, perceptions, impressions during the interaction with the subjects of the Terra Firme Memory Point, and recalling experiences for me at other times with the study group of which I was part as agent /subject. The Community Museum this work is an ongoing process of mobilization, identification, action and citizenship, in which the community is made subject in the act of formulating, implementing and maintaining the museum emanating from the perspectives of social museology depart from collective constructions use of actions and activities to the rapprochement between the museum and the community represented.

Key - words: Terra Firme. Memory point. Community Museums

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Pontos de Memória em articulação para definir os candidatos do Conselho de Gestão Compartilhada/Participativa dos Pontos de Memória.	36
Figura 2: Representatividades civis do Conselho de Gestão Compartilhada/Participativa dos Pontos de Memória.....	39
Figura 3: Consultores locais do Programa Pontos de Memória e equipe técnica do DEPMUS/IBRAM no Palácio da Aclamação em Salvador, Bahia.....	55
Figura 4: Lançamento da exposição Terra Firme: de tudo um pouco, na quadra da Igreja São Domingos de Gusmão, no bairro da Terra Firme.....	56
Figura 5: Localização do bairro da Terra Firme.....	67
Figura 6 Cruzamento das ruas Celso Malcher e São Domingos.....	68
Figura 7: Moradores preparando a terra para a plantação da horta comunitária.....	80
Figura 8: Passeata por melhorias no bairro da Terra Firme	81
Figura 9: A pose de Chiquinha quando foi presidente do CCBJ.....	82
Figura 10: Igarapé Tucunduba.	86
Figura 11: Transportes em Terra Firme	87
Figura 12: Rua Celso Malcher.	88
Figura 13: Barracas de Frutas da Feira Celso Malcher.....	88
Figura 14: Venda de peixe dentro do Horto Mercado Municipal da Terra Firme.	89
Figura 15: Feira do Tucunduba, Rua São Domingos.	90
Figura 16: Shopping Chão da Terra Firme.....	91
Figura 17: Vendedores ambulantes.	92
Figura 18 Registro da Oficina de Inventário Participativo.	102
Figura 19: Registro do Cortejo Cultural – As diversas linguagens da cultura	104
Figura 20: Participantes da Oficina Planejamento e Montagem de Exposição para Museus Comunitário visitando o espaço do Centro Comunitário Bom Jesus.....	107
Figura 21: Protótipo de painéis produzido pela equipe 1.....	107
Figura 22: Dona Maria, vendedora de tucupi (ao centro) no cartaz de divulgação do evento de lançamento dos produtos de difusão do Ponto de Memória da Terra Firme.	113

Figura 23: Primeira reportagem sobre o Ponto de Memória. Chiquinha e Chiconá, respectivamente, na última imagem do lado esquerdo.	115
Figura 24: Receptividade para Hugues de Varine e Tereza Morales na Escola Brigadeiro Fontenelle.	117
Figura 25: Registro de uma das ações realizadas pelo Museu Goeldi no Centro Comunitário Bom Jesus, nos anos de 1990.	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Primeiro Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme	138
------------------------------------------------------------------------------------	-----

ABREVIATURAS

ABREMC	Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários
CCBJ	Centro Comunitário Bom Jesus
COGEPACO	Comissão Provisória de Gestão Compartilhada/Participativa
COMUSE	Coordenação de Museologia Social e Educação
COSAPANPA	Companhia de Saneamento do Pará
DEMU	Departamento de Museus e Centros Culturais
DPMUS	Departamento de Processos Museais
ECFPn	Estação Científica Ferreira Penna
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Agropecuária da Amazônia Oriental
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOFOM	Comitê Internacional para Museologia
ICOFOM-LAM	Grupo de Trabalho em Teoria Museológica para a América Latina e o Caribe
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
LBV	Legião da Boa Vontade
Minc	Ministério da Cultura
MJ	Ministério da Justiça
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
MUF	Museu de Favela
MSTTR	Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadores Rurais
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos para Educação, a Ciência e a Cultura

PM	Pontos de Memória
PPM	Programa Pontos de Memória
PMTF	Ponto de Memória da Terra Firme
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: OS MUSEUS HERÉTICOS	10
1.1 Nova Museologia, Novos Museus.....	12
1.2 Políticas Culturais para Museus	19
1.3 Os Pontos de Memória	27
1.3.1 (Re) Descobrindo o campo	28
1.3.2 O Ponto de Memória da Terra Firme	41
CAPÍTULO II: SOBRE TERRA FIRME	64
2.1 O bairro de lutas e direitos	66
2.2 Caminhando em Terras Firmes	83
2.3 O bairro como um lugar de memória	94
CAPÍTULO III: MUSEU COMUNITÁRIO NO BAIRRO DA TERRA FIRME.....	97
3.1 Um museu <i>diferente</i>	98
3.2 Um museu de portas abertas	120
3.3 Dificuldades e Desafios do Museu Comunitário.....	136
3.3.1 Conselho Gestor	137
3.3.2 Museu em ação	148
3.3.3 O vínculo com o Ibram	153
3.3.4 Minhas Reflexões	161
CONSIDERAÇÕES	165
REFERÊNCIAS.....	169

INTRODUÇÃO

Ao traçar os caminhos introdutórios dessa dissertação, intitulada “Ponto de Memória: experiências etnográficas no museu *diferente* de Terra Firme, Belém-Pa”, passei a me questionar sobre o que seria o *estar lá* e o *estar aqui* no bairro da Terra Firme, conforme nos propõe Clifford Geertz (2009) para a realização de etnografias. O bairro já me era bastante familiar desde menina, quando ouvia de meus tios suas aventuras de moleques no igarapé Tucunduba, que cruza o campus principal da Universidade Federal do Pará (UFPA), lá na Terra Firme. Mas, a inquietação trazida pelas leituras do Geertz (*Ibidem*) me incomodaram, principalmente, por eu ter atuado no lugar em defesa desse museu que pesquiso e passo a narrar a partir de agora. Portanto, passei a me perguntar se o meu *estar lá* não me remetia ao *eu já estivera lá*.

O bairro da Terra Firme, vizinho ao bairro do Guamá – lugar em que cresci e me criei – na chamada “periferia” de Belém, começou a ser formado no fim da década de 1960 através de um processo de urbanização em terras da União destinadas à UFPA, a partir de inúmeras invasões de pessoas procedentes do centro urbano da cidade e do interior do estado do Pará que buscavam melhorias nas condições de vida na aquisição de um espaço para morar. Sem planejamento urbano inicial, o bairro foi sendo constituído com o mínimo de políticas públicas, o que teria implicado na instauração no lugar daquilo que foi chamado de “marginalidade” acentuada provocando diversos acontecimentos lamentáveis que resultaram na má fama de ser um dos bairros mais violentos da cidade de Belém. Entretanto, identifico na Terra Firme um bairro de cidadania ativa em que os moradores reivindicam seus direitos garantidos por meio de associações e do cooperativismo, é a “periferia dos direitos” (Camila Quadros 2014).

Como acadêmica da Faculdade de Turismo da UFPA, fui bolsista do Programa de Iniciação Científica do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) no período de 2008 a 2011, sob a orientação da Profa. Dra. Helena Quadros. Minha pesquisa¹ consistia em registrar a

¹ Denominada “Identificação e levantamento histórico-cultural do Município de Curuçá-Pa, por meio da memória dos atores sociais envolvidos no manguezal”. A pesquisa de IC/MPEG resultou no meu Trabalho de Conclusão de Curso *Ecomuseu: instrumento de valorização da identidade dos atores sociais envolvidos no manguezal do Município de Curuçá, PA* (2011), em autoria também de Bárbara Mourão.

história e a cultura do Município de Curuçá, no Pará, por meio dos sujeitos envolvidos nas atividades de seus manguezais a fim de compor o acervo do futuro Ecomuseu do Mangue². Com o apoio incansável da amiga Bárbara Mourão e de sua família, tive acesso a 18 comunidades e 53 histórias de vidas em Curuçá. No período de realização da pesquisa, minha orientadora e eu recebemos prêmios dentro do Museu Goeldi pelo bom andamento do trabalho científico, dentre os quais o de uma das três melhores pesquisas da Coordenação de Ciências Humanas do MPEG.

No ano de 2009, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) lançou o Programa Pontos de Memória (PPM), tomado por um processo transformador no campo museológico que iniciou na segunda metade do século XX. O objetivo principal era o de apoiar ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social³ a partir da valorização do protagonismo comunitário, partindo do entendimento de que os museus seriam meios de mudança social e desenvolvimento sustentável de comunidades que não tinham a oportunidade de expor seus valores sociais e culturais (Ibram 2016). Para iniciar o Programa o Ibram propôs para 12 comunidades urbanas periféricas a realização de uma Ação-Piloto que consistiria em um experimento prático do PPM.

A Terra Firme foi uma das comunidades selecionadas para participar do PPM, fato que deve muito à atuação do MPEG no bairro. Helena Quadros, minha orientadora até então, coordenava desde o ano de 1985 o projeto “Museu Goeldi leva Educação em Ciência à Comunidade”, em parceria com as comunidades vizinhas ao Campus de Pesquisa do Museu, localizado no bairro da Terra Firme. O projeto que vem desenvolvendo ações socioambientais permitia estreitar relações do museu com a sociedade, tendo como maior parceiro o bairro da Terra Firme. O Ibram, levando em consideração essa parceria, entrou em contato com Helena Quadros para pedir que fosse viabilizada uma visita técnica à comunidade selecionada. E assim, com o comando das líderes comunitárias Francisca Rosa,

²A proposta do Ecomuseu do Mangue é parte de um projeto conveniado entre o Museu Goeldi e o Instituto Peabiru denominado *Escola Casa da Virada*, com investimento do Programa Petrobrás Ambiental. O projeto tinha como objetivo buscar informações biológicas, históricas, culturais e etnográficas sobre o ambiente do manguezal. (MOURA, 2009)

³Usa-se “memória social” na compreensão que a memória é mais do que um fenômeno individual, ela é apreendida e construída também como um fenômeno coletivo e social. Uma vez que a memória leva o sentimento de continuidade dado de um processo individual ou em grupo (HALBWACHS 2006; POLLAK 1992)

Maria Francisca e Eliete Santana – respectivamente conhecidas como Chiquinha, Chicon e Nerci – e com a forte ajuda de Helena Quadros, o Ponto de Memória foi implantado na Terra Firme. Fui convidada a integrar ao grupo de criação da iniciativa por vir atuando dentro do projeto do Museu e devido a minha pesquisa estar relacionada com a proposta na Terra Firme.

Com o intuito de legitimar um grupo que se disponibilizasse a conduzir a iniciativa, trabalhamos durante alguns meses para a formação do primeiro Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme (PMTF), eleito em 2010. Desde então, o PMTF tem por missão a de agregar valor (cultural) à comunidade do bairro da Terra Firme por meio da preservação do patrimônio local, da reconstrução/reconstituição da memória social e da história dos moradores, promovendo, assim, ações museais que visem melhorias para o lugar e para sua gente. Enfim, o PMTF em trabalhando para ser reconhecido como um museu comunitário que represente a identidade coletiva reconhecida pelos moradores.

Recém-formada em 2011, passei a desempenhar também a função de consultora local do Programa Pontos de Memória no bairro da Terra Firme. A função consistia em executar ações e elaborar produtos de difusão que pudessem promover e legitimar o Ponto de Memória dentro da comunidade. Além do compromisso que deveria ter, em primeiro lugar, com a comunidade, em especial com o Ponto de Memória da Terra Firme, assinei um contrato com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) –financiadora do PPM a nível nacional –, a qual me responsabilizava para a execução das ações acordadas entre o PMTF, o IBRAM e eu. E, a partir de então, desenvolvemos três ações/produtos: o inventário participativo sobre as manifestações sócio-culturais do bairro da Terra Firme, a produção da cartilha *Um Ponto de Memória na Terra Firme* e a exposição *Terra Firme: de tudo um pouco*; além de outras atividades menores – mas não menos importantes – que contribuíram para a consolidação da iniciativa.

As atribuições que me foram delegadas dentro do projeto deram-me a possibilidade de vivenciar encontros nacionais do Programa Pontos de Memória, tendo a oportunidade de conhecer algumas experiências de Pontos de Memória pelo Brasil, como na Estrutural, no Distrito Federal, na Maré e no Museu de Favela, no Rio de Janeiro e no Beiru, na Bahia. Isso ajudou a criar um vínculo de amizade com os representantes das comunidades selecionadas

inicialmente, posto que também foram acontecendo consultorias locais. Passei a ser a representante do PMTF nos encontros nacionais, o que resultou em meu ingresso na militância dos Pontos de Memória iniciada pelas doze comunidades premiadas, alguns técnicos do IBRAM e museólogos, sendo o Ponto de Memória da Terra Firme a única iniciativa presente na região Norte até então.

Atuante, como conselheira e consultora, tive que enfrentar diversos desafios dentro da comunidade da Terra Firme e até mesmo dentro do próprio Conselho. Os desafios convergiam aos questionamentos: em que realmente consiste o Ponto de Memória da Terra Firme? É um Museu? É um projeto do Museu Goeldi? É mais um projeto social (pontual e não continuado) do bairro da Terra Firme?

Portanto, em 2013, após a entrega das ações/produtos que estavam sob minha coordenação, renunciei à função de conselheira, visto que meus interesses haviam mudado e eu precisava retomar alguns projetos pessoais que ficaram em segundo plano durante esse tempo. Em reunião do conselho, expus minhas inquietações e meus interesses futuros, mostrando que meu objetivo era ingressar em um Programa de Pós-Graduação para então retornar ao Ponto de Memória da Terra Firme como pesquisadora, com o intuito de melhor compreender a iniciativa e suas implicações dentro do bairro e, assim, contribuir, de alguma maneira, para a consolidação da iniciativa.

Formada em Turismo, atuante dentro da área da museologia social, passei a me interessar pela antropologia com o interesse de aplicar seus métodos e permanecer entrelaçada com suas teorias. Foi assim que submeti meu projeto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da UFPA, ao qual hoje estou vinculada. Após o ingresso ao Programa em 2014, busquei treinar teoricamente meu olhar a fim de torná-lo suficientemente disciplinado, conforme as discussões ou exortações feitas por Cardoso de Oliveira (2006). Cursei disciplinas que contribuíram para o entendimento do que é o fazer antropológico e, com os debates em sala, passei a entender que a pesquisa se revela – de situações e inquietudes – e que após profundas leituras etnográficas poderemos nos preparar para traças diferentes estratégias para o alcance de nossos objetivos.

Portando, essa dissertação trata do início de minhas pesquisas no bairro da Terra Firme com o Ponto de Memória, a partir das minhas experiências com o Conselho Gestor e

os relatos dos conselheiros a mim concedidos. Busquei compreender porque e para que serve um museu no bairro da Terra Firme, qual a representação de museu proposta pelo Ponto de Memória da Terra Firme e, ainda, se o Ponto de Memória é um espaço de representação do morador do bairro. Assim, poderia analisar o processo de construção coletiva de um museu comunitário no bairro da Terra Firme, por meio de relatos, imagens e experiências dos atores sociais envolvidos nesse processo.

Por meio da teoria antropológica e do fazer etnográfico procurei observar e experimentar acontecimentos ainda não revelados. O exercício foi de auto-análise e diversas vezes as ações como militante dos Pontos de Memória foi questionada. Voltar ao bairro como estudante de antropologia me desafiou a perceber lacunas que, como integrante do processo, não consegui perceber. Busquei o olhar de fora para dentro, o que de dentro para fora eu não consegui observar, tentando me diferenciar dos papéis que havia desenvolvido anteriormente dentro do meu próprio grupo pesquisado e do qual fiz parte como agente/sujeito.

Trago nessa pesquisa percepções de dois momentos: 1) integrante do processo como conselheira e consultora do Ponto de Memória da Terra Firme; e 2) pesquisadora observando o modo como o Conselho Gestor do PMTF se afirma enquanto iniciativa de museu – as agências serão apresentadas na narrativa de forma que uma complemente a outra. Em sala de aula, aprendemos que é no trabalho etnográfico que compreendemos o grupo que pesquisamos, pois é em campo que encontramos, enquanto antropólogos, respostas para as seguintes perguntas, já colocadas por Malinowski (1978): *o que dizem que fazem? O que realmente fazem? E o que pensam sobre o que fazem?* Segundo esse autor, é por meio dos atos, discursos e observações que o antropólogo consegue responder a esses questionamentos passando a compreender o funcionamento do sistema estudado.

Portanto, a dissertação que segue procura descrever os atos, discursos e observações do Conselho Gestor do PMTF a fim de analisar o processo museológico instaurado no bairro da Terra Firme, do qual fiz parte ao longo do trabalho de campo e durante minha vivência anterior à pesquisa como integrante do processo. Procurei descrever o que Eunice Durham (1986) chama de participação observante, na qual, enquanto observadora, “a experiência, os

sentimentos, os conflitos íntimos do pesquisador são amplamente descritos e analisados” (*Ibidem*, p. 26).

Em campo, tive que enfrentar imprevistos que me fizeram reorganizar estratégias e assim adaptar-me a situações recorrentes. Desse modo, como propõem Gerald Berreman (1980), busquei dar atenção, enquanto pesquisadora, aos discursos dos interlocutores diretos e indiretos, bem como a eventos e acontecimentos corriqueiros, as inter-relações entre sujeitos e subgrupos formados, a fim de controlar as impressões. Segundo Berreman (*Ibidem*), a “pesquisa etnográfica pode ser vista como um sistema que envolve a interação social entre o etnógrafo e seus sujeitos” (*Ibidem*, p. 141), a qual necessita que o etnógrafo compreenda que os “indivíduos procuram controlar as impressões que os outros deles recebem” (p. 140); por isso, enquanto pesquisadora, necessitei controlar minhas impressões sobre os sujeitos, assim como os deles sobre mim, posto que para o autor isso possui um significado metodológico substancial para os etnógrafos.

Assim, imersa no Ponto de Memória no bairro da Terra Firme, procurei, por meio da etnografia, controlar as atitudes e os pensamentos pré-estabelecidos, além de buscar novas formas de confiança com meus sujeitos de pesquisa, uma vez que o campo não era novo e as respostas poderiam estar cercadas por preconceitos, antes mesmo de se chegar a soluções. Com o exercício diário de controle de impressões, busquei momentos oportunos para perguntar e quiçá realizar entrevistas, assim como propõe Willian Foote Whyte (1980). Nessa pesquisa, não houve entrevistas com roteiros definidos gravadas por aparelhos audiovisuais que nos permitissem uma transcrição exata sobre o que os sujeitos diziam sobre o que faziam. Trago nessa pesquisa uma narrativa construída por mim a partir de vivências e experiências com o Conselho Gestor do PMTF nas reuniões semanais e eventos e ações promovidas que permitiram observar seus atos e discursos estabelecidos e, quando necessário, interrogava, em forma de conversa, o que me levava a reflexões que narro nesse texto.

O principal meio etnográfico utilizado no campo dessa pesquisa foi o da análise situacional proposta por Max Gluckman (1958:1987), posto que o Ponto de Memória da Terra Firme promove oficinas que visam incentivar, capacitar e contribuir para o aprimoramento do conhecimento dos comunitários e eventos de formação e informação

sobre a memória, a história e a cultura do bairro da Terra Firme, consolidando parcerias com organizações civis e o poder público. Segundo Gluckman (*Ibidem*) qualquer evento que envolve ou afeta os seres humanos é considerado uma situação social, definida por ele, como “comportamento, em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões” (p.238). Assim, durante um ano busquei estar presente nos encontros realizados pelo Ponto de Memória com o intuito de observar os acontecimentos e colher relatos dos sujeitos envolvidos.

Foi a partir das discussões levantadas que procurei colocar em diálogo a teoria acadêmica e a empirista (Mariza Peirano 1995), trabalhando com um olhar, um ouvir e uma escrita tematizada “ou em outras palavras, questionados enquanto etapas de constituição do conhecimento pela pesquisa empírica” (Roberto Cardoso de Oliveira 2006, p. 35) a partir de uma negociação entre a pesquisa e/ou o objeto de estudo, parte constitutiva do campo para Cardoso de Oliveira (2004), posto que “quando o antropólogo faz a pesquisa de campo ele tem que negociar sua identidade e a sua inserção na comunidade, fazendo com que sua permanência no campo e seus diálogos com os atores sejam, por definição consentidos” (*Ibidem*, p. 34). Sobretudo, conforme Cardoso de Oliveira (2004) não há possibilidade de pesquisar sem atuar (Cardoso de Oliveira 2004) fato presente nessa pesquisa, no qual me comprometo, por meio da antropologia da ação (Sol Tax 1952 apud Cardoso de Oliveira 2004), com a vida dos sujeitos observados a partir de atitudes éticas e morais durante o exercício prático.

Portanto, o trabalho que narro foi construído a partir de um caderno de campo escrito ao longo da pesquisa de mestrado, no qual relatei minhas vivências, percepções, impressões durante o convívio com os sujeitos do Ponto de Memória da Terra Firme, bem como recordando experiências vividas por mim em outros momentos com o grupo estudado. Utilizei também recursos audiovisuais para coleta de imagens em momentos oportunos que pudessem documentar os acontecimentos observáveis e/ou verificáveis. Recolhi imagens do acervo do Ponto de Memória da Terra Firme acessíveis a mim, bem como fotografias pessoais dos sujeitos pesquisados e de meu acervo sobre a iniciativa, levantado ao longo do

trabalho desenvolvido com o grupo pesquisado. As diferentes formas de registro me permitiram produzir esse texto de forma que cada fonte complementa a outra.

No primeiro capítulo, trato da discussão do conceito de *museu integral* definido e defendido a partir do movimento da Nova Museologia instaurado na segunda metade do século XX, que possibilitou o surgimento dos *museus heréticos* (que partem de iniciativas comunitárias que reconhecem o poder transformador dos museus como espaços de representação e reflexão de suas realidades). E, a partir disso, relato o processo que levou à criação de políticas culturais para os museus brasileiros até a institucionalização do Programa Pontos de Memória, que visa o reconhecimento do empoderamento social em iniciativas de memória e museologia social. Com o interesse de relacionar o movimento da Nova Museologia no Brasil com a política cultural dos Pontos de Memória apresento duas análises de campo, a primeira durante a IV Teia da Memória, evento que ocorreu em novembro de 2014, em Belém, e a segunda, a trajetória do Ponto de Memória da Terra Firme a partir das minhas vivências e experiências com seu Conselho Gestor.

No capítulo seguinte, apresento a história do bairro da Terra Firme a partir das percepções, memórias e vivências de quatro conselheiros do Ponto de Memória da Terra Firme, quais sejam, a Chiquinha, a Chiconá, o Batista e o Zé Maria, lideranças comunitárias que estiveram presentes dentro do processo de formação do bairro na década de 1970. Com o intuito de fazer uma breve etnografia sobre o bairro para perceber as interações que se estabelecem nos espaços sociais, relato sobre uma experiência de micro-olhar sobre o bairro da Terra Firme. Para então, em um terceiro momento identificar o que leva ao processo de musealização do bairro e ao reconhecendo como um “lugar de memória” (Pierre Nora 1993).

Em um terceiro capítulo, procuro correlacionar fatos específicos do Ponto de Memória da Terra Firme com fatos sociais dos museus comunitários a partir das pesquisas de Tereza Scheiner (2012) e Hugues de Varine (1987), que práticas museológicas são próximas à realidade do PMTF pelo mundo afora. Com o interesse de perceber como o processo museológico acontece na Terra Firme que o leva ser *diferente*, descrevo densamente a atuação do Conselho Gestor, das ações desenvolvidas e o vínculo da iniciativa com o Instituto Brasileiro de Museus e o Museu Paraense Emílio Goeldi. Como últimas

considerações, procuro trazer minhas reflexões sobre o Museu Comunitário no bairro da Terra Firme.

Assim, pretendo com a pesquisa contribuir para o reconhecimento do Ponto de Memória como um museu do bairro da Terra Firme, a fim de que o registro sobre o processo museológico implantado no bairro, desde 2009 – trazido nessa pesquisa – possa contribuir para esse reconhecimento. Desse modo, seguem os escritos dessa dissertação, trabalho produzido por mim durante dois anos no curso de mestrado em antropologia a partir de leituras disciplinares, referências bibliográficas sobre o tema e orientações com o Prof. Dr. Fabiano Gontijo, meu orientador nessa pesquisa.

Excelente leitura!

CAPÍTULO I

OS MUSEUS HERÉTICOS

De acordo com o conhecimento da antropóloga Regina Abreu (2007), a antropologia nasceu nos museus, em razão de serem constituídos como lugares em que se visitava para conhecer o “outro” - objeto de estudo da ciência antropológica. “A história da antropologia foi sendo construída na medida em que as fronteiras do mundo ocidental iam-se alargando” (Vergara 2008, p. 128). Portanto, cientizei-me de que a antropologia surge da observação do homem e como ciência procura compreender as suas multiplicidades de variações sociais, culturais e biológicas; partindo do reconhecimento das diferentes sociedades no qual procura compreendê-las e relacioná-las com a sua para identificar e reconhecer o outro.

É a partir do século XVI que o homem passou a ser o centro das reflexões contrariando o pensamento teológico que instituía a verdade sobre os seres e as coisas. Interesse que surgiu a partir das viagens, conhecidas por nós como “grandes navegações”, de descobertas de novos territórios e sociedades. Segundo Mello, “parecia que a Europa despertava. Todos lançaram a tarefa de conhecer tudo a respeito do homem, pondo em prática aquela crença de que ao homem competia traçar seus próprios caminhos” (2013, p. 188). Desse modo, encontro nas afirmações de Lilia Schwarcz que “a descoberta de que os homens eram profundamente diferentes entre si sempre levou à criação de uma cartografia de termos e reações” (2005, p. 113).

Observei que a autora (*ibidem*) refere-se ao surgimento de diversas denominações, classificações e conceitos para justificar a presença do diferente; passando como exemplo a designação “primitivos” usada na Europa para referir-se aos povos “estranhos” da América recém descoberta. Portanto, entendo que é a partir dessa relação de tensão, que os museus vão se institucionalizando, propondo salvaguardar marcos da cultura do outro. No período que se estende do fim do século XIX ao início do século XX, como “objetos etnográficos” eram alvos de colecionamento, classificação, reflexão e exibição. Esses objetos eram recolhidos por antropólogos, arqueólogos e até mesmo missionários ou agentes da

administração colonial que exibiam suas coleções exóticas nos museus ocidentais (Reginaldo Gonçalves 2007).

Esse período chamamos de “era dos museus”, devido ao surgimento dos museus etnográficos, oriundos de coleções científicas formadas a partir de expedições específicas para observar o homem e a multiplicidade, a diversidade e a variabilidade de seus comportamentos e dos objetos a eles atrelados. Em destaque para o Brasil, foi nesse período que surgiram o Museu Nacional, no Rio de Janeiro (1818), o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), em Belém, e o Museu Paulista, em São Paulo (1894).

Contudo, essa pesquisa trata-se dos novos museus, os “museus heréticos” (Varine 2005), que surgem de iniciativas comunitárias que partem da salvação do patrimônio reconhecido e legitimado pelas comunidades “esquecidas”, tornando-se caminhos e estratégias de conquistas desses grupos. Movimento chamado de Nova Museologia, instaurado no fim do século XX que possibilitou a renovação dos museus por meio de uma larga revisão teórica e metodológica (Alice Duarte 2013). Desse modo, apreendo os museus como instituições que salvaguardam as linguagens, categorias e símbolos de uma dada sociedade com o propósito de representar aspectos de sua cultura, sendo meios de afirmação e legitimação de uma identidade coletiva a fim de se tornarem agentes de transformação social no lugar onde atuam.

Portando, para esse primeiro capítulo, trago abordagens teóricas sobre o movimento da Nova Museologia que nos apresenta o conceito de *museu integral* e *museologia social*, norteadores dessa pesquisa, posto que possibilitaram no aparecimento de novos museus e de reformulação em instituições consolidadas. O objetivo é apresentar e analisar a museologia social e suas concepções, sob o viés da antropologia, a fim de identificar os *museus comunitários* como agentes sociais dentro das comunidades onde atuam.

Em um segundo momento, para compreender o processo que levou a criação do Programa Pontos de Memória do Instituto Brasileiro de Museus, em parceria com a Organização dos Estados Ibero-Americanos para Educação, a Ciência e a Cultura, no ano de 2009. Apresento as políticas culturais voltadas para museus brasileiros que partiram de estratégias de marketing do governo para promoção do estado nacionalista que hoje trabalham para o reconhecimento do empoderamento social em iniciativas comunitárias.

Por fim, em um terceiro momento, procuro fazer uma relação com o movimento para uma nova museologia no Brasil e discutir sobre as escolhas feitas pelo governo para seleção das 12 comunidades pioneiras e a atuação dessas para o planejamento, execução e sustentabilidade do programa. A partir da descrição do meu retorno a campo, em novembro de 2014, durante a IV Teia da Memória realizada no 6º Fórum Nacional de Museus ocorrido em Belém, após dois anos de distanciamento do Ponto de Memória da Terra Firme; ao qual faço uma análise situacional a partir da abordagem de Gluckman (1987:1958), visto que nos eventos as pessoas procuram passar as melhores impressões possíveis e obscurecer os problemas e desafios corriqueiros. E ainda, pelas minhas vivências, experiências e percepções sobre a trajetória do Programa Pontos de Memória por meio do processo de formação do Ponto de Memória da Terra Firme, meu objeto de pesquisa.

Então, O capítulo propõe afirmar os museus como agentes de transformação social ao abordar os Pontos de Memória como espaços museais de afirmação e legitimação de comunidades compromissadas com seu lugar e sua gente. Venha comigo descobrir como isso pode ser possível! Boa leitura!

1.1 Nova Museologia, Novos Museus⁴

Identificamos que os museus por muito tempo foram instituições que guardavam “tesouros” da classe dominante, principalmente obras de arte e objetos exóticos obtidos no saque de guerra ou em viagens, e que segundo Feijó, “relegou ao esquecimento as favelas, os bairros históricos, os saberes e fazeres, assim como os demais bens” (2012, p. 1). A Nova Museologia e os novos museus – museus heréticos (Varine 2005) – surgem no fim da segunda metade do século XX (Duarte 2013), em que para Scheiner (2012) representou o início de um sistemático e consistente desenvolvimento da museologia como um campo disciplinar, por meio de elaboração de teorias realizadas ainda nos anos de 1960⁵ levando a

⁴ Parte desse subitem foi publicado no artigo “Os museus, as coisas e as comunidades: novas percepções no bairro da Terra Firme em Belém, Pará” (MOURA, GONTIJO 2015) na Revista Eletrônica Ventilando Acervos.

⁵ Tereza Scheiner (2012) refere-se ao trabalho de Revière, Kinard, Jahn, Gluzinski, Nestupny, Vázquez e Stránský – precursores no estudo da museologia como campo.

criação de documentos e conceitos que exprimem além do trabalho prático do museu a sua função social, cujos fundamentos foram buscados na Filosofia.

A autora (*Ibidem*) atribui-se a esse desenvolvimento a criação do Comitê Internacional para Museologia (ICOFOM), em 1979, do Conselho Internacional de Museus (ICOM)⁶; e ao Grupo de Trabalho em Teoria Museológica para a América Latina e o Caribe (ICOFOM-LAM), criado em 1989; os quais permitiram um conjunto de reflexões que contribuíram para consolidar os estudos no campo da museologia. Percebo então, que é a partir dessas mudanças teóricas que se veio construindo uma rede de significados e significações para o termo museu.

Atentei para o fato de como Scheiner (*Ibidem*, p. 18) percebe o museu a partir do avanço dessas discussões no campo da museologia:

fenômeno, identificável por meio de uma relação muito especial entre o humano, o espaço, o tempo e a memória, relação esta a que denominaremos 'musealidade'. A musealidade é um valor atribuído a certas 'dobras' do Real, a partir da percepção dos diferentes grupos humanos sobre a relação que estabelecem com o espaço, o tempo e a memória, em sintonia com os sistemas de pensamento e os valores de suas próprias culturas. E, portanto, a percepção (e o conceito) de musealidade poderá mudar, no tempo e no espaço, de acordo com os sistemas de pensamento das diferentes sociedades, em seu processo evolutivo. Assim, o que cada sociedade percebe e define como 'Museu' poderá também mudar, no tempo e no espaço.

Logo, passo a compreender que o objeto de estudo da museologia é a atribuição de valor sobre representações humanas (Real), a partir da percepção dos diversos grupos sociais sobre a relação que se estabelecem com o território (espaço), a história (tempo) e a memória em sintonia com os valores de suas próprias culturas – a musealidade. Sabemos que cada sociedade desenvolve uma cultura específica; por isso, cada sociedade percebe e define o museu à sua maneira. Nesse sentido, penso que a museologia vai além da compreensão do que se entende como museu, “é uma ciência que estuda a realidade” (GREGO-ROVÁ apud MENSCH 1994), pois como ciência não podemos delimitar um espaço de atuação.

Aprofundando mais minha busca, descobrir ainda em Sheiner (2012) que a concepção teórica sobre Museu e Museologia entendida no mundo de hoje está profunda e

⁶ O ICOM é uma organização internacional não-governamental que representa os museus e seus profissionais à escala mundial, e que mantém relações formais com a UNESCO.

inteiramente vinculada à idéia de *museu integral*, conceito apresentado e discutido durante o 18º Encontro Anual do ICOM, na cidade de Santiago, Chile, no ano de 1972. Evento que produziu uma carta a partir da Mesa Redonda “A Museologia e o Museu Integral no cenário da América Latina e do Caribe”, que se convencionou chamar Declaração de Santiago. Ao qual definem os princípios base do *museu integral*, ao “consideram que os museus podem e devem desempenhar um papel decisivo na educação da comunidade” (ICOM 1972). A autora, defende que:

o Museu Integral se fundamenta não apenas na musealização de todo o conjunto patrimonial de um dado território (espaço geográfico, clima, recursos naturais renováveis e não renováveis, formas passadas e atuais de ocupação humana, processos e produtos culturais, advindos dessas formas de ocupação), ou na ênfase no trabalho comunitário, mas na capacidade intrínseca que possui qualquer museu (ou seja, qualquer representação do fenômeno Museu) de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória – e de atuar diretamente junto a determinados grupos sociais. O sentido do Museu está, portanto, no seu próprio existir e, nele, “as partes não se distinguem em relação à substância” (Spinoza, s.d., p. 182), embora sejam plenamente identificáveis em sua essência (SCHEINER 2012, p. 19).

Portanto, compreendo musealização como um processo de transformação de um conjunto patrimonial de um dado território em um espaço musealizado cabível de memória e representação. Desse modo, entendo também que o museu, seja qual for sua definição, deve estar destinado a atender as necessidades da comunidade representada, a partir da sua atuação política. Contudo, vale ressaltar que a preocupação em relacionar museus – comunidades já existia antes mesmo da Declaração de Santiago, sendo o conceito de *museu integral* um resultado de um movimento teórico e também político de esferas internacionais como a UNESCO (Sheiner 2012).

Vejo que em resultado dessas mudanças de pensamento e comportamento museológico de acordo com Nélia Dias (2007), surgiram novas designações, baseadas em conceitos que implicaram no surgimento de: museus de sociedade, museus de civilização, museus de culturas, ecomuseus⁷, *museus comunitários*, por exemplo; que ganharam força a partir da consolidação do *museu integral*. Esses museus “abarcaram o território, as práticas, os saberes, as crenças, em suma: o patrimônio natural como cultural” (*Idem* p. 129). No

⁷ “O Ecomuseu passou a ser um tipo muito especial de museu comunitário, fundamentado na musealização de um território e na relação entre este território, o meio ambiente integral (entendido como patrimônio) e as comunidades que ali conviveram e/ou convivem” (SCHEINER 2012, P. 24).

mundo, ganharam destaque algumas experiências pioneiras, como Museu Nacional de Niamey na Nigéria; Rede de Museus Escolares e Comunitários no México; Museu da Anacostia, Smithsonia em Washington, Estados Unidos; e também no surgimento de outras iniciativas como Museus Comunitários e Centros Culturais de comunidades aborígenes na Austrália e o Ecomuseu de Santa Cruz⁸, na cidade do Rio de Janeiro (Lissant Bolton 2003; Mário Chagas e Inês Gouveia 2014)

Estou a par do fato de que , a partir do engajamento político e teórico de profissionais de museus - museólogos, educadores, historiadores, antropólogos – em adequar as estruturas museológicas ao condicionamento das sociedades contemporâneas, se convencionou a chamar *museologia social*⁹ à nova forma de se fazer museus (Mário Moutinho 1993; Varine 1996; Chagas e Gouveia 2014). A essa categoria está relacionada à questão dos compromissos sociais que o museu assume e se vincula, se referindo a compromissos éticos de dimensões científicas, políticas e poéticas, o que faz diferenciar da prática museológica instituída no século XIX em que esteve comprometida com os valores aristocratas, das oligarquias, das classes e religiões dominantes e dominadas (Chagas e Gouveia 2014). A museologia tratada por mim nessa pesquisa está comprometida, conforme defendem Chagas e Gouveia:

(...) com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros (*Idem*, p. 17)

Assim, entendo que a *museologia social* se propõe pensar e praticar museus além do sentido comum do termo. Tomam os museus como espaços vivos como a própria comunidade, “em constante movimento para se adaptar as mudanças que acontecem nela e em seu ambiente” (Varine 2014). Antes se propunham em colecionar objetos que

⁸ O Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro ou apenas Ecomuseu de Santa Cruz partiu de uma experiência da comunidade do bairro de Santa Cruz, Rio de Janeiro- RJ, com o Núcleo de Orientação e Pesquisa Históricas (NOPH), que iniciou as atividades em 1983. Tem como o objetivo principal preservar e valorizar a memória histórica, cultural e ambiental da região (Camila Moura e Bárbara Mourão 2011).

⁹ Convencionou-se chamar assim após várias designações difundidas nos anos 90, como: *ecomuseologia*, *museologia comunitária*, *museologia crítica*, *museologia dialógica* e tantas outras.

materializassem e fixassem as identidades de seu passado, a partir da construção da memória coletiva e da identidade cultural dos sujeitos detentores de tais objetos (Myrian Sepúlveda 2005), fato recorrente nos museus etnográficos. Entretanto, compreendo que os emanados dessa *museologia social* tornam-se meios para a construção de sujeitos coletivos em que a comunidade se apropria dele para propiciar a reflexão e a crítica em torno da sua própria realidade (Teresa Lersch e Cuauhtémoc Ocampo 2004).

Nessa perspectiva, vejo que os museus assumem outra responsabilidade atuando assim como gestores sociais, por meio de propostas museológicas que reflitam os interesses da comunidade. Os museus deixaram de ser lugares de realidade do outro, para serem lugares de realidade de si, a partir de uma relação de negociação entre os diferentes atores envolvidos no processo. Portanto, entendo que alguns grupos que antes eram mais conhecidos como objetos de estudo, exibidos nos grandes museus, passaram a se impor como sujeitos ativos em relações interculturais que se afirmam dentro de instituições sociais, como os museus comunitários (Abreu e Filho 2007).

Uso a categoria *museus comunitários* sob o entendimento de que são museus proponentes de comunidades locais que vivem e trabalham em simbiose com a população de seu território de pertencimento, emergidos a partir de pessoas que militam por seus patrimônios reconhecidos e legitimados (Varine 2005). Uso a categoria, a fim de invocar as iniciativas comunitárias que vêm surgindo a partir das transformações ocorridas no pensar e praticar museus. Segundo Lersch e Ocampo:

O museu comunitário é um processo, mais que um produto. Combina e intriga processos complexos de constituição do sujeito coletivo da comunidade, através da reflexão, auto-conhecimento e criatividade, processos de fortalecimento da identidade, através da legitimação das histórias e valores próprios; processos de melhoramento da qualidade de vida, ao desenvolver múltiplos projetos no futuro, e processos de construção de forças através da criação de redes com comunidades afins. É um processo coletivo que ganha vida no interior da comunidade e por isso podemos afirmar que é um museu “da” comunidade, não é elaborado fora para a comunidade. O museu comunitário é uma ferramenta para avançar na autodeterminação, fortalecendo as comunidades como sujeitos coletivos que criam, recriam e decidem sobre sua realidade (2004, p. 4).

Estou ciente que os museus emanados da *museologia social* não necessitam de teto, portas e janelas, são espaços que convocam a ação dentro do território – musealizado- onde atuam, se preocupando em atender as expectativas de sua comunidade representada,

valorizando e preservando o que essa reconhece como patrimônio. Segundo Gonçalves (2007), o patrimônio perpassa ao exercício de acumular e reter bens, sejam eles culturais, naturais, econômicos ou simbólicos; para o autor é uma categoria de pensamento, devido à maneira como nos influencia sobre o entendimento da vida social e cultural (*Ibidem* 2007). Portanto, sinto que o patrimônio não se faz presente apenas para simbolizar ou retratar algo, ele traz consigo uma ponte com o passado, trazendo ensinamentos, juízos de valores de nossos ancestrais e lembranças de histórias das quais ouvimos contar pelo grupo social. É testemunho de experiências vivas e vividas, ao qual ocorre uma identificação dos indivíduos com seu grupo social, ao considerar valores que se perpetuam há várias décadas.

Varine nos afirma que “o museu normal, qualquer que seja sua definição, é feito com as coisas, o museu comunitário é feito com as pessoas” (2005, p. 4). Penso que a afirmação do autor não necessariamente exclui as coisas de dentro dos museus. O que ocorre, segundo Lersch e Ocampo (2004, p. 3), é que o “objeto não é o valor predominante, mas sim a memória que se fortalece ao recriar e reinterpretar as histórias significantes”. As coisas são como um sistema de trechos e/ou troços que usadas como sinônimo “na sua ordem interna, fazem de nós as pessoas que somos” (Daniel Miller 2013, p. 83). Nesse sentido, passamos a entender que nos museus comunitários os objetos se fazem presentes no processo de construção de uma auto-representação e de variações significantes, uma vez que estão relacionados com a afirmação de uma identidade distinta que faz referência a um passado e a uma luta constantes no presente (Alexandre Gomes e Ana Oliveira 2010).

Compreendo que os museus passaram a ser reconhecidos como agentes de desenvolvimento social, regeneração e empoderamento das populações. Sei que os museus comunitários desenvolvem, assim, ações e atividades que constroem trabalhos coletivos que envolvem a comunidade que o museu objetiva representar, reconhecendo-a como sujeito do processo e proporcionando a todos expressar a sua história da maneira desejada. Portanto, são iniciativas coletivas em defesa da própria realidade que se propõe em constituir juntos as coleções, doando livremente objetos que considerem patrimoniais e criando espaços de memória – “suas coleções não provêm de despojos, mas de um ato de vontade”, afirmam Lersch e Ocampo (2004, p. 3).

Contudo, ressalto que as ações da *museologia social* não se restringem apenas aos *museus comunitários* e outras categorias que surgiram junto às mudanças de pensamento e prática dentro dos museus. Ao pesquisar Scheiner (2012, p. 23) encontramos a seguinte afirmação: “a marca registrada de Santiago: museus tradicionais também podem, e devem, ser integrais”. Logo, penso que devemos ultrapassar as dicotomias¹⁰ que se impõe entre as categorias museais: museu tradicional x museus comunitários; museologia tradicional x nova museologia, por exemplo. Considerando então, as transformações que a mudança no campo teórico e político da museologia provocaram em todos os tipos de museus.

O importante é voltarmos à atenção para que iniciativas de memória e museologia social, sejam eles museus tradicionais e/ou comunitários, deixem de ser apenas depósito do passado e sim espaços em que se abriga o presente e com ele, o futuro. O *museu integral* propõe um museu de participação ativa, consciente e cidadã. Confirmando assim que o museu que antes representava uma identidade passada para explicar o presente, passa a ser a representação do real, lugar de definição e reinvenção das identidades (Priosti 2007, Perez 2009). Um novo museu é a representatividade de uma comunidade autêntica, consciente e gestora dos seus valores.

Identificamos que o movimento para uma Nova Museologia no Brasil, acontece também dentro da esfera política; os profissionais de museus tomam posições em órgãos operantes, que passam a militar por políticas que visam reconhecimento de iniciativas de empoderamento social. É nesse contexto que surge o Programa Pontos de Memória, tratado na próxima seção.

¹⁰ Com o surgimento dos museus heréticos se convencionou dizer que se instaurou dicotomias entre os museus tradicionais e os novos museus. Porém Scheiner defende que “os que insistem em considerar essa dicotomia estão, na verdade, confundindo o potencial (do modelo) com a maneira como este potencial se realiza na prática” (2012, p. 25).

1.2 Políticas Culturais para Museus

Certifiquei-me de que o século XX representou transformações no campo dos museus, segundo Sepúlveda (2004), diversos campos do saber provocaram críticas quanto à representação histórica e autoritarismo das elites presentes nesses espaços, conforme foi discutido anteriormente. Para a autora (*Ibidem*) assim como outras instituições públicas, os museus foram capazes de ordenar, civilizar e disciplinar grandes setores da civilização. Contudo, descobri que ao se tornarem espaços de empoderamento social, os museus que antes consistiam em um cenário silencioso, superado e desajustado, se afirmou como um lugar de prazer, aprendizado e troca; de inclusão de novos temas, objetos e recortes diferentes; os museus se tornam referência de desenvolvimento social (Sepúlveda 2004; Nilson Moraes 2009; Duarte 2013).

Sepúlveda nos afirma que os anos de 1970 as novas práticas nos museus “priorizavam o respeito à diversidade cultural, a integração dos museus às diversidades locais e a defesa do patrimônio cultural de minorias étnicas e povos carentes” (2004, p. 58). Nesse período, as políticas públicas ocidentais passaram a ser estratégias dos estados, sociedades e instituições, ao se tornarem instrumento de lutas e empoderamento social, a fim de reduzir os efeitos e desigualdades sociais. Segundo Moraes (2009), o museu, como campo científico, também foi foco de ações e políticas públicas específicas, ocupando um papel secundário nas políticas de governo.

Moraes (2009) nos afirma que “as leis de incentivo à cultura, na prática, significam a transparência de recursos públicos para empresas de marketing de empresas privadas” (p. 57). O autor (*Ibidem*) assegura-nos que, após os anos de 1950, essas políticas apontam para a criação de um “Estado-mecenas”, que garantiam a força do capital e a intervenção de empresas culturais e midiáticas, que garantiam o silêncio e amplo desconhecimento sobre o cotidiano. Porém, o quadro muda nos anos 1990, no qual cresce a produção e o incentivo à cultura, empresas estatais ou públicas oferecem programas para públicos específicos desenvolverem atividades esportivas, educativas e artísticas voltadas para o lazer e a cultura.

Prossigo com o pensamento de Moraes (2009, p. 60) ao afirmar:

A ampliação do conceito de cultura permitiu a incorporação de outros atores na agenda pública e nas relações com o Estado. Desse ponto de vista, a população da periferia urbana e suas expressões e produções, os grupos de identidade de gênero e de orientações sexuais e os produtores culturais de novas mídias e suportes eletrônicos e informacionais são reconhecidos e influenciam os debates e as ações culturais.

Compreendo, então, que o autor refere-se ao entendimento de cultura como universalidade humana, entendida como o conjunto de valores, crenças, costumes, artefatos e comportamentos com os quais os seres humanos interpretam, participam e transformam o mundo em que vivem; reconhecendo as culturas como múltiplas, diferentes, irredutíveis entre si e, acima de tudo não hierarquizáveis, pensamento esse difundido por Franz Boas. Partindo do entendimento de que ao reconhecer o diferente estamos nos auto-reconhecendo sob uma idéia de relacionalidade trazida por Schwarcz (2014) - relação de reconhecimento do outro e auto – reconhecimento; no qual chamamos de alteridade. Esse sentimento de estranhamento reconhece no outro a sua importância, logo sua cidadania. Idéia essa que é o que, ao meu ver, Moraes (2009), procura repassar.

Sabemos que os movimentos sociais emergem na busca para a construção participativa de políticas públicas de respeito às diferenças locais das comunidades (Silvia Geise 2014). No campo dos museus, esses movimentos lutam por espaços em que os grupos sociais possam “(...) falar na primeira pessoa e a apresentar seus próprios pontos de vista sobre suas culturas” (Chagas 2007, p. 176), tornando-se lugares de apropriação cultural e de construção de identidades e subjetividades, como nos assegura Chagas (2007). Desse modo, exige-se que seja uma instituição de vida própria inserida no cotidiano das cidades, da indústria cultural e da cultura de massas (Moraes 2009).

Acredito, portanto, que os novos museus, tratados nessa pesquisa, valorizam práticas culturais expressas em tradições repassadas pela oralidade ou na cultura imaterial, por meio da memória. Geise nos afirma que “o grande desafio é a musealização da memória de uma comunidade, que normalmente por vontade própria, não deseja que seja esquecida” (2014, p. 28). A autora (*Ibidem*) exemplifica listando as danças regionais, os rituais religiosos, as músicas populares, os saberes e fazeres; que como práticas culturais ao longo da história foram marginalizadas pelos governos, logo por instituições de memória, como os museus (Geise 2014); caindo no esquecimento.

As políticas culturais voltadas para museus, de acordo com vem sendo pesquisado, iniciam com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) - transformado mais tarde no Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) - no período conhecido como Era Vargas¹¹. Sendo os modernistas, Mário de Andrade¹² e Rodrigo Mello Franco de Andrade,¹³ os responsáveis por institucionalizar a proteção do patrimônio histórico artístico nacional, a partir de propostas nacionalistas (Sepúlveda 2004). Contudo, Carlos Silva e Lena Pinheiro (2013) nos asseguram que Mário e Rodrigo traziam propostas distintas para o SPHAN. O primeiro buscava expressar os valores que representassem a comunidade local, o costume regional; e o segundo, os museus deveriam ser destinados à classe in-formada, a elite cultural. Entretanto, Sepúlveda (2004), nos afirma que os intelectuais procuravam instituir coleções nacionais que representavam a diversidade cultural do país. Portanto, desvendo que a diferença entre os dois modernistas está na ideologia de cultura e ação cultural, não na concepção de patrimônio (Silva e Pinheiro 2013).

Ao pesquisar Chagas (2009), observei que ele defende que os museus brasileiros sob a intervenção de Gustavo Barroso¹⁴, Gilberto Freyre¹⁵ e Darcy Ribeiro¹⁶ – ao meu pensamento, podemos incluir também Mário de Andrade – contribuíram para a constituição de coleções que criam imaginários próprios para a nação, associando os museus aos seus ideais.

¹¹ Era Vargas é o período da história do Brasil entre 1930 e 1945, governada por Getúlio Vargas.

¹² Mário de Andrade foi o responsável por projetar a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN) (SEPÚLVEDA 2004), incluía em seu projeto a intenção de catalogar as manifestações culturais, objetos, artefatos, o seu “saber fazer” e seus costumes, buscava mostra a diversidade cultural brasileira. Porém, o projeto não foi posto em prática, uma vez que a estrutura que se dispunha não era suficiente para atender os anseios do mesmo, e também não existia verbas suficiente para a sua execução.

¹³ Rodrigo Mello Franco de Andrade foi o diretor do SPHAN por trinta anos, do momento de sua fundação até 1967 (SEPÚLVEDA 2004).

¹⁴ Gustavo Barroso, fundador do Museu Histórico Nacional e principal personagem para institucionalização da museologia no Brasil por meio da criação do Curso de Museus. Defensor um discurso histórico e patriótico para a nação (CHAGAS 2009).

¹⁵ Gilberto Freyre, responsável pelo resgate de padrões culturais inerentes às relações entre Casa Grande e Senzala, foi o idealizador e fundador do Museu de Antropologia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Mais tarde, este museu – associado ao Museu do Açúcar e ao Museu de Arte Popular – deu origem ao Museu do Homem do Nordeste (CHAGAS 2009).

¹⁶ Darcy Ribeiro foi antropólogo, escritor e político brasileiro, teve forte influência na criação do Museu do Índio – Rio de Janeiro.

Portanto, tomamos como práticas culturais nacionalistas que fundamentaram as primeiras políticas públicas culturais brasileiras. Chagas nos propõe, ao estudar tais personagens, assegurar a dimensão dual em que aparecem os museus, sendo ela uma instituição necessária ao poder de negociação entre o poder estabelecido e as inúmeras vozes que podem ser ouvidas; locais privilegiados para a representação dos discursos de valor, em uma sociedade e arena públicas.

Após o apogeu do movimento nacionalista dentro dos museus brasileiros, podemos ver que as transformações no campo museal em meados do século XX, pouco interferiu no Brasil, devido o período de ditadura militar que o país passou por duas décadas. Segundo Scheiner (2012), as propostas de Santiago no Chile, em 1972, de *museu integral* passam a ser adotadas no Brasil a partir de 1990.

Nesse momento, percebi que iniciou um movimento político em defesa da cultura como agente formador e articulador no processo de formulação da luta e consciência social, elaborando propostas de descentralização cultural – “local e social conversam intensamente” (Moraes 2009, p. 59) – logo, a idéia de diferença é incorporada no cotidiano dos grupos sociais. Como resultado disso, vejo no campo dos museus, que intelectuais e agentes comunitários trabalharam em defesa de uma política pública que pudessem promover, valorizar e difundir o patrimônio cultural.

Portanto, Moraes (2009), defende que o quadro político muda a partir a eleição do Presidente Lula no ano de 2003, pois contava com um grupo aliado de intelectuais e frentes políticas de cultura voltada para museus. Identifico que estavam presentes nesse grupo o museólogo, professor e poeta Mário Chagas e o antropólogo José Nascimento Junior¹⁷ que integraram o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) do Iphan, unidade institucional responsável em promover estratégias de mobilização política e corporativa, difundir e estimular ações específicas e algumas reflexões no campo dos museus.

¹⁷ Primeiro presidente do Instituto Brasileiro de Museus.

A partir desse apoio político, foi-me esclarecido que o Ministério da Cultura (Minc) anuncia, em 2003, que o museu seria prioridade em políticas culturais. O então, Ministro da Cultura, Gilberto Gil¹⁸, defendia:

Políticas que transcendam o fato cultural, o evento, o produto, e que realizem seu pleno potencial, tornando-se instrumento de resgate da dívida social que o Brasil tem com a maioria de seu povo. A cultura se impõe no âmbito dos deveres estatais (...) Porque é justamente nas comunidades que as relações e expressões culturais se efetivam. Um programa mobilizador para a cultura brasileira só poderá contribuir de fato para a recuperação da dignidade nacional e a construção de um Brasil socialmente mais equilibrado e saudável se partir da periferia para o centro, do local para o federal (Gil 2006, p. 110).

Vejo nesse contexto, que frente às políticas voltadas para os museus – Iphan e Minc, trabalharam conjuntamente na formulação de documentos e autarquias museais a partir de uma política prioritária para museus. Refiro-me a Política Nacional de Museus (PNM)¹⁹ e a criação do DEMU/IPHAN no ano de 2003; a formulação e institucionalização do Sistema Brasileiro de Museus (SBM)²⁰ e o estabelecimento do Estatuto de Museus (EM)²¹ em 2006; e finalmente, a aprovação e constituição do Instituto Brasileiro de Museus, em 2009 (Moraes 2009).

A militância dos museus, frente a essas mudanças no campo, realizou ações que “modificaram as relações estruturantes, relações gerenciais, políticas, econômicas, sociais, relacionais e simbólicas políticas (...) isto é, o museu não é mais um fim em si mesmo, não se

¹⁸ Gilberto Gil, músico brasileiro de renome internacional, foi ministro da cultura no período de 2003 a 2008.

¹⁹ Propõe promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias consituivas da diversidade sócio, étnico e cultural do país (Ibram 2016).

²⁰ O Sistema Brasileiro de Museus foi criado pelo decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, e revogado pelo decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Sua finalidade é facilitar o diálogo entre museus e instituições afins, objetivando a gestão integrada e o desenvolvimento dos museus, acervos e processos museológicos brasileiros (Ibram 2016).

²¹ Lei 11.904/2009. Com a finalidade de preservação do patrimônio cultural musealizado e passível de musealização, o decreto coloca para o setor uma série de ações e procedimentos que devem ser seguidos e confere ao IBRAM ações de fiscalização (BRASIL 2016).

esgota em si, mas é parte de uma estratégia social e simbólica”, assegura Moraes (2009, p. 63). Identifico que essas ações contribuíram para o surgimento do Programa Pontos de Memória, em 2009, do Instituto Brasileiro de Museus.

O objetivo principal do PPM é apoiar ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, a partir da valorização do protagonismo comunitário sob o entendimento de que os museus são meios de mudança social e desenvolvimento sustentável de comunidades que não tiveram a oportunidade de expor seus valores sociais e culturais (Ibram 2014). Sei que o desenvolvimento inicial do programa fez parte de uma consolidação de políticas públicas para os campos do Patrimônio Cultural, da Memória Social e dos Museus, resultado da parceria entre o Ibram com os Programas Mais Cultura e Cultura Viva²² do Minc, o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI)²³ do Ministério da Justiça (MJ), com o apoio da OEI²⁴.

Inicialmente, como pude acompanhar, foram reconhecidas 12 iniciativas para a implantação da Ação-Piloto, situadas em comunidades periféricas dos centros urbanos das cinco regiões brasileiras: Belém-PA (Comunidade do Bairro da *Terra Firme*); Belo Horizonte-MG (Comunidade do Taquaril); Brasília-DF (Comunidade da Estrutural); Curitiba-PR (Comunidade do Sítio Cercado); Fortaleza-CE (Comunidade Grande Bom Jardim); Maceió-AL (Comunidade do Jacintinho); Porto Alegre-RS (Comunidade da Lomba do Pinheiro); Recife-PE (Comunidade do Coque); Rio de Janeiro-RJ (Comunidades do Pavão-Pavãozinho-Cantagalo); São Paulo-SP (Comunidade da Brasilândia); Salvador-BA (Comunidade do Beiru) e Vitória-ES (Comunidade do São Pedro). Passo a me referir a essas comunidades como *pontos pioneiros*, categoria de auto-reconhecimento criada pelos Pontos de Memória durante a IV Teia da Memória, descrita mais abaixo.

²² O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva age como uma plataforma, cujo espaço no cenário de políticas públicas é o da articulação, fomento e disseminação de ações culturais provenientes, especialmente, de agente culturais periféricos e comunitários, sem os quais tais iniciativas não receberiam visibilidade nem adesão pública.

²³ Desenvolvido pelo Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) marca uma iniciativa inédita no enfrentamento à criminalidade no país. O projeto articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública.

²⁴ É uma organização internacional composta das nações da Península Ibérica e América Latina, cujas populações falam português e espanhol, mais a Guiné Equatorial, na África.

Segundo argumentações encontradas em Geise (2014), o estado percebe a política dos Pontos de Memória como sendo uma metodologia fundamental ao combate dos problemas sociais existentes nas periferias, como a violência. Como participante desse processo desde a implantação do Ponto de Memória da Terra Firme, em Belém, passo a concordar com Geise, ao reconhecer esse combate nas formas de atuação do programa e nos discursos. Lembro-me da primeira reunião com os consultores do Ibram para a seleção de Terra Firme, em outubro de 2009, em que nas falas de Marcelle Pereira, Cláudia Rose e Wélcio Toledo o PPM, a aproximação de Terra Firme acontecia por ser considerada pelo MJ como um dos bairros mais violentos do país naquele momento. Contudo, sabemos que se tratava de uma estratégia política de promoção do bem-estar da população e que havia, no momento, pessoas engajadas no processo para a identificação de comunidades organizadas, por meio das lembranças, práticas cotidianas, expressões artísticas e religiosas, fazeres e saberes; que expressam por outros suportes de memória os seus valores patrimoniais (Chagas 2009).

Sei também, por acompanhar o processo, que institucionalização dos Pontos de Memória é defendida pelo Ibram como uma política de direito à memória, com a participação: de diferentes grupos e movimentos sociais, governos locais e militantes; com o intuito de garantir que esse direito seja exercido por:

Indígenas, quilombolas, povos de terreiro, mestres, praticantes, brincantes e grupos das culturas populares, urbanas, rurais, de fronteira, artistas e grupos artísticos independentes, como também segmentos populacionais etários específicos, de gênero, e/ou que requerem maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais (Ibram, 2014).

Nessa perspectiva, encontro em Geise (2014) que o programa procura difundir uma política pautada na museologia comunitária, reconhecendo o museu como um processo de ação e mobilização social, muito além de uma instituição; valorizando iniciativas de memória que não necessariamente se reconhece como experiências de museologia social, sequer entendem esse conceito, mesmo inseridas no programa. Entretanto, percebo que a defesa e incentivo ao desenvolvimento da museologia social está impregnada nos discursos e ações dos técnicos do Ibram que contribuem para a manutenção do programa, resultado do processo inicial que teve a participação de Mário Chagas, Marcelle Pereira, Cláudia Rose e Inês Gouvêia, militantes da museologia social no Brasil. Desse modo, identifico que os

pontos pioneiros estão imersos nessa corrente, sendo a maioria deles reconhecidos como experiências de museologia social no Brasil.

Acompanho que o programa ainda se apresenta em fase de desenvolvimento a partir de uma gestão participativa e compartilhada do Ibram como os Pontos de Memória, que a partir de 2011 foram selecionados via edital público, no qual, descrevo mais à frente. Atualmente, são mais de 150 iniciativas reconhecidas, além de 18 premiadas no exterior – de comunidades “marginalizadas”²⁵ que praticam ações de memória e/ou museologia social em defesa da diversidade sociocultural e da sustentabilidade (Geise 2014).

O programa está pautado no Plano Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Museus, sob responsabilidade da Coordenação de Museologia Social e Educação (COMUSE) do Departamento de Processos Museais (DPMUS). Os princípios do programa foram definidos em 2012, a partir da articulação do Ibram, sob representação dos técnicos da DPMUS, pontos pioneiros e representantes do campo da museologia social, ao redigiram a “Carta dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social” (Ibram 2012), na qual visa:

1. Garantir o direito à memória às comunidades, grupos e sujeitos locais historicamente excluídos;
2. Salvaguardar que os Pontos de Memória e demais iniciativas comunitárias em memória e museologia social sejam geridas por instâncias participativas, organizadas para esta finalidade, no seio de suas próprias populações;
3. Garantir a autonomia e a descentralização das iniciativas comunitárias de memória, fomentando a cooperação entre as redes estaduais de memória e museologia social;
4. Reconhecer, respeitar e valorizar as diversidades, especificidades e potencialidades das comunidades, priorizando o desenvolvimento local e visando à sustentabilidade;
5. Adotar metodologias de conhecimento sistêmico do território como garantia da relação entre memória social e sustentabilidade;
6. Instituir a formação em rede como parte do processo de articulação das redes estaduais, garantindo uma formação continuada que atenda às reais necessidades de desenvolvimento e sustentabilidade dos Pontos de Memória e demais iniciativas comunitárias em memória e museologia social.

Ressalto também que a política dos Pontos de Memória pautado na museologia social é uma das correntes do Ibram. Percebo que boa parte dos envolvidos dentro o instituto

²⁵ No sentido de excluídas ao longo do tempo de políticas públicas.

primam por outro tipo de política; muitas vezes, voltado para velha cultura da “pedra e cal” – vestígios da política defendida pelo Iphan. Desse modo, sabemos que o programa sofreu e sofre vários cortes que impossibilitam de ações iniciadas com os pontos pioneiros possam avançar para os demais *pontos premiados* a partir dos editais.

Nesse sentido, concordo com a afirmação de Moraes, quando diz: “a política cultural ainda depende de circunstâncias e de alianças conjunturais” (2009, p. 67), logo, não consegue se desvincular de condições econômicas e políticas de grupos que estão no poder. Sendo o museu um dos espelhos da sociedade (Geise 2014) sei também que pode ser um espaço de disputa de memória e poder, como nos assegura Chagas (2009). Desse modo, percebo que as políticas culturais voltadas para os museus não se diferenciam de qualquer outra política pública, mesmo primando por um *museu integral*.

Com a pretensão de compreender melhor como foi implantada a política cultural dos Pontos de Memória, na próxima seção, descrevo o meu retorno a campo durante a IV Teia da Memória para que possamos compreender como as comunidades contempladas pelo programa atuam para o planejamento, execução e sustentabilidade dessa política. Aproveito, também, para narrar a trajetória do Ponto de Memória da Terra Firme a fim de acompanharmos como essa política cultural acontece em nível local.

1.3 Os Pontos de Memória

Trago a trajetória dos Pontos de Memória a partir da minha interpretação da interpretação (GEERTZ 1926: 2014), dos atores sociais envolvidos na militância dessas experiências. Procuro descrever de forma densa, como propõe Geertz (*Ibidem*), a minha própria construção das construções de outras pessoas, com base na minha inserção no processo de consolidação do PPM quando ainda era bolsista do Museu Goeldi, depois como conselheira e consultora do Ponto de Memória da Terra Firme e, nesse momento, como estudante de antropologia. Diante de teoria e exercício etnográfico, trago uma reflexão sobre como esse grupo social se representa, organiza e se classifica a fim de vencer os limites da rotina, hábitos e estereótipos que podem surgir na difícil tarefa de observar o familiar (Velho 1945:2013).

1.3.1 (Re) Descobrindo o campo

Meu retorno a campo foi durante a IV Teia da Memória realizada no 6º Fórum Nacional de Museus, ocorrido em Belém, em novembro de 2014. Após dois anos de distanciamento do Ponto de Memória da Terra Firme, o objetivo em campo era observar: o andamento do Programa Pontos de Memória; o posicionamento dos Pontos de Memória perante a política cultural do Instituto Brasileiro de Museus e de que forma Ponto de Memória da Terra Firme se mantém dentro da militância dos Pontos de Memória; como também analisar como passei a ser vista quando me tornei pesquisadora dentro da militância.

No evento, por mais próxima que estivesse dos meus sujeitos de pesquisa – o conselho gestor do PMTF - devido à relação afetiva que possuía com eles há algum tempo, me tornei uma estranha a partir do momento que passei a atuar como pesquisadora; portanto, durante os três dias de encontro, me despertou sentimentos, experiências e conflitos íntimos (DURHAN 1986) que pretendo descrever nessa narrativa. Segundo Federick Barth (2000), nos eventos, as verdadeiras intenções se distanciam dos sujeitos, fato recorrente durante a primeira etapa de campo para essa pesquisa, que me estimulou a repensar sobre a realidade social do Ponto de Memória da Terra Firme.

Nas próximas linhas, segue as situações observadas conforme se apresenta no meu diário de campo, relatado a partir de alguns registros áudios-visuais e principalmente das minhas impressões.

Primeiro Dia

O Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi sediou a abertura IV Teia da Memória, na tarde do dia 23 de novembro de 2014. Dirijo-me ao local com muita alegria e entusiasmo, recordando a importância desse encontro para tudo que pesquiso e entendo sobre a museologia social. Era a primeira vez, depois de quase dois anos, que encontrava-me com a militância dos Pontos de Memória. O medo de ser criticada por ter ficado ausente do movimento me tomava, mas meu receio maior era a recepção dos meus companheiros da Terra Firme, devido ao fato de que, a partir daquele momento, me posicionaria como uma

pesquisadora, antes de companheira na militância da museologia social, sendo eles os meus principais sujeitos a serem observados e analisados.

No auditório, cheio, visualizo pessoas conhecidas e muitas desconhecidas. Sou recebida por dois conselheiros do PMTF: Helena e José Maria. Eles, bastante atenciosos, me dão as boas vindas ao evento. Mais à frente, encontro os representantes dos Pontos de Memória: Claudia do Lomba do Pinheiro (Rio Grande do Sul); Adriano do Grande Bom Jardim (Ceará); João da Grande São Pedro (Espírito Santo); Roberto do Beiru (Bahia); Abadia da Estrutural (Distrito Federal); e Viviane de Jacintinho (Alagoas). Sou saudada com muita alegria por esses representantes. Eles fizeram questão de dizer que é muito importante a minha presença no evento. Em grupo, conversavam sobre argumentos e estratégias que usariam para assegurar representatividade dos pontos pioneiros no *Conselho de Gestão Compartilhada e Participativa dos Pontos de Memória*, a ser votado no encontro. Para eles os pontos premiados e mais o Ibram estavam querendo distribuir de forma igualitária as representatividades com todos os Pontos de Memória.

Abro uma ressalva, nessa narrativa, para explicar que era a primeira vez que ouvia as duas categorias que foram usadas recorrentemente no evento: *pontos pioneiros e pontos premiados*. Os pioneiros referem-se aos 12 pontos inicialmente contemplados pelo Ibram. Os premiados são todo e qualquer Ponto de Memória que foi premiado a partir da submissão no edital Prêmio Pontos de Memória. As categorias foram inicialmente utilizadas pelos considerados pioneiros em todo o evento, apropriado pelos premiados e pelo Ibram; no qual utilizo nessa dissertação ao tratar dos referidos grupos.

Retornando ao primeiro dia de encontro, quando chego ao auditório procuro ficar próxima dos companheiros do Ponto de Memória da Terra Firme, que estavam presentes em sua maioria. Compareceram os mais atuantes: Chiquinha, Chicon, Batista, Sâmia, José Maria e Helena.

O primeiro momento²⁶ do evento foi de apresentações e agradecimentos dos envolvidos para a realização da IV Teia da Memória promovida pelo Instituto Brasileiro de

²⁶ A mesa de abertura foi composta por: Nilson Gabas Junior – Diretor do MPEG, Helena Quadros – representante do Ponto de Memória da Terra Firme; Viviane Rodrigues – COGEPACO; João Luis Barbosa – diretor da COMUSE/IBRAM; Telma Teixeira – representante da OEI; e, Ângelo Oswaldo – Presidente do IBRAM.

Museus, Museu Paraense Emílio Goeldi, Comissão Provisória de Gestão Compartilhada/Participativa (COGEPACO) ²⁷, Comissão da Teia da Memória ²⁸ e o Ponto de Memória da Terra Firme. Esse último foi referendado por todos. Interessante notar que ao se referir ao PMTF, à fala se estendia ao Museu Goeldi, haja vista que não podemos negar a importância do Museu para a criação e fortalecimento do Ponto de Memória na Terra Firme, reconhecido tanto pelos conselheiros como também por todas as entidades envolvidas no Programa Pontos de Memória.

O segundo momento foi reservado para discussões teóricas e metodológicas sobre a museologia social, com as conferências de Tereza Morales e Mário Chagas. A antropóloga e o museólogo discutem em seus campos a atuação dos novos museus instaurados a partir de meados do século XX. Atuantes nos seus países, México e Brasil, respectivamente, se tornaram fortes militantes da museologia social levando para as academias e comunidades o papel desses museus. Expuseram conceitos e trajetórias de seus países, e após breves, mas profundas discussões questionaram a si e a todos sobre: *o que estamos reproduzindo são Museus Tradicionais com outro nome?* Em ambas as falas concluíram que os novos museus são sempre um exercício a reflexão.

Ao fim do primeiro dia de evento os Pontos de Memória pioneiros, representados²⁹, se articularam para se reunir em um estabelecimento fora da programação, com o objetivo de juntos traçarem estratégias quanto à eleição do *Conselho de Gestão Compartilhada e Participativa do Programa Pontos de Memória*. Convidada a participar da reunião, não me senti à vontade em integrar-me ao grupo, pois acreditava que não era do interesse do conselho do Ponto de Memória da Terra Firme. Em todo o primeiro dia de evento não fui

²⁷ A COGEPACO foi formado no 5º Fórum de Museus, realizado na cidade de Petrópolis no ano de 2012. Os Pontos de Memória se reuniram e exigiram a formação de um conselho provisório que pudesse atuar juntamente com IBRAM nas ações de fortalecimento do Programa Pontos de Memória. Dessa forma foram eleitos representantes dos projetos em assembléia para compor o conselho, os integrantes atuaram por dois anos.

²⁸ A Comissão da Teia da Memória foi formada dentro do 5º Fórum Nacional de Museus. Os integrantes da comissão foram eleitos em assembléia e atuaram por dois anos no planejamento da IV Teia da Memória juntamente com o IBRAM e COGEPACO.

²⁹ Apenas o Ponto de Memória de Sítio Cerrado de Santa Catarina não compareceu ao evento. O IBRAM alegou não ter conseguido contato com os conselheiros.

citada como parte integrante do processo de implementação do PMTF, fato que não era recorrente.

No primeiro momento, me senti entristecida e magoada, pois não eram atitudes costumeiras dos antigos companheiros. Porém, logo depois a curiosidade me consumiu, onde passei a me perguntar: quais os motivos que levaram a tal atitude? Por mais que imaginasse os problemas que poderiam surgir no meu campo, não me recorria à possibilidade de me sentir excluída do processo. As impressões de fato sobre mim mudaram, e, eu passei a observá-los de outra maneira.

Segundo Dia

Depois de uma longa noite mal dormida, devido os desafios que o meu campo se revelava, acordo, no dia 24 de novembro, mais ansiosa do que no dia anterior. Ainda confusa, procuro tornar as questões não resolvidas como favoráveis para minhas observações naquele dia que provavelmente seria longo e de muitos debates. Acreditava que os pontos pioneiros viriam “armados” de estratégias e minha curiosidade se estendia ao posicionamento dos pontos premiados. Dirijo-me ao Hangar Centro de Convenções da Amazônia que a partir desse momento receberia o evento.

No Hangar, já se encontravam os conselheiros do Ponto de Memória da Terra Firme. Nesse dia, havia o credenciamento dos Pontos de Memória. Cada Ponto recebeu a documentação que seria discutida a partir de então, o material consistia em: *programação da IV Teia da Memória; minuta de Regimento Interno da IV Teia da Memória; portaria que institui o Conselho de Gestão Participativa/ Compartilhada do Programa Pontos de Memória; o artigo 4º que determina a composição do Conselho com as referidas propostas discutidas nos encontros regionais*³⁰, *uma única inscrição para a votação e um livro do Museu de*

³⁰ Foram promovidos 10 encontros regionais pelo Brasil para discussão da portaria que institui o Conselho de Gestão Participativa/ Compartilhada do Programa Pontos de Memória. Cada encontro era liderado pelos consultores jurídico do IBRAM e representantes da COGEPACO a fim debaterem as questões com os Pontos de Memória reunidos nos encontros. Para a IV Teia da Memória as considerações atribuídas no âmbito regional foram discutidas e votadas para a produção do documento final. O mesmo ficou de responsabilidade da Coordenação do Programa Pontos de Memória para providenciarem a sua legalização.

Favela. Os documentos recebidos ficaram na responsabilidade de Chiquinha, presidente do Ponto de Memória da Terra Firme.

O primeiro momento da manhã foi atribuído para leitura da Minuta de Regimento Interno da IV Teia da Memória, com o objetivo de esclarecer em assembléia para que a plenária pudesse fazer interferências caso ocorresse alguma objeção, para então ser votada. Comandada por integrantes da COGEPACO a leitura se deu com muito barulho e pedidos de ordem a plenária. Alguns personagens se revelaram, eram as lideranças dos pontos premiados que começava a se formar contra as consolidadas dos pontos pioneiros. O Ponto de Memória da Terra Firme permaneceu de forma omissa e atenta aos debates.

A aprovação da minuta ocorreu no meio da manhã. No intervalo, todos pareciam felizes pelo encontro e muito animados com os debates que poderiam surgir. Os pontos pioneiros mais uma vez se reservam para discutirem o posicionamento na votação do Conselho de Gestão Participativa/ Compartilhada do Programa Pontos de Memória. De longe, alguns pontos premiados observam e outros se integram ao grupo. O Ponto de Memória da Terra Firme é convidado a participar, mas, ao meu ver, não se interessa muito, posto que os conselheiros do PMTF se distraem com outros participantes e não procuram participar da reunião reservada. A impressão que tive da reunião, breve, é que havia disputa interna de quem e como assumiria as representatividades do conselho.

Após o intervalo, abriu-se uma mesa³¹ para a leitura e considerações sobre a portaria que institui o Conselho de Gestão do Programa Pontos de Memória, tendo em vista os tramites legais do processo de legalização dentro do Ibram. Na mesa estava presente Eliana Sartori - Procuradora Federal do instituto, ao qual considero sua presença como estratégica. Percebo como o Programa Pontos de Memória está ganhando espaço dentro das políticas públicas do Ibram e, principalmente, como os militantes se fazem presentes dentro da instituição, haja vista que alguns pediram a fala e fizeram argumentações fortes contra o posicionamento da mesa. As discussões se deram de formas igualitárias, sem a presença clara de hierarquias. Passo acreditar, então, que todos - Pontos de Memória e técnicos do Ibram - estão dispostos a trabalharem juntos por uma política pública de memória. Nesse

³¹ A mesa foi composta Cíntia Oliveira – coordenadora do Programa Pontos de Memória; Ana Nogueira – consultora jurídica do programa; e Eliana Sartori- Procuradora Federal do IBRAM.

momento, percebo a importância desse encontro e já projeto a IV Teia da Memória como um momento histórico na museologia social brasileira.

O período da tarde foi destinado para a votação do artigo 4º da Portaria que instituirá Conselho de Gestão do Programa Pontos de Memória e determinará a composição do mesmo, sob mediação de dois representantes da Comissão da IV Teia da Memória. Como foi previsto, os pontos pioneiros abriram o debate para assegurem uma representatividade específica para essa categoria. O entrave no número de representatividade que os pontos pioneiros poderiam conseguir dentro da organização vinha se formando, dessa maneira os premiados procuravam estratégias que pudessem frear a quantidade prevista para os pioneiros.

O interessante, dessa tarde de profundos debates, foi observar os personagens se consolidando, no qual as lideranças dos pioneiros e dos premiados começavam a ficar mais explícitas. Até mesmo o auditório passou a ser dividido: do lado direito se posicionavam os pioneiros e do lado esquerdo os premiados. Os representantes na mesa por mais imparciais que deveriam permanecer, não conseguiam ficar de fora dos debates acirrados, foram muitos mal entendidos e tons elevados que logo se acalmariam com pedidos de desculpas. Gostaria de interromper a narrativa para fazer duas considerações que me chamaram a atenção nessa tarde.

A primeira sobre o posicionamento do Ibram que se deu de forma imparcial. A disputa de interesse era interna entre os Pontos de Memória, em nenhum momento os técnicos do instituto colocaram suas opiniões. A impressão que tive foi que não tiveram abertura para isso, caso contrário poderiam ser “massacrados” pelas argumentações dos pontos. Em razão de que quando precisavam pressionar o Ibram, pioneiros e premiados se tornavam um só - os Pontos de Memória.

A segunda observação que trago foi o papel de Mário Chagas que se revelou como o mediador do conflito. Quando o debate parecia não ter solução, em que pioneiros travam argumentos e premiados contra argumentos, ou vice versa, o museólogo apresentava uma proposta e todos concordavam, ou seja, não havia contestação sobre a argumentação de Chagas. Chamado pelos militantes como professor ou mestre, conseguia dialogar com os

dois grupos, ao tomar a palavra todos o ouvia atentamente, ao contrário quando qualquer outra pessoa se posicionava.

Pude perceber que Ponto de Memória da Terra Firme pouco se posicionou, mas aliou-se de forma indireta aos pontos pioneiros. Permaneceu sentado do lado direito do auditório, votava a favor as argumentações dos pioneiros e pouco interferia no debate. Observadores, a estratégia do PMTF era permanecer aliado aos pioneiros, haja vista que é um deles. Porém, se preocupou em não ter desavenças com os premiados, com o intuito de receber todos bem, já que era o Ponto de Memória anfitrião.

Por fim, vi que depois de horas de muito debate, a composição do Conselho de Gestão Compartilhada/Participativa dos Pontos de Memória foi aprovada. O conselho irá ser constituído por 10 representantes da sociedade civil e 10 representantes do governo. Os da sociedade civil são: 5 representantes regionais indicados por Pontos de Memória de cada região do país, sendo 1 representante de cada região do país; 2 representantes indicados pelas redes de memória temáticas; 1 representante indicado pelos 12 Pontos de Memória pioneiros; 2 representante indicado pelas redes estaduais de Pontos de Memória. Os representantes do governo são: 4 representantes indicados pelo IBRAM; 1 representante indicado pelo IPHAN; 1 representante indicado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI); 1 representante indicado pela Secretária de Direitos Humanos; 1 representante indicado pela Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR); e, 1 representante indicado pelo Ministério da Educação (MEC).

O segundo dia encerra de forma festiva e comemorativa. Todos saímos em cortejo, comemorando a aprovação da composição do Conselho de Gestão Compartilhada/Participativa dos Pontos de Memória.

Terceiro Dia

Minha expectativa no terceiro dia de encontro era conhecer as faces dos personagens eleitos como liderança de uma militância que vinha se formando há cinco anos e ainda de que forma o Ponto de Memória da Terra Firme iria buscar representatividade dentro do

Conselho Gestor dos Pontos de Memória. O dia 25 de novembro inicia com a leitura da portaria e das considerações obtidas nos encontros regionais.

Os artigos, incisos e considerações eram lidos para que a plenária, caso tivesse, objeção se inscrevia para debater o ponto em questão. A mesa foi mediada por duas representantes da COGEPACO. A portaria consiste em treze artigos que definem as funções do Conselho de Gestão dos Pontos de Memória e suas atribuições atreladas ao Ibram. Por toda manhã, vi que foi debatido e votado cada artigo, com várias interrupções e considerações.

Vi também que mais uma vez, Mário Chagas se destacou como um mediador de conflitos entre os Pontos de Memória. Diferentemente do dia anterior, o conflito não estava dividido em dois grupos - pioneiros e premiados, nesse dia os interesses regionais prevaleceram e as argumentações surgiram a partir das necessidades das regiões. As redes estaduais se fortaleceram e levavam a plenária apenas uma consideração, resultado dos encontros regionais promovidos pelo Ibram que acabaram por fortalecer as redes e propiciar os debates internos entre os Pontos de Memória próximos.

Logo após minha saída, o Ponto de Memória da Terra Firme iniciou uma articulação para a criação da Rede Paraense de Pontos de Memória e Iniciativas de Comunitária, entretanto, não houve uma continuidade das reuniões para o seu fortalecimento. Fato que acarretou no PMTF ser o mais “tranquilo” quanto a posicionamento no Conselho de Gestão Compartilhada/Participativa dos Pontos de Memória. De certa maneira, isso favorecia muito a continuidade do Ponto de Memória da Terra Firme na liderança da militância dos Pontos de Memória na região norte, já que permanecia como o único ponto da região. E assim, permaneceu de longe observando as disputas por posições no conselho.

A leitura se estendeu até depois do almoço. Às 16h, a portaria foi aprovada e aclamada, porém, faltavam os personagens eleitos para o conselho, e mais uma discussão calorosa iniciava: como conduzir a eleição? O tempo expirava. A sala para as atividades da Teia estava reservada até as 16:30h, portanto em trinta minutos deveriam definir uma metodologia de votação e eleger os representantes. Entretanto, a discussão foi se alongando sem consenso e pela primeira vez o Ibram se posicionou.

A Coordenação dos Pontos de Memória conseguiu que a sala novamente fosse liberada, porém no período da noite. Então, sugeriu que os Pontos de Memória voltassem à plenária às 19h e novamente iniciasse a discussão. Foi votado e todos concordaram, porém ficou acertado que nesse intervalo os representantes se reunissem e trouxessem a plenária os nomes a serem votados para o conselho.

Dessa maneira, os Pontos de Memória se articularam por regiões, por grupos e por redes. Essa foi à imagem mais emblemática da IV Teia da Memória (Figura 1). O Hangar foi tomado pela militância dos Pontos de Memória que ocuparam os corredores, as áreas públicas, levando a fundo as discussões por região. Sentaram-se em rodas e debateram questão por questão das necessidades regionais de cada iniciativa de memória representada. De fora observei as gesticulações, as posturas e a atenção dos representantes em seu grupo. Ali se confirmava que a IV Teia da Memória era um momento histórico para a museologia social brasileira, e eu tive o privilégio de participar, e, melhor ainda, observar como se deu a execução do evento.

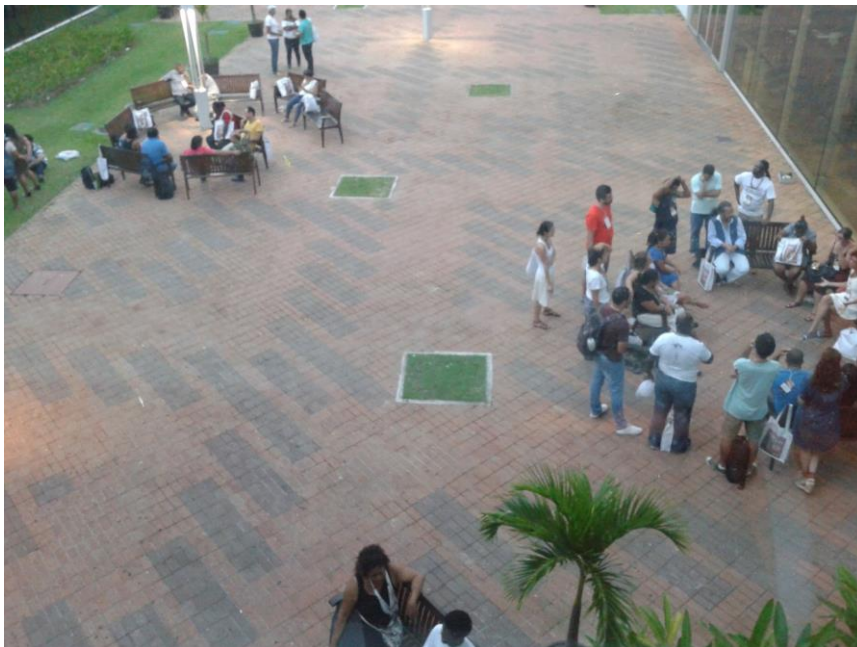


Figura 1: Pontos de Memória em articulação para definir os candidatos do Conselho de Gestão Compartilhada/Participativa dos Pontos de Memória.

Foto: Autora, 2014.

O Ponto de Memória da Terra Firme foi convidado a participar da reunião dos pontos pioneiros que se reuniram em um dos corredores do Hangar. Não houve uma liderança clara

nesse momento, todos estavam abertos a se candidatarem. Inicialmente concordaram em traçar estratégias para que os pontos pioneiros garantissem o maior número de representatividade possível. Portanto, os Pontos de Memória da Estrutural –DF, Abadia e Carol; Terra Firme-PA, Batista, Chiquinha, Chicona e Helena; Lomba do Pinheiro – RS, Cláudia, Márcia, Terezinha e Izalina; acharam melhor não se candidatarem, pois iriam garantir a representatividade por região. Os Pontos de Memória do Coque-PE, Vanessa; Taquaril-MG, Alessandra; Beiru-BA, Roberto; não quiseram se candidatar indicando a candidatura do Ponto de Memória de Jacintinho-AL, Vivi. O Ponto de Memória da Grande São Pedro-ES, João; e do Museu de Favela – RJ, Tartaruga; optaram por não se candidatar afirmando que se sentiam representados por qualquer membro dos pontos pioneiros. Entretanto, o Ponto de Memória do Grande Bom Jardim – CE, Adriano e da Brasilândia- SP, Kleber se candidataram. A impressão que tive foi que Jacintinho optou não se posicionar, porém é uma liderança forte nos pontos pioneiros e a maioria com certeza aprovaria a sua candidatura. Ficou notório que para evitar entraves Jacintinho apoiou a candidatura do Ceará e São Paulo. Assim, definiu-se que Bom Jardim se candidataria como titular e Brasilândia como suplente, sendo que após um ano de mandato, o titular renunciaria para a suplência assumir, com intuito de dar rotatividade ao conselho.

A reunião entre os pontos pioneiros foi breve, sem grandes objeções. Porém as reuniões estaduais se prolongaram. E cada argumentação possuía uma contra argumentação. Os pioneiros se posicionaram nas reuniões estaduais para garantirem mais representatividade e/ou apoiarem aliados. Preferi não participar de nenhuma reunião estadual, pois o meu objetivo desde o início era acompanhar o posicionamento do Ponto de Memória da Terra Firme. O PMTF não participou de nenhuma reunião estadual, deveriam apenas decidir entre si quem iria assumir como titular e suplente no Conselho de Gestão Compartilhada/Participativa dos Pontos de Memória. Permaneço ao lado deles o tempo todo, e procuro me informar sobre a candidatura, porém percebo que se esquivam de minhas perguntas e arrumam uma maneira de se reunirem a sós. Mais uma vez confirmo que as impressões sobre mim mudaram.

A noite chega e todos são convocados a se reunirem novamente e, antes de iniciarem, ainda não havia candidatos para a representatividade das redes estaduais. O Ponto de

Memória da Terra Firme é convocado para a reunião breve e mais uma vez sou excluída do processo. Quando retornam, só comentam que queriam colocar o PMTF de forma secundária, porém tiveram que se posicionar firmes e exigirem representatividade. A plenária inicia com a indicação dos nomes para o Conselho de Gestão Compartilhada/Participativa dos Pontos de Memória. Cansados, porém eufóricos, elegeram as representatividades acordadas nas reuniões internas por região.

Os conselheiros eleitos (Figura 2) são: *representantes regionais indicados por Pontos de Memória de cada região do país*: Alessandra (P.M. IBAÔ) e Solange (P.M. Recordança) da região sudeste; Cláudia (P.M. Lomba do Pinheiro) e Sarah (P.M. Trajetos da Memória) da região Sul; Abadia (P.M. da Estrutural) e Sônia (P.M. Chapada a Mão) da região centro-oeste; José (Associação Cultural Maracrioula) e Karl Marx (Museu do Cangaço Fundação Cabras de Lampião) da região nordeste; Helena e Chiquinha (P.M. Terra Firme) da região norte; *representantes indicados pelas redes de memória temáticas*: Anselmo (Rede de Memoriais e Museus de Terreiros da Bahia) e Tony (Rede LGBT de Memória e Museologia Social), representantes da primeira vaga de redes temáticas; Suzenilson (Ponto de Memória Museu Indígena Kanindé) e Viviane (Rede LGBT de Memória e Museologia Social) para segunda representação das redes temáticas; *representantes indicado pelas redes estaduais de Pontos de Memória*: Philipi (Rede Cearense de Museus Comunitários) e Aurelina (Museu Vivo de São Bento) para a representação das redes estaduais; e Raimundo (Rede de Pontos de Memória e Museus Comunitários do Rio Grande do Norte) e Sônia (Rede de Memória e Museologia Social de São Paulo) como representantes da segunda vaga de redes estaduais; *representante indicado pelos 12 Pontos de Memória pioneiros*: Adriano (Ponto de Memória Museu Comunitário Grande Bom Jardim) e Kleber (Ponto de Memória da Brasilândia).



Figura 2: Representatividades civis do Conselho de Gestão Compartilhada/Participativa dos Pontos de Memória.

Foto: Autora, 2014.

O Ponto de Memória da Terra Firme assegurou a representatividade dos Pontos de Memória do norte do país. A titular, Helena, e a suplente, Chiquinha integram o primeiro Conselho de Gestão Compartilhada/Participativa dos Pontos de Memória. Entretanto, o mesmo só irá se institucionalizar de fato e de direito após a aprovação da portaria no Iram.

O último dia da IV Teia da Memória terminou com o sentimento de dever cumprido. Apesar dos Pontos de Memória estarem organizados em grupos distintos a aprovação do Conselho Gestor - instância colegiada permanente de debate e articulação para construção e fortalecimento de políticas públicas de museologia social – comprova que estão unidos perante a um interesse comum - políticas públicas de museologia social para o Brasil. Juntos celebraram a conquista e asseguraram a permanência unida na implementação da portaria que institui o Conselho de Gestão Compartilhada/Participativa dos Pontos de Memória.

Encerro minhas observações nesse dia. Retomo ao bairro da Terra Firme, em maio de 2015, em uma segunda etapa de campo aos quais algumas estratégias são redefinidas, após aprofundar leituras, para restaurar a confiança dos conselheiros sobre mim.

A análise situacional do evento me fez repensar sobre o fazer antropológico, posto que percebi que não sou mais a mesma e que meus companheiros me percebem assim. O arcabouço teórico da antropologia permitiu analisar as diferentes situações e movimentos antes tidos como naturais e que agora são percebidos como individualizados. Iniciar o campo para essa dissertação em um evento nacional foi desafiador e interessante, possibilitando interpretar “o fluxo do discurso social” dos Pontos de Memória a fim de salvá-lo – o “dito” - para a análise da pesquisa (GEERTZ 1926:2014).

A difícil atuação, ora pesquisadora ora militante, foi um exercício para “aprender o momento apropriado para perguntar, assim como o que perguntar” (FOOTE WHYTE 1980, p. 81). No evento, tive que traçar novas estratégias de aproximação, haja vista que hoje sou a estudante de antropologia que pesquisa o Ponto de Memória da Terra Firme e não mais a companheira de atividades dentro do conselho. Dessa maneira, tive que compreender melhor o tempo deles para me reaproximar a fim de assegurar a confiança novamente. Entretanto, fiquei ciente que seria difícil encontrar o verdadeiro informante devido às posições revelarem visões parciais dos significados (BARTH 2000) logo descobrir o que eles acham que estão fazendo? Implicando, assim, na observação de uma série de formas simbólicas – “palavras, imagens, instituições, comportamentos – cujos termos as pessoas realmente se representam para si mesmas e para os outros, em cada um dos lugares” (GEERTZ 2014: 1995, p. 63).

A IV Teia da Memória foi etapa importante para (re) descobrir meu campo de pesquisa, os entraves revelados no evento me fizeram perceber que a negociação pesquisador-sujeito (OLIVEIRA 2004) é permanente, posto que as formas simbólicas se alteram conforme o sujeito quer se colocar na pesquisa. Portanto, cabe a mim, revelar diferentes identidades (*Ibidem*) para os diferentes tipos de relacionamentos que pretendia ter. Foi nesse momento que me senti antropóloga, em que tive que apresentar identidades novas para me segurar em campo, mas sem esquecer dos compromissos étnico e moral com os sujeitos observados (CARDOSO DE OLIVEIRA 2004).

A partir das análises obtidas, retorno a campo centrando minhas atenções ao Ponto de Memória da Terra Firme e suas implicações dentro do bairro, contudo as estruturas, interações, instituições sociais que envolvem o Programa Pontos de Memória são

retornadas, pois o PMTF atua se interligando a redes direta ou indiretamente definidas pelos Pontos de Memória. No qual podemos acompanhar no próximo texto.

1.3.2 O Ponto de Memória da Terra Firme

Era outubro de 2009, em um dos eventos do Núcleo de Visitas Orientadas do Parque Zoobotânico do Museu Goeldi (NUVOP) – o Festival da Gastronomia Inteligente³² - que recebemos os técnicos do IBRAM: Marcelle Pereira³³, Cláudia Rose e Wélcio Toledo; em uma sala improvisada, pequena, dentro das instalações da Diretoria do Goeldi no Parque Zoobotânico. Helena radiava de alegria, havia recebido há poucos dias a notícia por sua amiga e colega de trabalho, Lílian Bayma, que o Instituto Brasileiro de Museus, recém criado, viria a Belém identificar no bairro do Guamá e na Terra Firme comunidades engajadas na valorização da memória e patrimônio cultural; era a parte inicial de uma Ação-Piloto para fomentar museus comunitários no Brasil. Lílian conseguiu articular com seu professor Mário Chagas, que Helena Quadros seria a melhor pessoa para agilizar a implantação do projeto em Belém, haja vista que ela possuía um trabalho com comunidades próximas ao Centro de Pesquisa do Museu Goeldi, logo com os bairros do Guamá e Terra Firme, desde o ano de 1985. Desse modo, os técnicos entram em contato com Helena e lhe solicitaram se assim fosse possível, que providenciasse uma reunião, naquela tarde de outubro com comunitários dos dois bairros. E assim foi feito.

Chiquinha, Chiconá e Nerci, estavam participando do Festival da Gastronomia Inteligente, que acontecia no Espaço Raízes, dentro do Parque Zoobotânico, como lideranças comunitárias do bairro da Terra Firme foram convidadas a participarem da reunião. Alguns moradores do Guamá foram convocados, a partir da articulação do funcionário da instituição e morador do bairro, o senhor Edson. Nesse momento, eu atuava como bolsista de iniciação científica do MPEG sob orientação de Helena Quadros, onde desenvolvía minha pesquisa no

³² O evento, idealizado por Helena Quadros e Vera Bastos, foi criado para ampliar a divulgação científica aos interessados sobre alimentação saudável, o Festival sensibiliza a todos para a melhoria da qualidade de vida (MPEG 2016).

³³ Marcelle Pereira atuava como coordenadora de Museologia Social e Educação do Departamento de Processos Museais do IBRAM, foi uma das fundadoras da Rede de Educadores em Museus do Rio de Janeiro.

Município de Curuçá e atuava nas atividades diárias do NUVOP³⁴, devido minha pesquisa tratar de: museus, memória e patrimônio; fui convidada também pela minha orientadora a participar da reunião. Ana Cláudia e Lúcia Santana como representantes do MPEG e pesquisadoras de museus também receberam o convite. Com os técnicos do Ibram chegaram Terezinha Rezende e Roberto França como representantes do Ecomuseu da Amazônia³⁵. Portanto, estiveram presentes: Chiconá, Chiquinha e Nerci do bairro da Terra Firme; Edson do bairro do Guamá; Helena, Ana, Lúcia e eu do Museu Goeldi; Terezinha e Roberto do Ecomuseu da Amazônia; além de Marcelle, Cláudia e Wélcio do Ibram.

De fato, não sabíamos do que tratava a reunião; porém, a expectativa era a melhor possível. A notícia do encontro com representantes do instituto trazia sentimentos de ansiedade, emoção, nervosismo por estarem atrelados a imagem de Mário Chagas. Nesse momento, Chagas era diretor do Departamento de Processos Museais do Ibram, mas que devido a sua atuação política dentro do campo dos museus no Brasil, nos passava confiança em torno do que viria a ser proposto. Além de Mário, o nome Cláudia Rose ecoava realização, por ser uma das idealizadoras e coordenadoras do Museu da Maré³⁶, na favela da Maré, cidade do Rio de Janeiro – experiência exitosa de museologia social desde 2006. Logo, em mim, como qualquer estudante de museus, iniciante na academia e adepta da museologia social, os sentimentos palpitavam o coração aceleradamente; tinha a plena convicção que esse era o início de um novo ciclo na minha trajetória acadêmica.

Na reunião, Marcelle, Cláudia e Wélcio apresentaram a proposta do Ibram, em que consistia em identificar nos bairros do Guamá e Terra Firme experiências comunitárias

³⁴ Nesse período a coordenação do NUVOP era por Helena Quadros.

³⁵ É um museu aberto que vivencia o dia a dia das comunidades locais e, está inserido no território amazônico, onde mostra o acervo natural e cultural de uma região. A área de atuação começa no Distrito de Icoaraci – Bairro do Paracuri e a Orla, estendendo-se até as regiões das ilhas, que compreende a Ilha de Cotijuba, Ilha do Mosqueiro e Ilha de Caratateua (ECOMUSEU DA AMAZÔNIA 2016).

³⁶ O Museu da Maré, fundado no dia oito de maio de 2006, surgiu a partir do desejo dos moradores de terem o seu lugar de memória, um lugar de imersão no passado e de olhar para o futuro, na reflexão sobre as referências dessa comunidade, das suas condições e identidades, de sua diversidade cultural e territorial. O Museu da Maré é um conjunto de ações voltadas para o registro, preservação e divulgação da história das comunidades da Maré, em seus diversos aspectos, sejam eles culturais, sociais ou econômicos. As ações propostas no Plano Museológico, contemplam o programa institucional, de acervos, de exposição, educativo cultural, de pesquisa e de divulgação da iniciativa (MARÉ 2016).

voltadas para a valorização da memória e patrimônio cultural dos bairros. Expuseram que se tratava de uma Ação-Piloto de um programa em construção, chamado Programa Pontos de Memória, que contava com a parceria do Programa Cultura Viva e PRONASCI, e apoio técnico e financeiro da OEI. Referiam-se apenas a esses bairros dentro da capital paraense, por que eram considerados pelo Ministério da Justiça como os bairros mais violentos da cidade, e com a parceria do PRONASCI/MJ o governo projetava a implantação nesses lugares da política dos “territórios de paz”³⁷.

Assim, ficou clara a real escolha dos bairros para esse programa, algo que provocou uma forte discussão entre os participantes, como fora citado antes, partindo dos comunitários que não reconheciam políticas governamentais eficazes para o combate a violência e pobreza dentro dos bairros e, muito os entristecia, pois apesar da nova gestão, o discurso permanecia. Contudo, outra realidade identificada é que buscavam experiências de memória e museologia social no país, falavam de mais museus oriundos de comunidades voltados para as comunidades, o PPM seguiria o modelo dos “Pontos de Cultura”³⁸. No mais, havia um grande problema, o Ibram selecionaria apenas um dos bairros para implantar a Ação-Piloto, pois era apenas uma comunidade por cidade entre doze capitais que receberiam o projeto.

Os comunitários dentro de seus bairros, se assim fosse a sua pretensão, deveriam se articular em questão de 24h para “convencer” os técnicos de que estavam aptos em receber o programa, pois os três permaneceriam mais um dia na cidade. As Chicas (refiro-me a Chiquinha e Chicona) e Nerci trataram de articular os grupos culturais, personagens importantes do bairro, projetos socioculturais, para assim reunirem com os técnicos no dia seguinte. Edson, infelizmente não teve a mesma sorte. Ele pouco se envolve com as atividades do bairro do Guamá, porém conhece as lideranças comunitárias que naquele dia não deram tanta importância para a ação. Desse modo, Marcelle, Cláudia e Wélcio se dirigiram apenas para o bairro da Terra Firme.

³⁷ Mudam a realidade de segurança pública de uma comunidade a partir de ações sociais que valorizem a cidadania.

³⁸ É a entidade cultural ou coletivo cultural certificado pelo Ministério da Cultura.

Na noite seguinte, se reuniram com as três comunitárias na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle – espaço de educação e socialização – que ali os receberam com fotos, recortes de jornais, documentos importantes que representaram a história de construção do bairro; se tratava do acervo pessoal de Maria de Fátima, a Fafá, que conversou e debateu sobre as dificuldades e conquistas dos moradores. Após a conversa na escola, seguiram para a Praça Olavo Bilac onde a Companhia de Dança Exíbel e o Grupo de Capoeira Eu Sou Angoleiro os receberam com festa e muita alegria. Sendo assim, os técnicos saíram maravilhados da Terra Firme e levaram para a Brasília (base física do Ibram) as experiências que vivenciaram naquele lugar.

A proposta de criação dos Pontos de Memória foi resultado de um movimento político iniciado com a implantação do DEMU/Iphan que provocou diversos avanços no campo dos museus no Brasil, conforme discutimos no item anterior. As frentes políticas do DEMU priorizaram ações voltadas para a consolidação da museologia social no país. Contudo, é importante destacar que museus comunitários dentro de bairros, favelas e centros comunitários já era uma realidade brasileira, refiro-me ao: Ecomuseu do Quarteirão e Museu da Maré no Rio de Janeiro; Ecomuseu da Serra do Ouro Preto, cidade de Ouro Preto - Minas Gerais; Museu Treze de Maio, em Santa Maria no Rio Grande do Sul; como também o Ecomuseu da Amazônia, em Belém; experiências presentes também em outros estados.

Essas iniciativas surgiram após a Eco-92, que discutiu e reconheceu no país a importância do *museu integral* para os novos museus e também os em funcionamento. Desde 2004, essas experiências se articulam por meio da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC),³⁹ que buscam desenvolvimento sociocultural a partir do processo museológico dentro de comunidades compromissadas com sua memória, território e patrimônio cultural. Portanto, a importância da implantação do Programa Pontos de Memória, pelo Instituto Brasileiro de Museus, é o reconhecimento do poder público sobre as transformações sociais que os museus provocam nos lugares e nas pessoas.

³⁹ É uma associação civil, sem fins lucrativos e que tem por finalidade fomentar a criação, cooperação e divulgação de ecomuseus e museus comunitários, a formação de uma rede nacional de solidariedades e troca de experiências entre os participantes e simpatizantes de processos museológicos comunitários, além de promover a interlocução com as demais tipologias de museus e instituições culturais e reivindicar, junto os poderes públicos, em todas as esferas de governo, a escuta e a representação desses processos, consolidados ou em fase de gestão nas discussões e fóruns da comunidade museológica brasileira (ABREMC, 2009, p. 2).

Assim, o PPM surge com a proposta de incentivar a criação e quiçá reconhecer novas iniciativas dentro de sociedades, que na maioria dos casos, se mantêm à margem de políticas públicas sociais. Porém, sabe-se que a política dos Pontos de Memória trata-se, também, de uma promoção do estado do bem-estar das comunidades urbanas que sofrem com as mazelas das grandes cidades, devido ao abandono e esquecimento do poder público. Contudo, a estratégia política de identificar, selecionar e apoiar grupos que valorizam a cultura periférica é decisiva para o sucesso do programa.

A cultura da periferia e seu poder de resistência e criatividade artística vem se afirmando no século XXI. As comunidades selecionadas que integram a Ação-Piloto do Programa Pontos de Memória são grupos que expressam sua cultura por meio do rap, grafite, funk, tecnobrega – expressões que vêm das periferias para os centros da cidade. São lugares de formação recente, que surgiram com expansão das grandes cidades e devido à articulação política e social das pessoas, conseguiram se firmar enquanto grupo e território.

Ao lançar o Programa Pontos de Memória, em 14 de fevereiro de 2009, o IBRAM reconheceu na Comunidade do Cantagalo-Pavão-Pavãozinho, na cidade do Rio de Janeiro, o Museu de Favela (MUF) como a primeira iniciativa de memória e museologia social reconhecida dentro do programa. O MUF é uma associação privada de interesse comunitário sem fins lucrativos, fundada em novembro de 2008 por moradores das favelas de Cantagalo, Pavão e Pavãozinho. “O MUF já nasceu com um plano museológico e um forte modo de experimentalista, sem modelos nos quais se inspirar” (Pinto et. al 2012, p. 147). Uma nova experiência, de dentro da periferia, com o apoio de museólogos militantes da museologia social, como Mário Chagas, e articulação com outras experiências do tipo na cidade do Rio de Janeiro⁴⁰ o MUF foi à primeira iniciativa reconhecida no Programa Pontos de Memória.

A Ação-Piloto deveria reconhecer mais 11 iniciativas, assim como ocorreu em Terra Firme, os técnicos do IBRAM se deslocaram para as capitais com o intuito de mapear as comunidades periféricas, no qual levavam em consideração: a história dos grupos, ações voltadas para a afirmação da memória e identidade, apropriação da cultura popular e vontade de formarem junto um museu comunitário. Com o objetivo de estimular a troca de

⁴⁰ Refiro-me ao Museu da Maré, Ecomuseu do Quarteirão, Museu Vivo de São Bento em Duque de Caxias, Museu do Horto na comunidade do Horto Florestal, e Museu Sankofa na Rocinha.

experiências entre as iniciativas comunitárias identificadas nas cidades, como também de construir coletivamente as estratégias do Programa Pontos de Memória para as iniciativas contempladas, em dezembro de 2009, o Ibram promoveu a I Teia da Memória (QUADROS et. al 2013).

O evento que ocorreu na cidade de Salvador, na Bahia, permitiu que as comunidades mapeadas apresentassem uma proposta de implantação do Programa Pontos de Memória em suas localidades. O instituto garantiu a logística do deslocamento e hospedagem dos representantes, de Belém foram as Chicas, Nerci e Jéssica⁴¹ – moradoras do bairro Terra Firme; e também Helena e Ana Cláudia – como funcionárias do Museu Goeldi e atuantes no bairro. Não houve representação do bairro do Guamá, pois não conseguiram demonstrar interesse quando os técnicos estiveram em Belém.

Os participantes apresentavam suas experiências a partir de relatos, fotos, documentos, vídeos a fim de demonstrarem interesse no ingresso ao programa. As “Mulheres da Amazônia”, como foram chamadas por Mário Chagas as representantes da Terra Firme no evento, expuseram a trajetória de luta e conquista do bairro, a presença de diversos grupos, centros e/ou associações culturais dentro da Terra Firme, falaram de suas trajetórias pessoais e suas relações com o lugar e os demais moradores, e ainda, relataram que o interesse de possuírem o Museu do Bairro da Terra Firme era um interesse antigo, devido à influência do Museu Goeldi no lugar. No fim da apresentação, o professor Mário contempla o bairro da Terra Firme com um Ponto de Memória.

E assim, na I Teia da Memória foram definidas as comunidades da Ação-Piloto do Programa Pontos de Memória - os pontos pioneiros. Os comunitários deveriam levar para suas localidades a proposta de criação dos Pontos de Memória que deveriam ser geridos e mantidos por um Conselho Gestor. Ao Ibram caberia o suporte técnico por meio de consultorias, oficinas e encontros de capacitação; e posteriormente a liberação de recurso financeiro para a elaboração de produtos de difusão e lançamento dos PM. Com as maiores expectativas os representantes retornam para suas localidades.

⁴¹ Jéssica Santos é uma jovem moradora do bairro da Terra Firme, esteve engajada nas ações voltadas para a implantação do Ponto de Memória da Terra Firme a partir do convite de Helena Quadros quando era bolsista d

As “Mulheres da Amazônia” chegam a Belém com a boa nova e um grande desafio pela frente, dever-se-ia traçar estratégias para a formação do Ponto de Memória da Terra Firme. Junto às mulheres outras pessoas, como eu, estavam interessadas na causa. Gostaria de citar a Dr. Raimunda Potiguara⁴² que projetava uma ação de arborização no bairro da Terra Firme, mas infelizmente veio a falecer anos depois, antes de ver o projeto concretizado - falarei dele no último capítulo dessa dissertação. Com o retorno das representantes da Terra Firme, trabalhamos para a formação e consolidação do grupo que manteria o projeto, optamos como primeira estratégia convidar antigos parceiros, moradores do bairro a atuarem junto conosco.

As Chicas e Nerci conseguiram um espaço na Escola Brigadeiro Fontenelle para agendarmos a primeira reunião com os moradores do bairro, em janeiro de 2010, para debaterem conosco a criação do Ponto de Memória. As moradoras Chiquinha, Chicon e Nerci convidaram lideranças comunitárias engajadas na valorização da memória e cultura do bairro; Helena se prontificou a ligar para alguns moradores parceiros do projeto que coordena no Goeldi; Jéssica se responsabilizou em convocar os jovens e professores envolvidos com a Terra Firme. A mim, cabia apenas participar e registrar a reunião.

Eu já havia estado no bairro antes, possuo uma amiga, do tempo de colégio, que até hoje mora na Terra Firme, porém as idas e vindas ao bairro foram poucas até então. Considero que conheci a Terra Firme a partir dessa primeira reunião com os moradores na Escola Brigadeiro Fontenelle, pois lá conheci suas histórias, seus interesses, seus locais de trabalho e suas projeções futuras; lá percebi a grandiosidade das lutas por moradia, saúde e educação. Por mais que minhas raízes sejam de uma família pobre do bairro do Guamá, o trabalho e o esforço de minha mãe para que meu irmão e eu tenhamos outra realidade, me fez distanciar, mas digo um pouco, da verdadeira realidade desses bairros periféricos. Contudo, é válido frisar que minhas raízes ainda estão fixas no bairro do Guamá, local em que vivi e vivencio as melhores experiências da minha vida, o convívio familiar.

Aproveito também para relatar que a Escola Brigadeiro Fontenelle sempre despertou certa curiosidade em mim, possuía um professor de matemática, o Moraes, na escola –

⁴² Foi pesquisadora do Museu Goeldi, integrante no projeto Museu Goeldi leva Educação em Ciência a Comunidade, de coordenação de Helena Quadros.

privada no centro da cidade – que quando nós, alunos nos dispersamos, dizia que deveríamos agradecer a oportunidade de estarmos sentados naquela cadeira, pois os alunos da Escola Brigadeiro Fontenelle não possuíam a mesma sorte. Moraes é professor e morador do bairro da Terra Firme.

Considero aquele primeiro encontro importante para que iniciassem as primeiras ações de formação do Ponto de Memória da Terra Firme. O grupo formado, a partir de então, veio se reunindo a fim de traçar estratégias que pudessem atingir mais moradores do bairro. A primeira ação a ser adotada foi a realização de rodas de memória⁴³ (Quadros et. al 2012) em que moradores eram convidados a participar a fim de falarem sobre determinado assunto que envolvia a suas experiências dentro do bairro. Realizamos as rodas nas escolas, casas dos moradores, nas instalações do Campus de Pesquisa do MPEG; com o propósito de coletar informações sobre o bairro e pensar na articulação de novas estratégias.

No período de janeiro a fevereiro de 2010, o Ibram entrava em contato com as experiências para acompanhar as ações que vinham sendo feitas nas comunidades. A pessoa que respondia por Terra Firme era Helena, devido à articulação inicial e também a facilidade e disponibilidade com meios de comunicação que o instituto entrava em contato, como a correspondência via endereço eletrônico. A verdade também é que Helena sempre foi uma excelente mediadora entre o governo e a comunidade. Como funcionária do Museu Goeldi, conhecia a realidade das instituições públicas na execução de políticas e/ou ações para a comunidade. Como coordenadora do projeto que atendia comunidades próximas ao museu, ela não se restringia às salas e eventos, se envolvia ativamente com as causas, necessidades daqueles parceiros de projeto que se tornaram amigos, compadres, pessoas muito próximas a ela. Helena é uma das personagens que surgem na mediação entre estado e iniciativas comunitárias dentro do PPM, essa realidade também é presente dentro de outros Pontos de Memória, como pudemos verificar na análise, acima, da IV Teia da Memória.

⁴³ Metodologia em que os participantes sentam-se em rodas e falam sobre determinado assunto que envolva as suas experiências, criando espaços de conversas e depoimentos.

O Ibram propõe às comunidades que realizem alguma atividade dentro da Semana Nacional de Museus⁴⁴, que aconteceria no mês de maio. Buscamos pensar em algo que pudesse chamar a atenção dos moradores a fim de alcançarmos mais pessoas para a formação do Ponto de Memória da Terra Firme. A realidade, naquele momento, era a participação apenas das moradoras engajadas desde o primeiro contato com o Ibram; ocorria uma dispersão dos moradores que participavam dos encontros e reuniões, não havia interesse e nem comprometimento da parte deles.

Paralelo a isso, os técnicos do DPMUS incentivavam a criação do Conselho Gestor dos Pontos de Memória. Então, pensamos em algo que pudesse agregar a história do grupo que vinha trabalhando para a formação do PMTF e a criação de um evento que pudesse reunir mais moradores do bairro. Helena, conseguiu articular com a Coordenação de Museologia do MPEG a criação de uma exposição sobre a trajetória do projeto “Museu Goeldi leva Educação em Ciência a Comunidade” e a disponibilidade do auditório do Campus de Pesquisa para realização de um seminário, voltado para moradores e compromissados com o bairro da Terra Firme. Éramos um grupo de dez pessoas, entre comunitárias e técnicas do Museu Goeldi - Chiquinha, Chicon, Nerci, Jéssica, Deyvison Laurentino, Maria Madalena do bairro da Terra Firme; Helena, Ana, Rosana Passos e eu do Museu Goeldi – que trabalhamos durante dois meses para a concretização dessas duas atividades que aconteceriam juntas no mês de maio.

Em meio ao processo de articulação desse grupo inicial do Ponto de Memória da Terra Firme, mais uma vez as representatividades foram convidadas a se reunirem com os demais Pontos de Memória e equipe técnica do Ibram. Era a II Teia da Memória⁴⁵, realizada em 26 a 28 de março de 2010, na cidade de Fortaleza, no Ceará. Escolhemos, digo por que realizamos uma votação dentro do grupo inicial do PMTF, as seguintes pessoas: Helena, Chiquinha, Chicon e Nerci; como representante do Ponto de Memória da Terra Firme. A II Teia foi um espaço para que os Pontos de Memória debatessem o tema memória social, definirem novas ações e trocaram experiências (Quadros et. al 2012).

⁴⁴ A Semana Nacional de Museus acontece anualmente para comemorar o Dia Internacional de Museus, 18 de maio, quando museus brasileiros, convidados pelo IBRAM, desenvolvem uma programação especial em prol dessa data (IBRAM 2016).

⁴⁵ A II Teia da Memória ocorreu dentro da programação da “Teia Brasil – tambores digitais” promovida pela Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Esses primeiros encontros foram importantes para a aproximação dos pontos pioneiros que se auto-reconheceram como grupo frente à política de governo dos Pontos de Memória. Visto que iniciaram as parcerias e amizades uns com os outros, com interesse de trocarem experiências além dos espaços criados pelo IBRAM. Nossas representantes, desde o primeiro encontro, por afinidade de interesses, formaram uma parceria com os representantes do MUF – Carlos Silva, o Acme⁴⁶; Sidney Tartaruga e Antônia Soares. E assim, os demais PM foram se aglutinando, congregando e se auto-reconhecendo, seja por afinidade de interesses ou por estratégias políticas – fato que recorrente até hoje como vimos na IV Teia da Memória.

Ao retorno de Helena e Chicas (Nerci devido aos imprevistos não pode comparecer a II Teia da Memória) a discussão em torno da criação do Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme retornou com força. Na II Teia os participantes debateram longamente sobre o assunto e levantaram a importância de um conselho gestor para as iniciativas, como sendo fundamentais para a representatividade das comunidades dentro desses espaços. E assim, retornamos às nossas estratégias para a formação do PMTF.

No mês de maio de 2010, conseguimos desenvolver três encontros importantes para a formação do Ponto de Memória da Terra Firme, que considero como ponta-pé inicial do reconhecimento, enquanto experiência de memória e museologia social em Belém. Houve o lançamento da exposição “Museu Goeldi e o Bairro da Terra Firme: 25 anos de ação comunitária”⁴⁷; a realização do “Seminário Ecomuseus e Museus Comunitários: uma nova proposta ao bairro da Terra Firme”⁴⁸ e do “Seminário de Criação do Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme”; além da oficina “Museu, Memória e Cidadania”, com a presença dos técnicos do IBRAM: Cláudia Rose, Wélcio Toledo e Inês Gouveia, que buscaram

⁴⁶ É um dos pioneiros do grafite carioca, autodidata, renomado ativista da arte urbana, um dos idealizadores do Museu de Favela (MUF 2012).

⁴⁷ A exposição consiste em dez banners retrata as conquistas, dificuldades e desafios enfrentados pelo projeto “Museu Goeldi leva Educação em Ciência a Comunidade” e sua ação comunitária no bairro da Terra Firme.

⁴⁸ Atividade voltada para os moradores e interessados, em que se discutiu sobre o papel dos museus em Belém em defesa do desenvolvimento local, buscando a melhoria na qualidade das comunidades envolvidas, destacando ações voltadas para o bairro da Terra Firme.

capacitar o Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme, reconhecido pelo Ibram naquela ocasião.

Desse modo, houve a legitimação do primeiro Conselho Gestor⁴⁹ do Ponto de Memória da Terra Firme que se disponibilizou em conduzir o projeto. Formado por: André Oliveira*, Edmilson Souza*, Eliete Santana (Nerci), Francisca Rosa (Chiquinha), José Maria Souza, João Batista dos Anjos, Jéssica Santos, Marcelo Lobato*, Maria Francisca Santos (Chicona), Maria Madalena, Sâmia Queiroz – moradores do bairro da Terra Firme; Ana Cláudia Silva, Helena Quadros, Sônia Barra*, e eu, Camila Moura – pessoas externas, mas que desenvolvam atividades dentro do bairro; o conselho trabalhou para a consolidação do Ponto de Memória da Terra Firme dentro e fora da Terra Firme.

Enquanto participante do processo, observei que os conselhos gestores dos Pontos de Memória aconteceram no mesmo momento. O suporte técnico dado pelo Instituto Brasileiro de Museus aos *pontos pioneiros* possibilitou no acontecimento das etapas iniciais do programa quase no mesmo instantes em todas as iniciativas. Os técnicos do Ibram dividiam-se entre os Pontos de Memória, ofertando oficinas de capacitação para os conselheiros nomeados, as quais recorriam a temas relacionados à memória, patrimônio, identidade, e museus. E assim, os Pontos de Memória foram se consolidando como iniciativas de memória e museologia social no país. É preciso citar que tratarei mais adiante da forma de atuação do Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme, bem como seu vínculo com o Ibram no terceiro capítulo dessa dissertação.

Com a formação do conselho gestor, o Ponto de Memória da Terra Firme, em Belém, veio se consolidando como uma iniciativa comunitária participativa de caráter sociocultural-

⁴⁹ A formação do Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme se deu de duas maneiras (descritas em Ata): primeiro foi decidido pelos participantes do seminário que todo as as pessoas (membros da comunidade e representante de instituições) que estavam acompanhando o processo de formação do Ponto de Memória da Terra Firme desde o início, em outubro de 2009, eram conselheiros titulares, caso estivessem de acordo. Estas pessoas eram: Ana Cláudia Silva, Deivison Laurentino, Eliete Santana (Nerci), Helena Quadros Jéssica Santos, Francisca Rosa (Chiquinha), Maria Francisca Araújo (Chicona), e eu, Camila Moura. Segundo, as pessoas que estavam participando do seminário que se interessaram e se comprometeram com a proposta do PMTF poderiam se candidatar; estas pessoas foram: Benedito Costa, Edivânia Alves, Leonel Oliveira, João Batista, José Maria Souza e Sâmia Queiroz.

*Nomes fictícios, por não autorização de relatos.

educacional que adota a museologia social como principal ação transformadora dentro do bairro. Nos primeiros anos, teve como principal objetivo o seu reconhecimento como museu comunitário que narre à história, a memória e o patrimônio do bairro da Terra Firme, a partir da realidade de seus moradores. Assim, trabalhamos para se tornarem um museu; um lugar de memória; de representação histórica; de todos e para todos; de educação; de encontros, debates, construção e afirmação da identidade do bairro da Terra Firme (QUADROS et. al. 2013).

Para atender essa expectativa, viemos desenvolvendo diversas ações museais para e com a comunidade, procurando legitimá-lo como meio de transformação sociocultural-educacional, a partir do entendimento de que os museus são meios para valioso e valorização e preservação da memória e da história de um lugar (*Ibidem*, 2013). Passando a atuar em áreas referentes à história, cultura e educação do bairro da Terra Firme, pois defendíamos que essas eram as áreas geradoras de ações bases para o Ponto de Memória torna-se um museu comunitário. Desse modo, trabalhamos para mudar imagem negativa atribuída ao lugar, incentivando os moradores a preservar e valorizar suas memórias e histórias; bem como buscando parcerias com instituições públicas e privadas, que contribuam na transformação social do bairro da Terra Firme. Contudo, o maior desafio do Ponto de Memória era a conquista de um espaço físico que servisse de sede da iniciativa, abrigando uma infra-estrutura básica para o trabalho do Conselho Gestor; espaço para reuniões, encontros e oficinas; e um local para guardar o acervo, tais como: imagens, gravações de áudio, utensílios e instrumentos. (QUADROS *et al* 2013)

Destaco, ainda no ano de 2010, outras atividades, encontros, eventos que o Ponto de Memória da Terra Firme participou ou promoveu a partir da articulação dos conselheiros. Refiro-me a: exibição da exposição itinerante “Museu Goeldi e o Bairro da Terra Firme: 25 anos de ação comunitária” na Feira Pan-Amazônica do Livro promovida pelo Governo do Estado do Pará; promoção junto com o Museu Goeldi do Festival da Gastronomia Inteligente no Parque Zoobotânico MPEG; participação na III Teia da Memória⁵⁰ realizada no Museu da Maré, na cidade do Rio de Janeiro ; e a realização do “I Encontro de Gestores e Professores

⁵⁰ O encontro foi um espaço de intercâmbio, debate metodológicas e construção de agendas e estratégias para o fortalecimento e consolidação dos Pontos de Memória (QUADROS et. al 2013). Na III Teia, como representante do PMTF estiveram presentes Benedito Costa e eu.

do bairro da Terra Firme” na Escola Brigadeiro Fontenelle. E assim como na Terra Firme, os *pontos pioneiros* desenvolveram ações com e para suas comunidades.

Reconheço que os Pontos de Memória tornaram-se espaços de discussão e mobilização social em defesa do desenvolvimento dos lugares e de sua gente, por meio de ações voltadas para a valorização da memória, reconstrução histórica e apropriação de patrimônios culturais. Os pontos pioneiros avançaram nas discussões e tornaram-se espaços de apropriação social, passaram a falar de museus, categoriais museais, exposição, acervo – qualquer tipo de termo, conceito presente na discussão de museologia social. Os museus para os pontos pioneiros era uma realidade, todos falavam e queriam possuir museus.

Creio que isso seja resultado da forma como ocorreu a implantação do Programa Pontos de Memória, a presença de Mário Chagas e sua equipe, formada por ex-alunos e colegas militantes que congregavam sobre o mesmo entendimento de museologia social impregnou nos Pontos de Memória os mesmos discursos, pensamentos e ações. Afirmando porque muitas das vezes nos via debatendo conceitos que chegavam através de livros enviados pelo IBRAM, publicações que continham pensamentos de Chagas e tantos outros envolvidos. As oficinas de capacitação ministradas pelos técnicos do Ibram abordavam temas como acervos e coleções, museus e museologia. Então, por meio desses e outros acontecimentos que acredito que a ideologia de museus comunitários fora criada dentro dos *pontos pioneiros*. E assim, nos encontros nacionais, em reuniões cotidianas ou em ações pontuais buscávamos ser reconhecidos como Museu Comunitário do bairro da Terra Firme.

Em 2011, iniciava uma nova etapa dentro do programa, a seleção de consultores locais que deveriam atuar nas comunidades, promovendo consultoria técnica-operacional relacionado à memória social, museologia comunitária, cultura popular e educação patrimonial; além de planejar, elaborar e desenvolver ações socioculturais junto aos comunitários, trabalhando para a difusão, acompanhamento e avaliação das atividades. Os consultores deveriam possuir curso superior e ter algum envolvimento com as comunidades contempladas pelo Programa Pontos de Memória; logo deveriam ser de indicação dos conselhos gestores, a fim de garantirem a execução das propostas. No Ponto de Memória da Terra Firme, eu fui a escolhida.

Os consultores locais deveriam elaborar junto com os conselheiros um Plano de Ação de 18 meses que consistia na realização de um inventário participativo dentro das comunidades para a produção de produtos de difusão. Tais produtos poderiam ser: exposição, livros, cartilhas, jornais, vídeos – qualquer material que pudesse promover e legitimar o Ponto de Memória em suas localidades. Os consultores assinaram um contrato com a Organização dos Estados Ibero-Americanos – organização financiadora do PPM – em que se responsabilizavam em executar as ações acordadas entre os Pontos de Memória, Ibram e nós, a partir do compromisso em cumprir o Plano de Ação com o recurso disponibilizado. Para a execução dos produtos o Ibram disponibiliza técnicos que iriam às comunidades capacitar e acompanhar o processo de execução dos mesmos. Além de contratar uma consultora nacional que acompanharia os 12 consultores locais em suas ações, buscando agilizar os processos, resolver imprevistos e garantir a execução de todos os planos de ação.

Eu havia acabado de me formar, quando assumi a consultoria local do Ponto de Memória da Terra Firme, confesso que a euforia de recém-formada em consegui um trabalho na dimensão que era o Programa Pontos de Memória, se confrontava com o peso da responsabilidade desse compromisso. Porém, os conselheiros me deram todo apoio e depositaram confiança na capacidade que poderei ter naquele momento. E a partir de então, trabalhamos para desenvolver três ações/produtos: o *inventário participativo sobre as manifestações sócio culturais do bairro da Terra Firme*; a produção da cartilha *Um Ponto de Memória na Terra Firme*, e a exposição *Terra Firme: de tudo um pouco*; além de atividades que contribuiriam para a consolidação da iniciativa. Por isso, o surgimento de conflitos íntimos durante a IV Teia da Memória, posto tinha total confiança dos conselheiros, mas naquele momento, havia me tornado uma “estranha”.

Como estratégia de acompanhar o trabalho dos consultores, o programa possibilitou a realização de encontros nacionais entre os selecionados. Reuníamos para debater nossas necessidades, desafios e estratégias para a realização dos planos de ação, tendo a oportunidade de conhecer algumas experiências de Pontos de Memória e museologia social reconhecidas pelo IBRAM, como: na Estrutural, no Distrito Federal; Museu de Favela e o Museu da Maré na cidade do Rio de Janeiro; Beiru em Salvador-BA. O encontro promovia

debates em torno das transformações dessas iniciativas em museus, em que muitos já se afirmavam como espaços museais e outros seguiam com a categoria pontos de memória.

Os encontros de consultores foram decisivos para a formação da militância dos Pontos de Memória, em que, enquanto representantes de nossas comunidades, tomávamos posicionamentos políticos frente às mudanças que começaram a surgir dentro do programa (Figura 3). Exigíamos a continuação das oficinas, visita técnica e encontros com mais representatividades, haja vista que com a seleção de consultores, era o início do desligamento do apoio técnico às comunidades. Tornamos as representatividades de nossas iniciativas, participamos dos principais eventos sobre museus e museologia no Brasil e em nossas reuniões, sendo convidados a apresentar e debater a formação dos Pontos de Memória.



Figura 3: Consultores locais do Programa Pontos de Memória e equipe técnica do DEPMUS/IBRAM no Palácio da Aclamação em Salvador, Bahia.
Foto: ASCON/IBRAM, 2011

Em Terra Firme, iniciamos o inventário participativo do Ponto de Memória, em outubro de 2011, onde foram coletadas 59 histórias de vida que registraram aspectos da cultura, cotidiano, história e processo de luta e conquistas dos moradores do bairro. Identificamos que havia interesses dos moradores em registrar, preservar e divulgar elementos que tratam do patrimônio reconhecido, memória compartilhada e identidade

afirmada dentro do bairro da Terra Firme. Os entrevistados levantaram que o bairro é visto, por muito tempo, como uma ameaça ao patrimônio público, pois é considerado como um lugar violento, perigoso e marginalizado, controlado pelo tráfico de drogas e pela violência. Com os registros o Ponto de Memória da Terra Firme deveria trabalhar para a mudança dos estereótipos que norteiam o bairro e seus moradores. Recordo-me do pensamento de Ecléa Bosi ao afirmar que “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar” (1999, p. 55).

Com o propósito de integrar os moradores nas ações em que envolvem a implantação do museu, o Ponto de Memória da Terra Firme os convidou para planejar e elaborar a sua primeira exposição sobre o bairro e suas representações simbólicas, resultado do inventário participativo. A exposição itinerante chama-se *Terra Firme: de tudo um pouco*, se configura em nove painéis expositivos que retratam sobre os patrimônios reconhecidos e memórias narradas pelos moradores durante a realização do inventário (Figura 4). A exposição foi lançada em janeiro de 2013 e, desde então, percorre com o objetivo de legitimar a identidade afirmada pelos moradores do bairro da Terra Firme, refazendo, reconstruindo e repensando sobre a memória presente no lugar. Detalharei as etapas de realização do inventário participativo e da concepção exposição no terceiro capítulo dessa pesquisa.



Figura 4: Lançamento da exposição Terra Firme: de tudo um pouco, na quadra da Igreja São Domingos de Gusmão, no bairro da Terra Firme.

Fonte: Acervo do Ponto de Memória da Terra Firme

Foto: Eloiza Barbosa, 2013.

O evento significou, ainda, o lançamento do Ponto de Memória da Terra Firme, no sentido de deslocamento conceitual que demonstra à comunidade representada, o enquadramento cultural dos protagonistas do processo (Pinto et. al. 2012). Propunha-se mostrar que o morador, agente comunitário – atores sociais do bairro – são partes integrantes desse museu. A proposta era garantir que esse espaço, já criado, seja de todos e para todos. Nós, conselheiros, estávamos maravilhados com a dimensão dessa ação, havíamos divulgado dentro e fora do bairro o que resultou na presença de diversos interessados na proposta, além dos moradores. Conseguimos viabilizar a apresentação de jovens músicos⁵¹ moradores da Terra Firme, ofertamos coquetel a todos os presentes, falamos de nosso trabalho e expectativas futuras. Para mim, representava o reconhecimento de um trabalho.

Contudo, não posso deixar de citar outros produtos e eventos produzidos pelo Ponto de Memória da Terra Firme até então, pois foram importantes para o reconhecimento da iniciativa naquele momento de lançamento. Refiro-me: à realização a “I Gincana História e Memória do Bairro da Terra Firme” e à produção dos vídeos documentários “Todo dia é dia de feira” e “Ritmos, Cores e Sons da Terra Firme”, em 2011 produção dos vídeos documentários; reedição do “Jornal O Tucunduba” e o “Cortejo Cultural: as diversas linguagens da cultura no bairro da Terra Firme”; no qual voltarei a falar no último capítulo dessa dissertação. Atividades que incentivaram a juventude do bairro a conhecer, valorizar e divulgar a realidade da Terra Firme a partir da perspectiva do morador.

Desse modo, os Pontos de Memória realizaram diversas ações dentro de suas localidades que se assemelham ou não às realizadas aqui em Belém, porém todos congregavam a um objetivo comum - o reconhecimento dessas experiências como espaços de representação social. As iniciativas trocavam experiências a todo o momento, permitindo o acompanhamento das ações por outros grupos. Em Belém, recebemos duas vezes Cláudia Feijó – historiadora, moradora de Lomba do Pinheiro no Rio Grande do Sul, conselheira do Ponto de Memória do Lomba do Pinheiro. Esteve conosco para nos auxiliar quanto à formação de estratégias para a legalização do Ponto de Memória da Terra Firme e a formação da Rede Norte de Pontos de Memória.

⁵¹ Do Instituto Amazônia Cultural, liderada pelos moradores Eliezer Aviz, Maria da Glória e Mário Martins.

Isso se deve a ampliação do Programa Pontos de Memória, a partir da concretização do Edital Prêmio Pontos de Memória, desde o ano de 2011. José Nascimento (2011)⁵², Presidente do Instituto Brasileiro de Museus naquele momento, dizia “os Pontos de Memória são irradiadores de processos em seus estados e entorno, o objetivo agora é expandir para outros grupos sociais, culturais, étnicos, de todo o país”. O edital visa reconhecer e premiar práticas museais e processos dedicados às memórias desenvolvidas por grupos, povos e comunidades em âmbito nacional e por comunidades brasileiras no exterior. O objetivo era reconhecer, incentivar e fomentar a continuidade e sustentabilidade na perspectiva do Programa Pontos de Memória. Fato que provocou o surgimento em alta escala de novos Pontos de Memória – reconhecidos e premiados pelo Ibram.

Com o surgimento dos editais prêmios, que desde então é ofertado anualmente, o Programa Pontos de Memória passou por uma reformulação. Os pontos pioneiros se sentiram coagidos, visando à impossibilidade de continuidade da metodologia de desenvolvimento do programa. Nos primeiros editais, houve premiação de experiências já consolidadas, que fugiam das aspirações da museologia social defendida e apropriada pelos *pontos pioneiros*. De acordo com a Carta dos Primeiros Pontos de Memória (2013) destinada ao Presidente do IBRAM, nesse momento Ângelo Oswaldo, os pontos afirmam:

Nota-se que nos Editais de premiação do Programa Pontos de Memória, a grande maioria das iniciativas premiadas nada tem de comunitárias ou mesmo de desenvolvimento social das memórias marginalizadas ao longo da história do país. Por isso, consideramos que tal fato, configura-se numa distorção clara do PPM, no que se refere ao seu conceito e metodologia.

Os pontos pioneiros consideravam injusta a forma como as premiações vinham sendo feitas, defendiam que o protagonismo comunitário que não estava presente nessas iniciativas e que com a ampliação do PPM e o fortalecimento das experiências, se consolidava uma política pública que reconhece e valoriza a diversidade de memórias presentes formação social do país (CARTA DOS PRIMEIROS PONTOS DE MEMÓRIA 2013). Nesse momento, exigiam uma avaliação do programa a partir de nove encaminhamentos, entre eles destaque o último, em que exigem:

⁵² Discurso dito durante a o I Encontro de Qualificação dos Consultores dos Pontos de Memória, em setembro de 2011, na sede do IBRAM, em Brasília, Distrito Federal.

Faz-se necessário que sejam garantidos os tópicos construídos através da *Carta de Princípios da Rede de Pontos de Memória e iniciativas comunitárias em Memória e Museologia Social*, elaborada coletivamente em julho de 2012, na sede do Ibram em Brasília (CARTA DOS PRIMEIROS PONTOS DE MEMÓRIA 2013).

A “Carta de Princípios da Rede de Pontos de Memória e iniciativas comunitárias em Memória e Museologia Social” de 2012 significou na transparência da metodologia desenvolvida dentro PPM. Detectamos que a carta em que os princípios foram apresentados no item anterior, define propostas voltadas para fomento, financiamento e sustentabilidade, qualificação, inventário participativo e articulação em rede. Desse modo, se tornou um instrumento político das iniciativas dentro do programa, uma vez que foi elaborada por 32 representantes do campo da museologia social das cinco regiões do país, entre eles os *pontos pioneiros*, e a equipe técnica do IBRAM.

A ampliação do Programa Pontos de Memória e o fortalecimento das iniciativas reconhecidas possibilitaram no surgimento de Redes de Pontos de Memórias, no âmbito local, regional e nacional. Em plena atuação, as redes promovem a aproximação e articulação de ações e trocas de experiências entre iniciativas culturais de base comunitária que atuam no campo da memória, patrimônio cultural e museologia (CHAGAS e GOUVEIA, 2014). Podemos elencar as redes: Rede Cearense de Museus Comunitários, a Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social do Rio Grande do Sul e a Rede LGBT de Memória e Museologia social, Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, Rede SP de Museologia Social – presentes na IV Teia da Memória.

Vimos que as redes são resultado de um processo de afirmação dos Pontos de Memória que passaram a se reconhecer além da categoria criada pelo Instituto Brasileiro de Museus. Visualizo isso após meu distanciamento do Ponto de Memória da Terra Firme e de todos os acontecimentos em torno do PPM, em 2013, em pleno processo para a criação das redes. Minha saída do conselho gestor, no primeiro momento representava um descanso de um trabalho árduo e conflituoso, realizado por cinco anos, porém pós o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, percebi que foi fundamental para as análises que venho construindo nessa pesquisa.

Por meio da teoria antropológica e do fazer etnográfico, procuro observar e experimentar acontecimentos que, enquanto parte integrante do processo, não me foi revelado. O retorno a campo, como estudante de antropologia, me desafiou a preencher lacunas de três anos atrás, além de me encher de novas dúvidas e reflexões que me instigam a continuar a pesquisa. O desdobramento das Redes de Pontos de Memória é algo que de perto não consegui acompanhar. O Ponto de Memória da Terra Firme buscou em alguns encontros criar a Rede de Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias da Região Norte, no ano de 2013. Contudo, os integrantes da rede não seguiram com o compromisso.

Acompanhei ano passado, em 2015, a realização do III Reunião de Jardins Botânicos e Pontos de Memória⁵³, promovida pelo Ponto de Memória da Terra Firme, Museu Goeldi e a Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB). A proposta era integrar a RBJB e a Rede de Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias da Região Norte no trabalho conjunto para compreensão e valorização de experiências, que destacam o papel participativo de comunidades junto ao seu patrimônio natural e a memória viva de seus sujeitos (Márcia Vargas e Camila Moura 2015). O evento foi um sucesso, conseguimos congregamos as duas perspectivas – Jardins Botânicos e Pontos de Memória – em um único trabalho. Como resultado inicial ocorreu a limpeza de lixo despejados em toda a extensão do Campus de Pesquisa do Museu Goeldi, na Terra Firme, e a partir de então, está ocorrendo o plantio de espécies nativas da Amazônia.

No entanto, durante a realização da reunião, observei que as representatividades da Rede de Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias da Região Norte, eram o Ponto de Memória da Terra Firme e o Ponto de Memória Encantos dos Alagados de Macapá, no Amapá; que se integrou à rede na oportunidade. Os Pontos de Memória estavam representados também pelo Ponto de Memória Lomba do Pinheiro, Porto Alegre – RS e Ponto de Memória Maracrioula de São Luis, Maranhão; antigos parceiros do PMTF. As

⁵³ A experiência é relatada no artigo “ Jardins Botânicos e Pontos de Memória: um encontro interdisciplinar na perspectiva museológica” produzido por mim e Márcia Vargas (Coordenadora da Rede de Educadores em Museus – REMRS) para o II Seminário Brasileiro de Museologia, realizado em novembro de 2015, em Recife.

causas da não consolidação da Rede Norte de Pontos de Memória não conseguirei responder nesse momento, buscarei identificá-las em minha próxima pesquisa.

Durante minha atuação como consultora e conselheira do Ponto de Memória da Terra Firme, o interesse dos Pontos de Memória era transformar-se em museus na perspectiva da museologia social. Entretanto, quando retorno a campo na IV Teia da Memória, a realidade é outra. As iniciativas se apropriaram e resignificaram tal categoria, incorporando amplas dimensões simbólicas e sociais. Os sujeitos entendem que como Pontos de Memória – qualquer iniciativa comunitária que se identifique com as perspectivas da memória social e/ou da museologia social – podem atribuir diversos significados a suas organizações, haja vista que ao se afirmarem, museus recaem a único sentido, dependendo de políticas públicas específicas para a manutenção e fortalecimento de suas iniciativas. Entretanto, ao serem iniciativas comunitárias de caráter sócio-cultural, recorrem às diversas políticas que contribuem para o seu fortalecimento e manutenção.

Entretanto, não ditar, nomear, conceituar essas iniciativas de memória e museologia social como museus, não desmerecem o protagonismo social por meio de ações museológicas, o conceito de *museu integral* que norteia essa perspectiva ultrapassa a classificação museu – no sentido institucional. Segundo Varine “alguns nem se chamarão museus, mas todos seguirão os princípios da nova museologia (Santiago, Quebec, Caracas) no seu espírito ou na sua escrita (teoria)” (1996: 2014; p. 247), essas propostas, refiro-me com segurança aos pontos pioneiros em sua maioria, conseguiram ir além do conceito já pré-estabelecido por serem processos dinâmicos que entendem o papel transformador dos museus e seus desdobramentos.

Os Pontos de Memória, hoje, são constituídos por dois grupos: pontos pioneiros e pontos premiados – esse último refere-se aos Pontos de Memória reconhecidos a partir dos Editais Prêmios do Programa Pontos de Memória. O PPM se tornou um espaço de disputa de poder por uma legitimidade de concepções simbólicas (Pierre Bourdieu 2007). Durante a IV Teia da Memória, isso se tornou claro. Os pioneiros se posicionam como o grupo que possui diálogo aberto com o Ibram, defendendo o processo histórico do programa. Os premiados procuram representatividade e por serem em maior número se aliam para derrubar o “poder” que se instaura pelos pioneiros.

Nos primeiros anos do Programa Pontos de Memória, as ferramentas utilizadas pelas comunidades serviam para a concretização de museus comunitários, ecomuseus e/ou museus de território, pude sentir esse desejo em diversos acontecimentos. Falavam de registro, preservação e divulgação de identidades afirmadas de dentro de espaços coletivos vencendo esteriótipos, preconceitos externos que recaem sobre essas comunidades. Assim como em Terra Firme, a *periferia dos direitos* tão bem denominada por Quadros (2014), essas periferias orgulham-se de cada rua asfaltada, por escolas construídas, pela unidade de saúde, pelo desenvolvido do comércio local, entre outras conquistas, porque reconhecem o papel fundamental da organização civil em defesa dos interesses.

“Ser ou não ser museu?”, representou por um bom tempo um desafio a ser vencido ao longo do processo de legitimação dentro de suas comunidades. Contudo, os comunitários solucionaram tal questão ao reconhecerem as linguagens reveladas, categoriais criadas, símbolos e rituais expostos, bem como instituições afirmadas (BARTH 2000) que envolvem o processo de formação e execução do Programa Pontos de Memória.

Vejo que uma política pública verticalizada, de cima para baixo, do estado para a população por meio da organização civil imbricada de teoria, conceitos, classificações resignificadas consegue lentamente horizontalizar os seus interesses e projeções. Exemplo disso é a formação do *Conselho de Gestão Compartilhada/Participativa dos Pontos de Memória*, criado após diversos conflitos travados em defesa das mudanças operadas. Segundo encontramos em Gluckman os “conflitos fazem parte da estrutura social, cujo equilíbrio atual está marcado por aquilo que costumamos normalmente chamar de desajustamentos” (1958:1987, p. 261). As mudanças significativas dentro do Programa Pontos de Memória, a partir do empoderamento dos Pontos de Memória sobre a gestão pública analisadas durante a IV Teia da Memória, projeto para transformações dentro da museologia social brasileira.

O programa alcançou reconhecimento nacional e internacional no que se refere a aplicação na prática dos conceitos atrelados a museologia social, compartilhando saberes e fazeres das experiências metodológicas dos pontos pioneiros, o que contribuiu para um maior desenvolvimento e qualificação, inclusive do seu pessoal (CARTA DOS PRIMEIROS PONTOS DE MEMÓRIA 2013). Reconhece a importância dessa política, mas sabe-se que o

empoderamento das comunidades – referentes aos pontos pioneiros- a eleva ao status de eficácia.

Abordar os novos desdobramentos dessa política, com a participação ativa dos *pontos pioneiros* serão precisas mais leituras, campo, análises e reflexões sobre o processo, impedidos pelo curto prazo de tempo que o trabalho de dissertação me permite. Porém, é de meu interesse voltar nessa discussão na próxima pesquisa.

No entanto, te convido, agora, a conhecer o bairro da Terra Firme por meio das memórias, histórias e percepções de quatro moradores do bairro, lideranças comunitárias e conselheiros do Ponto de Memória da Terra Firme a fim de que possamos responder o porquê que de um museu dentro de um bairro periférico de Belém; e, o que levaram a musealizar o bairro da Terra Firme...

Eu te espero no próximo capítulo! Boa leitura!

CAPÍTULO II

SOBRE TERRA FIRME

Se você vê escola na terra firme, duas escolas de segundo grau, vê o posto médico ali, isso não veio de mão beijada para nós. Isso foi muita luta, muita luta mesmo. Nós tivemos que vestir a camisa e ir para cima dos governantes.
(Batista, Conselheiro do Ponto de Memória da Terra Firme)

Trazer o bairro da Terra Firme para o centro de uma discussão acadêmica é apresentar uma Belém do Pará do avesso e de *baixadas*⁵⁴, distante do acesso aos serviços básicos garantidos na constituição brasileira. É um bairro formado a partir da articulação e organização dos moradores por meio de centros comunitários e associações que ocuparam os arredores do igarapé Tucunduba⁵⁵ no fim da década de 1960, em terras pertencentes à União, sem o mínimo de condições de moradia digna.

Devido às políticas econômicas e sociais para a região amazônica, iniciadas em 1964 que resultaram no crescimento populacional e ocupação desenfreada da cidade de Belém por trabalhadores de baixa renda que se deslocaram tanto do centro urbano da cidade e do interior do estado, como também de regiões vizinhas (Maranhão, Piauí, Ceará, por exemplo) para as áreas de baixadas buscando lugares para fixarem moradia. O nome dado ao lugar é ironia à área alagada, visto que possuía apenas uma estreita faixa considerada de terra firme, devido sua característica topográfica que sofre influência das chuvas e das marés, vindas do igarapé Tucunduba e afluentes do rio Guamá (Edivânia Alves 2010; Maria Silva e Maria Sá 2012; Quadros 2014; Geise 2014).

⁵⁴ Áreas alagadas e alagáveis.

⁵⁵ O igarapé do Tucunduba é formado pela presença do rio Guamá e seus afluentes, possui uma extensão de 3.600 metros. Sua denominação vem do tupi guarani que significa “lugar que possui muitas árvores tucum”, palmeira propicia a produção de fibras para redes e cordas (Alves 2010).

Para apresentar o bairro, na primeira seção, trago as histórias, as memórias e percepções de quatro moradores: Chiquinha, Chiconá, Batista e Zé Maria. Os três primeiros, respectivamente, são lideranças comunitárias conhecidas e reconhecidas dentro do bairro, fizeram parte das primeiras lutas travadas com a Universidade Federal do Pará, já no início da década de 1980, quando atuaram no Centro Comunitário Bom Jesus (CCBJ) – o centro comunitário que liderava as organizações dos moradores. O Zé Maria é um jovem líder, morador desde menino na Terra Firme, prioriza as melhorias em torno do lazer e educação para os moradores do bairro. Os quatro sujeitos são meus conhecidos há bastante tempo, parceiros na militância dos Pontos de Memória e reconhecimento da história e memória da Terra Firme; e fazem parte do Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme, meu objeto de estudo nesta pesquisa.

Os depoimentos dos conselheiros acima citados foram coletados na tarde do sábado de 26 de junho de 2015, em uma roda de memória promovida pelo Coletivo Casa Preta⁵⁶. A Casa Preta promoveu esse evento a partir do projeto “Baobá das Letras”, a qual, nessa etapa pretendia registrar a memória e a história dos moradores do bairro da Terra Firme, a fim de construir de forma coletiva, novas percepções sobre o bairro e seus moradores. Dessa maneira, mais uma vez firmou parceria com o PMTF para mediar esse encontro e proporcionar a realização do evento.

Dom Perna, líder do Coletivo Casa Preta, denominou os convidados de Baobás da Terra Firme por considerar estes sujeitos como contadores de histórias do bairro. Ele usa essa analogia ao relatar que os africanos, como forma de resistência a invasão de seu continente, levaram consigo mudas e sementes da árvore ancestral Baobá, para serem distribuídas nos quatro cantos do mundo, fazendo estas árvores como símbolo da história do povo africano. Atribuir a esses quatro personagens o status de Baobás, percebemos a importância que eles possuem para o bairro. Conseguem ser gigantes onde atuam por multiplicar suas ações para todo o bairro. Geram sementes e frutos, como os centros comunitários e o próprio Ponto de Memória, que eleva o bairro como lugar de direito e conquistas. São pessoas que assim

⁵⁶ O Coletivo Casa Preta é uma casa cultural de sociabilidade da juventude grafiteira e dos movimentos Hip Hop e negro de Belém. Nesse espaço são realizadas oficinas diversas nas áreas de tecnologia, dança afro, fabricação de tambor; através de projetos que são financiados pelo governo do estado e governo federal (Leila Ferreira *et al.* 2014).

como árvore ressoam mensagens, contam histórias e se firmam no bairro da Terra Firme há várias décadas.

Na segunda seção, a partir desses relatos, trago minhas vivências na Terra Firme. Relato sobre uma atividade do PMTF, a “Oficina Micro-Olhar sobre o Bairro da Terra Firme”, realizada na semana de 18 a 22 de maio de 2015. Esse evento foi marcado pela segunda etapa em campo, ao qual me coloquei como participante assim como os sujeitos pesquisados, e os demais que, por observação, entraram de forma indireta na pesquisa. Parto da atividade em que caminhamos pelo bairro com o objetivo de perceber as interações que se estabelecem nos espaços sociais e identificar os lugares de memória do bairro. A partir dessa atividade serão descritas minhas percepções e observações com o intuito de etnografar o bairro da Terra Firme.

A terceira e última seção desse capítulo identifica o bairro como um lugar de memória, ao abordar as categorias memória, patrimônio e identidade presentes dentro da concepção de museu. O objetivo é fazer uma introdução sobre o que leva o Ponto de Memória da Terra Firme ser considerado um espaço museal.

Desse modo, lhe convido a conhecer os caminhos percorridos sobre Terra Firme a fim de reconhecer esse território como museu a céu aberto que desvenda pessoas e lugares muito próximos da nossa realidade. Boa leitura!

2.1 O bairro de lutas e direitos

Terra Firme é um bairro periférico localizado na Zona Sul da cidade de Belém, próximo ao centro da cidade. Estudos apontam a ocupação da área iniciou na década de 1940, embora há indicativos de ações jesuítas nas margens do rio Tucunduba no século XVIII (José Ramos 1997). Contudo, sua formação enquanto bairro é recente, iniciada no fim dos anos 1960 e acentuada nos anos de 1970 -80. O bairro da Terra Firme é considerado um dos bairros com maior densidade demográfica da cidade, possui uma população estimada de 61.439 habitantes (CENSO 2010), tido como um dos maiores da periferia da região metropolitana; confinante aos bairros de: Marco, Canudos, Guamá, Universitário e Curió-

Utinga; geograficamente é delimitado principalmente pela avenida perimetral e o rio Tucunduba (Figura 5). Sei que a Terra Firme foi evoluindo de maneira desordenada, sem planejamento urbano e se mantendo por um longo período à margem da sociedade, abandonado pelas políticas públicas governamentais, representando um dos bairros mais violentos da cidade.



Figura 5: Localização do bairro da Terra Firme

Fonte: Blog Helena Quadros

Com característica de um bairro de periferia, constatamos que na Terra Firme, predominam-se ruelas estreitas, algumas pontes de madeira e casas humildes de madeira, alvenaria e taipa. Há uma área central que corresponde ao cruzamento das ruas Celso Malcher e São Domingos (Figura 6) onde se encontram: a feira, o Horto Mercado Municipal, o comércio de lojas e serviços dos mais variados produtos; as principais escolas do bairro⁵⁷; a delegacia⁵⁸, a praça Olavo Bilac; e as igrejas cristãs – lugar que transitam as linhas de ônibus urbano (Alves 2010); “esse espaço tem um significativo sentido para os seus moradores em virtude de servir como local de concentração para atividades políticas e culturais” (*Ibidem* 2010, p. 85).

⁵⁷ No total o bairro possui quinze escolas entre públicas e privadas.

⁵⁸ No bairro da Terra Firme há uma Unidade Integrada ProPaz (UIPP), programa do governo do estado para aproximar a defesa social da população. A UIPP Terra Firme atende também os bairros do Guamá e Canudos. Na unidade há a presença da Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros, Defensoria Pública e alguns atendidos do programa PROPAZ.



Figura 6 Cruzamento das ruas Celso Malcher e São Domingos.

Fonte: Acervo Ponto de Memória da Terra Firme. Foto: Mário Quadros, 2013

Sabemos também que nem sempre o bairro da Terra Firme teve essa configuração. Nas próximas linhas, descreverei o bairro a partir das histórias relatadas naquela tarde de sábado no Coletivo Casa Preta. As memórias de Chiquinha, Chicon, Batista e Zé Maria me levaram para outro cenário, para outro tempo e outra realidade. A partir das falas e expressões desses sujeitos, procurarei transmitir a você, leitor, sensações que tive naquela tarde agradável.

O ano de 1979 iniciou com a posse de João Baptista Figueiredo, aquele que seria o último presidente da ditadura militar. Foi um ano de transição para o país em que o novo presidente continuava a abertura política do governo de Ernesto Geisel. Uma das principais mudanças foi a Lei da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, assinada em agosto de 1979, para todos aqueles que cometeram crimes políticos, tiveram seus direitos políticos cassados e outros durante a ditadura. Exilados começaram a voltar para o Brasil. Contudo, esse ano representou um recomeço para a maranhense Francisca Rosa.

Recém-chegada na capital paraense, Francisca veio para Belém no fim do ano de 1978 com o marido e sua primeira filha, Patrícia. Sem grandes perspectivas na cidade, teve empregos temporários e dificuldade de fixar moradia. O marido José se empregou no porto onde desenvolvia funções braçais e ela na maior parte do tempo era dona de casa. Em

janeiro de 1979, sua cunhada, irmã de José, lhe conta que lá onde estava se instalando a Universidade Federal do Pará, pessoas invadiam uma área que estava sem uso.

No domingo do dia 21 de janeiro de 1979, partiram em direção a área, o casal levava nas costas o pouco que tinham, no colo a filha e no coração a esperança de dias melhores. Francisca e José chegaram naquela região sem entender muito a realidade do lugar. Uma área alagada, com mato para todos os lados, um caminho que servia de passagem e de divisão dos lotes. Na área sugerida pela cunhada, já possuíam dez barracos - como costumavam dizer. Era uma área de igapó, todo enlameado, com forte cheiro de terra molhada e ainda possuía o risco de serem picados por animais peçonhentos.

A cunhada diz para se apressarem, irem capinando, fincando pau, cobrindo com lona, para garantirem o lote. Ágil, a jovem Francisca junto ao marido, finca os paus, cobre com cinco telhas e assoalha com duas tábuas, aquele que seria seu primeiro barraco, na passagem que passou a se chamar Lauro Sodré. No entanto, a alegria por terem conseguido um pedacinho de terra naquele dia, logo se acabara. Choveu e trovejou muito. Francisca não esperava que o mês de janeiro em Belém fosse certo de dias de muita chuva. A primeira noite no barraco foi de choro e muito medo.

No dia seguinte, o marido se arrumou para trabalhar e disse que voltaria com material suficiente para levantar uma casa. A jovem Francisca ficou para segurar o cantinho que acabara de conseguir. Na mesma semana da mudança, José conseguiu um adiantamento de seu salário para então levantar a casa. Compraram madeiras, telhas, pregos e todo material necessário para construir uma pequena casa para morar. Com a ajuda das outras famílias que ali passavam pela mesma situação, conseguiram construí-la rapidamente. O que Francisca e José não esperavam, é que a universidade não havia dado “de mão beijada” aquele lugar.

A UFPA com ajuda dos governantes se mobilizava para não deixar se alastrar a ocupação. O local onde o casal havia construído sua casinha era o limite para os impasses com a universidade, logo o seu barraco foi derrubado. A cunhada de Francisca estava em casa nesse dia, ela impediu que os policiais levassem as madeiras e telhas, se comprometendo a ir embora dali. É nesse momento que Francisca percebe que a vida não seria tranquila.

As pessoas chegavam de todos os lugares, algumas vindas do interior do estado, outras de estados vizinhos, principalmente do Maranhão, no entanto a migração de pessoas do centro da cidade também era forte. Fatos iguais ao que aconteceu com a jovem Francisca eram comuns naquele momento. A estratégia que essa gente utilizou para segurarem suas casas foi a mobilização para a formação de um centro comunitário. Francisca, passando por aquela situação, integrou-se ao grupo que trabalhava para a formação do Centro Comunitário Bom Jesus. Naquele momento, as pessoas eram: Clarice, Vitorina, Basílio e sua esposa Maria.

O grupo buscava formalizar o centro comunitário por meio de um estatuto⁵⁹, a fim de regularizar suas atuações e ações. As pessoas perceberam que por meio desse tipo de organização, poderiam manter-se no lugar e alcançar melhorias, então o grupo foi aumentando. A Francisca, logo tornou-se Chiquinha, devido a existência de Maria Francisca, a Chicona.

Maria Francisca viera do município de Ourém⁶⁰, para se tratar de uma doença, na capital. Seu marido, João, visualizou a possibilidade de crescimento na cidade e não quis retornar a Ourém após o tratamento da esposa. Mandou buscar os filhos e se instalou na casa de um tio, na Travessa Padre Eutíquio, centro de Belém. João conseguiu um emprego em uma distribuidora de bebidas e lá permaneceu por um longo período. Entre os colegas de trabalho, descobriu sobre a invasão da Terra Firme; e foi tentar conseguir seu pedaço de terra também.

Era uma manhã de domingo, quando João chega à Terra Firme. Vendo as possibilidades de conseguir terreno, buscou um próximo à Rua Perimetral, de fácil acesso, ali pela frente onde já se instalava o Campus de Pesquisa do Museu Goeldi. Um dos guardas que trabalhavam no Goeldi ao ver João e alguns amigos roçarem por ali, os chamaram e, ao perguntar o que eles estavam fazendo, o guarda deu um conselho aos rapazes, para não roçarem ali por perto, e sim mais adiante, porque estavam onde a universidade mandava derrubar os barracos e fazia com que os “invasores” se retirassem. Após o conselho do

⁵⁹ Refere-se a uma variedade de normas jurídicas cuja característica comum é a de regular as relações de certas pessoas a um território ou sociedade.

⁶⁰ Localizado no nordeste do estado do Pará.

guarda, João com seus amigos se dirigiu para dentro do matagal. Foram roçando, roçando, e se fixaram na passagem que passou, mais tarde, a ser chamada de Canaã.

Maria Francisca, assim como a maioria das mulheres que ali chegavam, não possuía emprego e passava a maior parte do tempo cuidando dos filhos e de casa. No entanto, assim como Francisca, percebeu a importância da mobilidade comunitária para assegurarem suas moradias. É nesse momento que Maria Francisca torna-se Chicon. Devido sua estatura física ser de uma mulher alta, magra, fora dos padrões comuns da mulher paraense, e também devido a existência de Francisca no grupo. Maria Francisca passou a ser chamada de Chicon e Francisca de Chiquinha.

Chicon e Chiquinha se conheceram dentro da mobilização para formação do centro comunitário. Elas e outras mulheres que estavam à frente da mobilização, com o estatuto do Bom Jesus nas mãos, batiam de porta em porta a fundações, órgãos e institutos que desenvolviam ações em torno dos direitos humanos, com o intuito de conseguirem recursos ou materiais para construir o Centro Comunitário Bom Jesus. Essas mulheres acreditavam que ao conseguirem construir e manter o centro, a possibilidade de se fixarem na Terra Firme era maior.

Aos poucos as madeiras e telhas foram chegando. Primeiramente construíram um barraco, com paus e telhas doadas. A estratégia do grupo que criou o Bom Jesus, com auxílio de advogados, era tornar aquele espaço também como creche. Com crianças dentro do centro dificilmente a polícia o derrubaria. Desse modo, as mulheres pediam nas casas para que as crianças se dirigissem ao lugar. Assim, o Bom Jesus foi se tornando um espaço de ação e mobilização social.

A luta para a construção e manutenção do Centro Comunitário Bom Jesus não era só de mulheres. Assim como seu Basílio, alguns homens foram importantes para formação do centro.

Batista era um jovem morador do bairro do Jurunas, nasceu e se criou naquele bairro onde participava ativamente dos grupos de jovens dentro das igrejas e das escolas. Através de sua amiga Conceição, descobriu que estavam invadindo as terras da universidade.

Auspicioso, disse que ia atrás de um terreno para si, pois já estava na idade de sair da casa de seus pais.

Ao chegar no lugar, vê muita gente roçando, demarcando terreno e instalando barracos. Informou-se com os que estavam ali que precisaria apenas pegar o terçado e demarcar um lote para si. No entanto, muitas famílias já estavam instaladas e os melhores lugares já demarcados. Com alguns amigos do Jurunas foi roçando e procurando canto para se fixarem. E no meio da passagem Canaã, abriram outra e ali demarcaram o terreno. Depois de um tempo, a passagem passou a ser chamada de Leão, em homenagem a um morador dessa que morrera atropelado na Av. Perimetral.

Após demarcar seu terreno, Batista levantou o barraco com pau velho, cobriu com um pedaço de lona, e lá ficou; após uma semana, foi à casa de seus pais para buscar seus pertences. Nesse momento, já existia o CCBJ, os moradores já haviam conseguido espaço e precisavam de mais gente para o construírem e lutarem com eles. Batista com o companheiro que conhecera na Terra Firme, Zé Flávio, integra-se ao grupo e passa a ser um dos membros da diretoria do Centro Comunitário Bom Jesus.

A primeira diretoria do Centro Comunitário Bom Jesus teve como presidente Vitorina, com a participação de Chiquinha, Chicon, Clarice, Batista e Zé Flávio. Após a construção do centro que possibilitou a formação da creche do Bom Jesus, então realizaram o cadastramento do CCBJ na Comissão de Bairros de Belém (CBB)⁶¹, com o intuito de se articular com os outros bairros (Marco, Canudos, Jabatiteua e Guamá), que passavam por problemas semelhantes ao da Terra Firme e buscavam assegurar as famílias que não paravam de chegar e fixar moradia.

No início da década de 1980, a Terra Firme já possuía outra configuração. Com a atuação de moradores por meio do Centro Comunitário Bom Jesus, a Terra Firme já era vista como um bairro de ocupação. Os moradores levantaram casas, abriram ruas, puxaram fiação elétrica e cavaram poços artesianos. Sem ajuda do poder público, foram construindo um

⁶¹ A CBB foi criada em 26 de fevereiro de 1983 com o intuito de discutir os conflitos pela posse da terra na capital paraense (ALVES 2010)

bairro aos poucos. Porém, se organizaram para conseguir direitos básicos do cidadão brasileiro⁶².

Como diretor de divulgação, Batista caminhava por cima das pontes com um megafone na mão para convocar os moradores para as reuniões no CBBJ. A diretoria do centro levantava os problemas do bairro e as propostas para solucioná-los. Em votação, a assembléia decidia a melhor proposta e a partir de então, eram definidas as comissões, prazos e ações a serem realizadas em benefício da melhoria das condições de vida no bairro.

Entre os problemas estava as ruas. Formadas por paus e caroços de açaí e pontes feitas com troncos de açazeiro sobre a lama. Algumas áreas do bairro, como a área do CCBJ, a lama era tamanha que se um adulto caísse cobriria até a mão, com o braço levantado. Então os moradores decidiram ir atrás de aterro para o melhoramento das ruas. Chicona que liderava essa ação, com alguns moradores, acordavam às três horas da madrugada para ir até o lixão da Alcindo Cacela, com o intuito de conseguir aterro. As ruas foram sendo aterradas com esse lixão, que era depositado nos lamaçais – em meio ao lixo comum que era recolhido da cidade, vinham entulhos que davam sustentação as ruas, como miritizeiros, pontas de palhas e serragens.

Os moradores usaram de estratégia as caminhadas e passeatas do bairro para o centro de Belém, onde se concentravam os órgãos públicos. Nas convocatórias no CCBJ as comissões formadas eram numerosas, que confrontavam de forma direta com o poder público. Enquanto uns buscavam o aterramento de ruas, outros lutavam por saneamento básico; regularização fundiária; melhorias nas condições de educação e saúde e garantia de melhorias no transporte público. Desse modo, com o apoio da CBB, em meados da década de 1980, se instalou no Centro Comunitário Bom Jesus um escritório jurídico com cinco advogados para orientar os moradores quanto aos seus direitos.

Com o auxílio dos advogados, o CCBJ foi orientando os moradores a se organizarem quanto as formas de ocupação que ainda era constante no bairro. Diferentes áreas eram ocupadas de forma desordenada e atraíram marginalidade e especulação fundiária. Desse

⁶² Direitos Sociais - Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL 2011, p. 23)

modo, o Bom Jesus auxiliava os moradores de outras áreas a se organizarem também em centro comunitários e associações garantindo a essas organizações o apoio jurídico. O CCBJ servia como um centro aglutinador e difusor de novas formas de organização comunitária. A cada nova necessidade, o morador recorria ao Bom Jesus.

Zé Maria foi um desses moradores que recorreu ao Centro Comunitário Bom Jesus para auxiliar nas problemáticas que surgiam na área em que morara. Zé, nascido e criado no bairro da Terra Firme, devido sempre se envolver com as brincadeiras de rua, organizava “peladas”⁶³ entre os meninos e campeonatos de futebol; o jovem percebia as necessidades que assim como em sua família, outras passavam. Zé Maria é morador de uma área oposta à de Chiquinha, Chiconá e Batista; essa área foi marcada pela construção das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (ELETRONORTE), a qual famílias foram indenizadas para que a empresa pudesse se instalar naquele lugar.

A Terra Firme teve sua formação nos anos 1960, antes do processo intenso de ocupação, já existia no lugar uma população que desenvolvia na área atividades de subsistência. Era comum no lugar plantio de verduras, hortaliças e legumes; bem como estabelecimentos de vacarias⁶⁴ que abasteciam as feiras dos bairros próximos, principalmente a Feira do Guamá. Esses estabelecimentos se concentravam principalmente na região em que foi construída a ELETRONORTE⁶⁵. Porém, Zé Maria, assim como outras lideranças do bairro, identificaram que não necessitava apenas indenizar as casas e sim o modo de vida daquelas famílias, pois era por meio da terra que conseguiam seu sustento.

Com o apoio do CCBJ, essas famílias conseguiram negociar com a ELETRONORTE e se manterem no lugar, foram deslocadas e lá continuaram com suas residências, plantios e criações. Mais tarde, esta área passou a ser conhecida como Parque Amazônia, bairro da Terra Firme, região mais próxima à UFPA, e sofreu também com o processo de ocupação.

A ocupação era desenfreada, que várias pessoas que não necessitavam de moradia se apossavam de alguns lotes, construía algumas casinhas e alugavam. O CCBJ, por meio da

⁶³ Jogo de futebol amador.

⁶⁴ Criação de gados para produção de leite e laticínios.

⁶⁵ A construção da ELETRONORTE se deu em meados dos anos de 1980.

diretoria, buscava organizar o processo ocupacional, não permitindo especulação fundiária no lugar. Batista teve por diversas vezes intervir nesse tipo de situação. Certo dia, Batista descobriu que um capitão da polícia possuía uma vila na Terra Firme e alugava quitinetes⁶⁶ para algumas famílias. Com alguns companheiros, sob orientação do escritório jurídico do CCBJ, notificaram o capitão em sua casa, no centro da cidade, sobre a proibição de especulação de terras na área pertencentes à UFPA e ainda conseguiram mandar para o quartel, onde o mesmo trabalhava, uma intimação. O capitão enfurecido foi à Terra Firme buscar satisfação com o Batista e demais companheiros. Com a ajuda do advogado do CCBJ (Paulo Bonna), após várias discussões, conseguem reverter a situação e expulsar o capitão da polícia do bairro. A partir desse dia, aquelas casas passaram a pertencer às pessoas que já moravam nelas.

Além dos problemas que implicavam no bem-estar do morador a principal luta sempre era com a Universidade Federal do Pará, diariamente a polícia civil fazia rondas no bairro e derrubava tudo o que conseguia. Energias elétricas eram interrompidas devido o “furto” de energia, os famosos gatos⁶⁷, mas principalmente como forma de conter a ocupação. Outro problema que os moradores enfrentaram desde cedo foi a falta de água canalizada e filtrada, devido aos diversos “nãos” como resposta as solicitações realizadas, pela comissão do bairro, à Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA). A polícia federal em diversas situações batia no Centro Comunitário Bom Jesus para negociar a retirada dos moradores da área. Porém, estavam decididos a ficar e criavam novas estratégias que garantissem o direito de morarem na Terra Firme.

No início dos anos de 1990, Chiquinha, Chiconá, Batista e toda a diretoria do Centro Comunitário Bom Jesus decidiram realizar uma passeata em direção a Universidade Federal do Pará, para pressionar a reitoria e garantir a titulação de terras, educação, saúde e saneamento básico. Batista, com o megafone, convocou os moradores. Chiquinha e Chiconá distribuíram panfletos. E assim, toda a diretoria do CCBJ se envolveu para convocar o máximo de moradores para o evento. A concentração foi na praça Olavo Bilac.

⁶⁶ *s.f.* pequena copa-cozinha, geralmente em apartamento (MICHAELIS 2011)

⁶⁷ O nome dado à ligação elétrica clandestina destinada a furtar energia elétrica.

Aproximadamente 10 (dez) mil pessoas surgiram de todas as áreas. Com cartazes e faixas nas mãos de uns, megafones nas mãos de outros e com cantos de vanguarda caminharam em direção à universidade.

Ao chegarem à UFPA, fizeram manifesto em frente à reitoria exigindo uma reunião com o reitor. Sem demora foram recebidos pelo, então reitor, Nilson Pinto. Após profundos debates entre a comissão de moradores e a reitoria, não chegaram a nenhuma definição. Devido ao reitor não ter o poder de doar as terras para os moradores. Pois estas não eram especificamente da UFPA, e sim da União, que poderia fazer o uso em função da educação, ciência e tecnologia. Por isso, as instalações na Av. Perimetral dos centros de pesquisa, como: Campus de Pesquisa do Museu Goeldi, Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), ELETRONORTE, Empresa Brasileira de Agropecuária da Amazônia Oriental (EMBRAPA), Serviço Geológico do Brasil (CPRM); que começaram a se instalar na área desde o fim dos anos 1960. Foi então que os moradores perceberam que precisariam se mobilizar ainda mais para negociar com o Ministério da Educação a sua permanência na área. Voltaram para a praça Olavo Bilac, para finalizar a manifestação e traçar novas estratégias.

Neste mesmo dia, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) realizou, em Belém, uma de suas principais ações: o Grito da Terra Brasil. Uma caminhada pelas principais ruas da cidade, que reúne pessoas de todo o estado desde lideranças, agricultores, assalariados rurais, assentados e acampados da reforma agrária, até qualquer pessoa que apoia a bandeira de luta da população rural. As lideranças do MSTTR ficaram sabendo sobre a passeata mobilizada pelos moradores da Terra Firme e alguns participantes decidiram caminhar até o bairro para se reunir com os moradores. A chegada dos manifestantes na Praça Olavo Bilac deixou Chiquinha e a todos emocionados. A praça foi tomada por manifestantes que chegavam do centro da cidade, de bairros vizinhos, de diferentes áreas da Terra Firme; levando os principais meios de comunicação a anunciar que aquele seria o Grito da Terra Firme, onde reunira 20 mil pessoas.

O Grito da Terra Firme foi divulgado pelos principais jornais do estado do Pará, o reconhecimento da mídia permitiu que parte da sociedade reconhecesse a importância das lutas tomadas por esses moradores. O CCBJ se fortaleceu, a partir de várias parcerias que fez

com outros movimentos sociais, como a com MSTTR, viabilizando o acesso a órgãos que garantiram algumas melhorias no bairro. Porém, a principal luta ainda persistia.

Formou-se uma comissão entre os bairros que lutavam pela garantia da moradia em terras pertencentes à União. Viajaram para Brasília cinco pessoas: Zé Flavio, como representante da Terra Firme; duas pessoas do Marco; uma de Canudos e outra do bairro do Guamá. Os representantes possuíam as passagens de ida e volta, carne e sardinhas enlatadas na mochila, e pouco recurso financeiro. Por meio da ajuda de outros movimentos, a comissão tinha uma reunião agendada com o Ministério da Educação, lá pretendiam expor as causas, consequências e necessidade dessas famílias permanecerem nessas terras. Chegaram a Brasília com esperança e confiança, e conseguiram que o Ministro da Educação daquele período, viesse para Belém conhecer o movimento e as condições de moradia daquelas famílias.

Ao chegar a Belém, os representantes agilizaram para mobilizar mais uma vez os moradores. Após um mês daquela reunião, o Ministro da Educação chega a Terra Firme, a reunião aconteceu no CCBJ. O número de participantes foi tão alto, que as cadeiras disponíveis para a assembléia foram retiradas para acomodar mais pessoas dentro do centro que se apertavam, sentavam no chão, contudo, muitas ficaram do lado de fora observando sobre a janela, e alguns corajosos escalaram o telhado e sentaram nas ripas de sustentação; o próprio Ministro da Educação e a liderança que o recebera sentaram no chão. Os moradores defenderam sua causa, mostraram jornais, documentos, fotos que comprovassem a luta e a necessidade daquelas famílias por terreno para morar. Todos puderam falar, o ministro ouviu cada argumentação e colocou as dificuldades e possibilidades que poderiam surgir a partir daquele momento. Até que em certo momento, o assoalho arriou.

O Centro Comunitário Bom Jesus estava tão lotado, que não aguentou o peso de muita gente, haja vista que as condições eram precárias naquele momento, ele era feito de madeira em cima do enlameado. O fato foi um tanto inusitado, no entanto não atrapalhou a negociação, o ministro se comprometeu em levar para Brasília a proposta dos moradores.

Passado alguns meses a União destina suas terras que eram de fins educacionais para fins sociais, essa foi a maior conquista dos moradores da Terra Firme.

A partir dessa conquista, a relação entre a Terra Firme e a Universidade Federal do Pará se tornou mais próxima. Dentro da universidade, os moradores receberam apoio de alguns professores e da própria reitoria, que possibilitou a inserção de cinco moradores dos bairros vizinhos no Conselho Consultivo da UFPA. Os representantes dos bairros levavam para o conselho os problemas das áreas e lá definiam ações para solucioná-los. Destaca-se para a parceria da UFPA com a creche do Bom Jesus.

No início da década de 1990, o CCBJ recebia 200 crianças diariamente em dois turnos, na faixa etária de 4 a 6 anos. A creche do CCBJ abrigava e alimentava as crianças, como também proporcionava a educação básica. A UFPA fazia campanha de arrecadação de alimentos com os alunos para atender a creche do Bom Jesus. Chiquinha e Chiconá foram monitoras do espaço, por meio de atividades pedagógicas, iniciavam a educação básica com essas crianças e articulavam para a iniciação delas na rede escolar. A creche também, por muito tempo, teve o apoio da Legião da Boa Vontade⁶⁸ (LBV), que também por meio de materiais e merenda contribuía com o espaço. A Secretaria Municipal de Educação proporcionou por certo período ajuda de custo para as monitoras.

Em 1979, o Museu Paraense Emílio Goeldi instalou no bairro da Terra Firme o Campus de Pesquisa que passou a abrigar as coordenações de pesquisa⁶⁹ do museu com um acervo de 13 coleções⁷⁰. Além da Biblioteca, Domingos Soares Ferreira Penna e o escritório da Estação Científica Ferreira Penna (ECFPn)⁷¹. Os moradores dos bairros vizinhos tentaram uma aproximação com o MPEG sem sucesso, havia certa curiosidade desses moradores em conhecer o que havia por trás do muro que abrigava a instituição. Eles queriam ter acesso ao lugar de alguma forma, pois o Museu Goeldi é um museu apropriado da população

⁶⁸ Entidade brasileira de assistência social.

⁶⁹ Ciências Humanas, Botânica, Zoologia e Ciências da Terra.

⁷⁰ Arqueologia, etnografia, lingüística, herbário, xiloteca, entomologia, aracnologia, ictiologia, herpetologia, ornitologia, mastozologia, minerais e rochas, e paleontologia.

⁷¹ A ECFPn está localizada na Floresta Nacional de Caxiuanã, no centro-oeste do estado do Pará, no Município de Melgaço a 400 km de Belém- Pa, com 3000 m² de área.

paraense⁷². Antes da criação dos novos museus na cidade Belém, em meados do século XXI, ir ao museu significava ir ao Goeldi, já que grande parte da população se refere ao MPEG apenas como museu.

Em 1985, o então diretor da instituição Guilherme de La Penha propõe a uma jovem pedagoga recém contratada. realizar um trabalho com os moradores dos bairros ao redor do Campus de Pesquisa, ao qual haviam procurado museu para realizar ações conjuntas. A proposta do diretor era desenvolver atividades desportivas com crianças, jovens e adultos do local, visando uma aproximação entre os moradores e a instituição, com o intuito de sanar a curiosidade e as depredações⁷³ que alguns moradores estavam cometendo ao Campus de Pesquisa. Em uma reunião agendada com De La Penha a pedagoga Helena Quadros é convidada para então propor ações aos moradores. Nessa reunião estavam presentes Chiquinha, Chicon e Batista, além de outras lideranças dos bairros.

No entanto, Helena não sabia ao certo qual era a proposta do diretor, ele não havia esclarecido de fato o que pretendia. Na reunião realizada na Igreja São Francisco Xavier, na Av. Mauriti, bairro do Marco, os presentes pressionaram os representantes do Museu Goeldi exigindo propostas mais eficazes para os moradores. Chiquinha expôs que não pretendiam realizar torneios de futebol entre os moradores e funcionários do Goeldi nem visitar por visitar a instituição, se o museu pretendia se aproximar dos bairros deveria proporcionar ações educativas e sociais junto aos moradores, pois isso contribuiria para o bem-estar da população.

Helena, acompanhando a discussão da reunião, se compromete a disponibilizar imediatamente ingressos comunitários sem custo para visita ao Parque Zoobotânico do Museu Goeldi⁷⁴ e, ainda, a elaborar um projeto de extensão na instituição que valorizasse as práticas comunitárias e estimulasse o desenvolvimento pessoal e de coesão social, em prol

⁷² Rosângela Brito (2009).

⁷³ Camila Quadros (2014).

⁷⁴ O parque agrega um jardim zoológico e um horto botânico com espécies amazônicas, além de exposições, monumentos, lagos, fontes e recantos aprazíveis para diversão de moradores da cidade de Belém (MIRANDA, 2009).

de melhorias e condições de vida e reconhecimento de identidade dessa comunidade⁷⁵. Então, criou-se o projeto “Museu Goeldi leva Educação em Ciência à Comunidade” e Helena passou a ser a professorinha do museu.

O projeto teve o apoio do Centro Comunitário Bom Jesus com a forte participação de Chiquinha, Chiconá, Batista, entre outros moradores, o que implicou em ações mais direcionadas ao bairro da Terra Firme. Juntos desenvolveram ações importantes para o bairro como: pesquisa para identificar o perfil socioeconômico dos moradores; curso de alimentação saudável que proporcionava o acompanhamento da saúde das crianças do bairro; criação de uma biblioteca comunitária dentro do CCBJ; criação de uma horta comunitária (Figura 7) dentro do bairro; além de participar nas reivindicações aos direitos básicos (Figura 8) do bairro da Terra Firme; ao quais, funcionários do MPEG eram convidados a participar e contribuir no projeto. Muitas atividades foram e vem sendo desenvolvidas por meio desse, inclusive ações que implicaram no surgimento do Ponto de Memória da Terra Firme, no ano de 2009, despertando no bairro o desejo de ter o seu próprio museu, gerido e mantido pela comunidade.



Figura 7: Moradores preparando a terra para a plantação da horta comunitária.
Fonte: Acervo pessoal de Helena Quadros.

⁷⁵ Helena Quadros e Edna Ferreira 1996.



Figura 8: Passeata por melhorias no bairro da Terra Firme

Fonte: Acervo pessoal de Helena Quadros.

Chiquinha, Chiconá e Batista permaneceram por muitos anos na diretoria do Bom Jesus, mudando apenas de função (Figura 9). Lutaram juntos por educação, saúde e moradia. Tiveram o reconhecimento de pessoas de dentro e fora do bairro; o compromisso com o serviço com a comunidade era tamanho que muitas vezes foram julgados de forma errônea dentro de casa. Chiquinha se separou de José, Chiconá ficou viúva, Batista não acompanhou algumas fases de crescimento de suas filhas. O trabalho comunitário exigia tempo e dedicação. Contudo, a permanência por tanto tempo no CCBJ nem sempre foi vista com agrado.



Figura 9: A pose de Chiquinha quando foi presidente do CCBJ.

Fonte: Acervo pessoal de Helena Quadros.

Em 1996, Chicona ao concorrer à reeleição no Centro Comunitário Bom Jesus, perde por seis votos a presidência. Era a primeira vez, depois de 17 anos que Chiquinha, Chicona e Batista não possuíam nenhuma atividade no CCBJ. Durante dias Chicona chorou e lamentou a perda de sua chapa. Foi um tempo muito difícil para os três, pois se dedicaram muito àquela comunidade que nesse dia o rejeitaram.

O trabalho próximo ao Museu Goeldi junto à professorinha Helena permitiu que os três expandissem na atuação. Chiquinha e Chicona viraram agentes multiplicadoras da alimentação saudável, viajaram o estado do Pará ministrando cursos para centros comunitários e prefeituras. Batista atuou junto a centros comunitários de outros bairros de Belém, além de trabalhar com candidatos políticos do bairro da Terra Firme. Os três voltam a trabalhar juntos dentro do bairro quando houve a implementação do Ponto de Memória da Terra Firme.

O PMTF permite que a luta constante dos moradores do bairro da Terra Firme se renove, agregando novas lutas e novas lideranças. Chiquinha, Chicona e Batista já cansados, diminuem o ritmo de suas atividades, mas jamais deixam de lutar. Contudo, Zé Maria como jovem líder ganha força e voz dentro da comunidade. Os quatro dentro do Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme buscam o reconhecimento de suas histórias e de tantas outras que trabalharam e trabalham para um bairro melhor.

Ao ouvir, observar, descrever e analisar as memórias, histórias e percepções dos quatro conselheiros, trago, na próxima seção, minhas vivências e caminhadas pelo bairro após dois anos de afastamento com o intuito de realizar uma breve etnografia do bairro da Terra Firme. Caminhe comigo!

2.2 Caminhando em Terras Firmes

Após seis meses da minha primeira etapa de campo, realizada durante a IV Teia da Memória, retomo meu contato com Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme em maio de 2015, dando início a minha segunda etapa de campo, no qual me proponho observar o Ponto de Memória e suas implicações dentro do bairro. Portanto, traço novas estratégias de aproximação com os sujeitos pesquisados para identificar, como antropóloga, a melhor forma de atuar junto deles para, então, obter informações sobre o andamento do processo museológico no bairro da Terra Firme.

Contudo, necessito iniciar esse campo indo para o bairro, pois a partir da análise da IV Teia identifiquei que o PMTF teve avanços significativos que não acompanhei por ter ficado ausente em dois anos, conforme relatei antes. Porém, antes de qualquer inserção nas atividades, entro em contato com o conselho e peço uma reunião para expor o que de fato consiste minha pesquisa. Minha principal interlocutora é Helena; como mencionado, ela foi minha orientadora de iniciação científica e a principal responsável pela minha entrada no Ponto de Memória da Terra Firme. A partir dela, agendo para a próxima reunião, na manhã da quarta-feira de 6 de maio de 2015, a minha conversa com os sujeitos envolvidos no processo.

No dia agendado, me dirijo ao encontro dos conselheiros do PMTF. A reunião aconteceu no Campus de Pesquisa do Museu Goeldi, local de encontros e atividades do Ponto de Memória. Ao chegar, encontro a colaboradora do PM Camila Quadros⁷⁶ e os

⁷⁶ Camila é pesquisadora no bairro da Terra Firme, como filha de Helena desde menina acompanha as ações do projeto “Museu Goeldi leva Educação em Ciência a Comunidade”, quando estudante de graduação do curso de Pedagogia da UPA desenvolveu a pesquisa “O Museu Paraense Emílio Goeldi e a Comunidade do Bairro da

conselheiros: Batista, Helena e Zé Maria. A primeira percepção é que passados dois anos algumas dificuldades persistem, como a falta de um espaço físico do Ponto de Memória da Terra Firme e a não atuação de todos os conselheiros em suas atividades diárias, posto que nesse ano, o conselho é formado por dez pessoas, porém dificilmente ocorre a atuação e compromisso de todos.

Desse modo, chamei a reunião de “conversa entre amigos”, pois pretendia esclarecer informalmente o que estava fazendo nesse momento e o que buscava com essa reaproximação. Considero a conversa importante para se romper o desconforto que poderia continuar com minha chegada novamente ao bairro e nas atividades do PMTF. O momento era delicado, no período que me ausentei do Conselho Gestor houve a chegada de uma aluna da UFPA, do curso de museologia, que desenvolveu um trabalho de extensão dentro da Terra Firme sob supervisão do Ponto de Memória. O problema é que a aluna, segundo os conselheiros, não cumpriu com todas as atividades prometidas, usou fontes do PMTF e ainda acusa Helena de plágio em uma das ações desenvolvidas entre o PM e o IBRAM – retornarei a esse fato no último capítulo desta dissertação. Desse modo, o estranhamento sobre mim poderia manter-se.

Para a conversa, levo impresso o esboço da minha dissertação para ser entregue a cada conselheiro, nele continha de forma direta: tema, problemas de pesquisa, objetivos, objetos e sujeitos de pesquisa e, metodologia. Expus como estudantes de antropologia trabalham e o que procuram ao debater cada item desse esboço. Deixei claro que quando entrei no PPGA a intenção era acompanhar novamente as atividades do Ponto de Memória, porém a exigência das disciplinas me impossibilitava de retornar. Dialogamos sobre o método etnográfico ao qual me permite, enquanto pesquisadora, vivenciar junto aos meus sujeitos seus fazeres diários, e ainda esclareci que não era preciso se preocuparem em responder de forma objetiva como se reconheciam, a partir da observação e participação em campo iria relacionar com a teoria e encontrar as respostas que procurava. Por fim, conversamos sobre como a antropologia me permite se envolver, se deixar levar pela

subjetividade, e pelos meus conflitos íntimos. De fato, nesse momento me apresentei como pesquisadora.

Argumentações foram ditas pelos participantes. Batista considerou importante que haja pesquisas como essas para divulgar a história do bairro a partir da percepção do morador, relatar sobre a construção e atuação do Centro Comunitário Bom Jesus, que já discutia sobre a memória do bairro e o que o Ponto de Memória da Terra Firme tem feito para retomar algumas atividades do CCBJ em torno da memória. Zé Maria atentou para a importância de se esclarecer sobre a pesquisa que vem falar do bairro e, principalmente, do Ponto de Memória, para que não haja problemas como o que estava acontecendo no caso da aluna da UFPa. Helena espera que a pesquisa venha elucidar o papel do PMTF para o bairro da Terra Firme, levantando formas de atuação, produtos de difusão e principalmente divulgue o trabalho desenvolvido desde 2009 pelo Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme.

A partir desse encontro, fui trilhando os próximos percursos da pesquisa e me inserindo nas atividades promovidas pelo PMTF. Como estratégia inicial busquei estar com esses sujeitos participando de algumas atividades de percepção e interação com o bairro.

Na semana de 18 a 22 de maio de 2015, o Ponto de Memória da Terra Firme promoveu a “Oficina Micro-Olhar sobre o bairro da Terra Firme”⁷⁷ ministrada pela colaboradora Ana Cláudia⁷⁸. A oficina promoveu dinâmicas de rodas de memória, caminhadas perceptivas e construção da linha do tempo⁷⁹ do bairro. Nas próximas linhas, trago minhas percepções sobre o bairro da Terra Firme, a partir dessa atividade em que me coloquei como participante e pude vivenciar novas experiências juntos aos presentes. Após dois anos, caminho observando as interações que se estabelecem nos espaços sociais e adquirindo

⁷⁷ Promovida dentro da Semana Nacional de Museus 2015, ocorreu no UIPP Terra Firme, no período da manhã. Estiveram participando 18 pessoas, entre elas: professores, donas de casa, pesquisadores, agentes culturais, membros do Conselho de Segurança do Bairro da Terra Firme, funcionários públicos e conselheiros do Ponto de Memória da Terra Firme.

⁷⁸ Ana Cláudia é funcionária do Museu Goeldi, esteve como conselheira do Ponto de Memória da Terra Firme de 2010 a 2012. A partir de 2014 desenvolve uma pesquisa de doutorado NAEA/UFPa intitulada “Memória e Sociabilidade no bairro da Terra Firme”.

⁷⁹ Metodologia para identificar traços comuns, bem como as diferenças e os contrastes nas histórias pessoais do grupo.

novas percepções sobre a Terra Firme. O intuito é realizar uma breve etnografia desse retorno a campo, baseando-se no método antropológico ao estudo do meio urbano de Gilberto Velho em “A utopia urbana” (2013:1973).

Terra Firme é um bairro periférico, típico de uma capital brasileira, constituído por um emaranhado de postes, placas e fios elétricos que passam despercebidos por um movimento frenético de um bairro que pouco para para descansar. As principais ruas que cortam o bairro são a Celso Malcher e a São Domingos, que se cruzam em meio a feira e a praça Olavo Bilac – coração pulsante do bairro da Terra Firme. Diversas outras ruas cortam essas duas desvendando um bairro de ritmos, cores e sons diferenciados. O rio Tucunduba (Figura 10) e a Av. Perimetral⁸⁰ são os principais elementos que o define.



Figura 10: Igarapé Tucunduba.

Fonte: Acervo do Ponto de Memória da Terra Firme. Foto: Mário Quadros, 2013.

Você pode chegar ao bairro basicamente por dois caminhos, rotas dos mais variados tipos de transporte: ônibus, carros, motocicletas, bicicletas, carroças (Figura 11); que transitam diariamente.

⁸⁰ Atualmente a Av. Perimetral está sendo ampliada.



Figura 11: Transportes em Terra Firme

Fonte: Acervo do Ponto de Memória da Terra Firme. Foto: Mário Quadros, 2013.

Pelo caminho da Celso Malcher (Figura 12) o trajeto é bairro do Canudos – Terra Firme, percurso do transporte público São Luis. Apresenta intensa concentração de comércio dos mais variados tipos de produtos: supermercado, açougues, roupas, calçados, artigos de festas, materiais de construção, entre outras; alojados em prédios de no máximo três andares que servem de moradia (nos altos) e comércio (embaixo). Além de se concentrarem as três únicas escolas particulares presentes no bairro. Entre a calçada e a pista da Celso Malcher, está presente a principal feira (Figura 13); com os mais variados alimentos; frutas, legumes, carnes bovinas e suínas, peixes, mariscos; atendendo boa parte das famílias residentes em Terra Firme; a feira funciona nos turnos manhã e noite. Nessa rua você encontra o Horto Mercado Municipal da Terra Firme, com funcionamento apenas pelo período da manhã em que oferece diversos produtos que vão desde ervas medicinais a peixes, esse último principal produto vendido no mercado (Figura 14). Ao seguir o caminho, passaremos da Rua São Domingos encontrando na esquina a Igreja São Domingos de Gusmão; mais à frente, a garagem da empresa de transporte público São Luis e a Unidade Intensiva Pró-Paz Terra Firme (UIPP)⁸¹.

⁸¹A UIPP funciona com a diretriz da polícia comunitária, valorizando a prevenção de crimes e a identificação e resolução de problemas. O projeto visa fortalecer os laços com a comunidade, resgatando a confiança social e buscando a redução da violência e da criminalidade, favorecendo o processo de inclusão social e de difusão da cultura de paz. No mesmo espaço físico são oferecidas ações e serviços das polícias Civil e Militar, atendimento de profissionais do setor psicossocial durante 24 horas, ocorrências policiais e área de mediação de conflitos, além das áreas que trabalham as políticas sociais do governo, como o Programa Pro Paz.



Figura 12: Rua Celso Malcher.
Foto: Autora, 2014.



Figura 13: Barracas de Frutas da Feira Celso Malcher.
Foto: Autora, 2015



Figura 14: Venda de peixe dentro do Horto Mercado Municipal da Terra Firme.
Foto: Autora, 2015

O segundo caminho é de entrada e saída pela Rua São Domingos, o percurso é Av. Perimetral – Terra Firme; podendo vir pelos bairros do Marco ou do Guamá. No trajeto Perimetral – Celso Malcher encontramos mercearias, pizzarias e oficinas; além das vendas de açaí que atendem o dia inteiro; as principais escolas públicas do bairro, em destaque para a primeira escola de ensino médio, a Brigadeiro Fontenelle⁸² – mais uma conquista da organização dos moradores por meio dos centros comunitários; nesse perímetro também estão presentes o posto de saúde, farmácias e correios. No trajeto Celso Malcher – Tucunduba o cenário é outro (Figura 15), ocorre maior concentração de casas, becos e serviços diferenciados, como: escolinhas de ensino básico, salão de beleza, serrarias; mais próximo ao rio Tucunduba encontramos uma feira que atende as famílias que vivem no entorno.

⁸² Em 2003 foi reconhecida pela Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como umas das escolas brasileiras que melhor combate à violência por meio de ações pedagógicas.



Figura 15: Feira do Tucunduba, Rua São Domingos.

Fonte: Acervo do Ponto de Memória da Terra Firme. Foto: Mário Quadros, 2013.

O coração pulsante da Terra Firme – cruzamento da Rua Celso Malcher com a São Domingos – é a confluência das mais variadas coisas (Miller 2013), que estão entrelaçadas no ir e vir do morador que constitui um bairro colorido e alegre. No centro do coração, encontramos a Praça Olavo Bilac pertencente à Igreja São Domingos do Gusmão; é a principal área de lazer do bairro. De manhã, funciona o famoso “shopping chão” ou “xopi chão”, conforme é apelidado no bairro a venda de roupas, calçados e acessórios usados que são estendidas sobre uma lona colada ao chão da praça (Figura 16); ocorre somente no período da manhã no interior da Olavo Bilac; as vendedoras são geralmente parentes uma das outras, são reservadas, de pouca conversa. Além do shopping chão, a praça no período da manhã possui barracas para vendas de eletrônicos que se concentram próximos aos portões. As 12h é fechada e só reaberta às 14h. No período da tarde, se concentra a venda de comidas típicas, bombons e lanches que aguardam a chegada dos brinquedos infláveis destinados a aluguel para as crianças no período da noite.



Figura 16: Shopping Chão da Terra Firme
Foto: Autor, 2015

Em frente à Praça Olavo Bilac, encontramos o único semáforo presente no bairro que foi instalado pouco mais de um ano para por ordem nesse coração que pulsa aceleradamente. Contudo, provoca uma verdadeira desordem no lugar. Antes da sua chegada ocorria certa cordialidade entre os que ali passavam – motorista, carroceiros, ciclistas e pedestres conseguiam se entender, transitando tranquilamente no cruzamento. Porém, após a chegada do semáforo, o que ocorre é uma confusão entre veículos e pedestres que não conseguem respeitar o tempo do sinal; desse modo, são gerados os mais variados tipos de sons e xingamentos para com o próximo. O fato é que a desordem já era presente, porém todos conseguiam se entender no meio do caos; quando o sinal é colocado, alguns respeitam e outros não, não apresentando sucesso.

A Terra Firme é um bairro em que as pessoas vivem e moram no lugar. Um bairro populoso, variado e colorido, composto por moradores que em sua maioria trabalham e moram ali e também por trabalhadores vindos de outros bairros. As ruas estão sempre cheias de pessoas. Nas primeiras horas do dia circulam os feirantes que recebem ainda na madrugada os produtos fresquinhos para serem vendidos durante o dia. A partir das 6h 30min, trabalhadores – empregados de obras, domésticas, funcionários públicos, funcionários de empresas privadas – se concentram nas paradas de ônibus à espera de alguma linha da empresa São Luis, para se dirigirem ao centro da cidade. Em meio às paradas, circulam os ciclistas, motociclistas, carros, carroças que cedo movimentam o

trânsito do bairro. Próximo às 8h, há um intenso movimento de crianças e adolescentes se dirigindo às escolas. Nesse mesmo período, donas de casas, idosos aposentados e/ou pessoas com tempo livre caminham no ir e vir para a feira, que até às 12h, ferve. Durante a manhã, nas ruas do bairro circulam todos os tipos de ambulantes (Figura 17) que atendem na porta do morador com produtos rápidos, novos e em pequena quantidade, além de chamarem o cliente por jingles particulares de cada vendedor.



Figura 17: Vendedores ambulantes.
Fotos: Carlota Brito (2013) e Autor (2015).

No período da tarde, o fluxo de pessoas nas ruas é menor. Entre os horários das 13 às 15h, o bairro descansa, os comércios fecham, pessoas param de circular pelas ruas e quase nenhum ambulante transita; é o horário mais calmo em Terra Firme. Às 15h, o movimento é outro, o bairro desperta, outros tipos de pessoas tomam conta das ruas; são os vendedores de lanche que passam com seus carrinhos ao se dirigir para o local de venda. As vendedoras de tacacá, os sorveteiros, vendedores de bombons e salgados que se concentram na Praça Olavo Bilac e em seu torno. As lanchonetes também abrem no mesmo período, há no bairro sorveterias, pizzarias, lanchonetes tradicionais de produção familiar. Essas vendas vão até a noite, atendendo os trabalhadores que chegam do serviço, os estudantes saindo da escola, famílias inteiras que passam pelas ruas. A noite inicia com um movimento intenso de pessoas se dirigindo para a feira da Celso Malcher. Característica peculiar da Terra Firme é o funcionamento da feira no período da noite, com produtos frescos de primeira qualidade – é

o segundo turno da feira. As ruas são tomadas por gente que vai e vem de seus fazeres até por volta da 0h. À noite o bairro funciona intensamente como a manhã.

Aos finais de semana e férias, o bairro não apresenta grandes mudanças, o fluxo de pessoas é quase o mesmo, porém, sem o ir e vir de estudantes. As feiras, comércios funcionam normalmente. Destaque apenas para lanchonetes e bares que recebem mais clientes nesse período.

Em Terra Firme, a cada porta e janela se encontram diferenças e semelhanças entre os aspectos físicos e sociais dos vizinhos, como um bairro populoso e periférico, dois problemas sociais são marcantes: o lixo e a violência. As ruas são sujas, com bueiros entupidos de entulhos, restos de alimentos e lixo doméstico; propício para o alagamento das ruas no período chuvoso. Algumas áreas do bairro, nos horários próximos a passagem dos carros que recolhem o lixo, há concentração numerosa desse lixo – por exemplo, no horário de 13h às 15h na feira da Celso Malcher – provocando o aparecimento de animais com hábitos alimentares necrófagos, como os urubus. O bairro é considerado pela sociedade como um lugar perigoso, controlado pelo tráfico de drogas, dominado pela violência e, logo, marginal; fato que gera estereótipo negativo ao lugar. Contudo, é válido ressaltar que esses problemas são recorrentes em toda Belém, do centro a periferia mais distante, porém devido o processo histórico de ocupação e ser por muito tempo considerado o bairro mais perigoso da cidade, a Terra Firme carrega esse estereótipo.

Em contra partida, diversos grupos culturais surgem no bairro em combate às situações de descaso e imposição do poder público e da sociedade. Os grupos contribuem para melhorias da qualidade de vida ao propiciar a todos os envolvidos – crianças, jovens, adultos e idosos - espaço de sociabilidade e discussão dos problemas recorrentes no bairro a partir da dança, teatro, música e expressão corporal que são coordenados por coreógrafos, dramaturgos, dançarinos, músicos moradores do bairro. O Ponto de Memória da Terra Firme participa desse movimento ao desempenhar ações que proporcionam o fortalecimento e o desenvolvimento da cultura presente no bairro; além de impulsionar a valorização da história e da memória narradas pelos moradores, desenvolver oficina de capacitação para atender às necessidades de diferentes setores da população e ainda desenvolver

intercâmbios com outras iniciativas dentro e fora do bairro que permitem realizar projetos em conjunto.

Caminhar sobre Terra Firme é desvendar além dos aspectos físicos as relações que se estabelecem dentro do bairro. Há um sentimento de fraternidade que exala confiança, otimismo e alegria do morador. Todos se conhecem! Ao caminhar, logo você conhece a dona Maria, vendedora de tucupi e goma do mercado, o Rala Ralou, que vende beijinho de moça, a Chiquinha, que é do Centro Comunitário Bom Jesus, e o seu Paquetá, o primeiro comerciante do bairro. O bairro da Terra Firme é feito de pessoas que, apesar das dificuldades, apresentam uma necessidade de se preservar, preservar o outro e preservar suas relações de amizade. E é a partir desse sentimento que o Ponto de Memória visualiza o bairro como um lugar de memória (Nora 1993), um lugar que por si só provoca emoções e sentimentos de uma vida simbólica daqueles que construíram e constroem em Terra Firme.

2.3 O bairro como um lugar de memória

Os museus são tidos como lugares de memória (Nora 1993), patrimônios reconhecidos e aprendidos que remetem a um passado, lugares que contam histórias e afirmam identidades. Segundo encontramos em Nora (*Ibidem*), os lugares de memória são criados devido à necessidade de se lembrar o que não se pode mais viver se, tornam instrumentos de caráter “institucional, emocional e sentimental”. Os museus, como iniciativas de memória e museologia social, compreendem a memória mais do que um fenômeno individual, é tido como uma construção coletiva no meio social que provoca o sentimento de continuidade (Maurice Halbwachs 2006). Esse processo de continuidade da memória implica na formação do que Michael Pollak chama de sentimento de Identidade – “o sentido da imagem em si, para si e para os outros” (1992 p. 5) – a imagem que os indivíduos e/ou grupos constroem e são apresentadas aos outros e a si próprios.

O termo identidade perpassa por uma discussão densa e complexa, é um fenômeno circunstancial, alternativo, relativo e político que implica no reconhecimento da diferença (Schwarcz 2014). Segundo Denys Cuche “a identidade se constrói, se desconstrói e

reconstrói segundo as situações. Ela está sem cessar em movimento; cada mudança social leva-a se reformular de modo diferente” (1999, p. 198). A representatividade de identidades inclui práticas de significações e sistemas simbólicos, “representações compreendidas como processo cultural que resulta em identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia, fornece possíveis respostas: Que eu sou? O que eu poderia ser? Quem quero ser?”, como afirma Stuart Hall (2006). Os símbolos, objetos presentes em todos os museus, são marcadores que estabelecem diferenças entre identidades, mas também são elementos que contribuem para a constituição e percepção subjetiva dos agentes sociais.

Reconhecer a sua identidade é reconhecer a si próprio enquanto indivíduo e pertencente a uma sociedade. Entendo que a identidade é compreendida como a representação social do indivíduo, como sujeito individual e coletivo, expressa em símbolos materiais e imateriais. Esses, por sua vez, passam a ser reconhecidos como patrimônios que necessitam de preservação e valorização para assim representar uma dada identidade.

A categoria patrimônio está estritamente associada aos museus, uma vez que como instituições sociais salvaguardam patrimônios. Dentro dos museus os objetos materiais “não apenas desempenham funções identitárias, expressando simbolicamente nossas identidades individuais e sociais, mas na verdade organizam (na medida em que os objetos são categoriais materialidades) a percepção que temos de nós mesmos individual e coletivamente” (GONÇALVES 2007, p. 27), agregam sentimento de pertencimento, logo são tidos como patrimônio.

Estou ciente, portanto, que a memória social, o patrimônio cultural e identidades são construções sociais a partir de sistemas de representação e de significação coletivamente construídos, partilhados e reproduzidos ao longo do tempo, no caso dessa pesquisa - os museus comunitários. Sei que o trabalho se propõe não ditar, nomear, conceituar essas novas organizações museias, porque se tratam de processos dinâmicos que nos permitem ir além de classificações. Segundo Varine “alguns nem se chamarão museus, mas todos seguirão os princípios da nova museologia (Santiago, Quebec, Caracas) no seu espírito ou na sua escrita (teoria)” (1996: 2014, p. 247). Então, abordarei a partir desse momento, o Ponto de Memória da Terra Firme como iniciativa comunitária de memória e museologia social que por meio de ações museais buscam o fortalecimento de sua comunidade.

Acreditando nos pensamentos significativos da museologia social e apoiados por políticas que defendem o direito à memória, que a comunidade da Terra Firme vem buscando voz e direitos por meio de ações museais para transformar os estereótipos que norteiam o bairro e seus moradores. Já que na “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar” (Ecléa Bosi 1999, p. 55).

Entende que a implantação de um museu comunitário se dá de forma gradativa e lenta. Entretanto, são seis anos de atuação do Ponto de Memória na Terra Firme, cada atividade desempenhada para e com a comunidade busca-se por meio das memórias narradas e patrimônios reconhecidos caminhos e estratégias de afirmação da identidade reconhecida pelos moradores *Terra Firme*, afim de apresentá-la e representá-la dentro de um Museu Comunitário no bairro da Terra Firme.

No próximo capítulo, buscarei responder qual a representação de museu proposta pelo Ponto de Memória no bairro da Terra Firme e se a iniciativa é uma espaço de representação do morador. Ao procurar correlacionar os fatos vivenciados por mim com os fatos sociais que se atribuem aos museus comunitários. Continue comigo! Boa leitura!

CAPÍTULO III

MUSEU COMUNITÁRIO NO BAIRRO DA TERRA FIRME

Somos sim um museu, mas um museu diferente.
(Chiquinha – Presidente do Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme)

Gluckman (1987:1958) nos apresenta que os eventos são situações sociais conforme os pensamentos que envolvem e afetam os atores sociais envolvidos no processo. Ao acompanhar oficinas que visam incentivar, capacitar e contribuir para o aprimoramento do conhecimento dos comunitários; e, eventos de formação e informação sobre a memória, a história e a cultura do bairro da Terra Firme; e a consolidação de parcerias com organizações civis e o poder público; trago resultados da pesquisa etnográfica que segundo Peirano (1995), é o meio pelo qual a teoria antropológica se desenvolve, ao desafiar os conceitos do senso comum no confronto entre a teoria do pesquisador e a observação entre os sujeitos.

Trago nessa pesquisa percepções de dois momentos - antes, participante e depois, observando o processo – o modo como Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme se afirma enquanto iniciativa de museus. Segundo Marcel Mauss (1902), a etnografia permite ao pesquisador analisar as especificidades dos fatos recorrentes a partir da fala do nativo – sujeito/interlocutores da pesquisa. No contato/convívio direto com esses sujeitos o pesquisador consegue recolher as informações e filtrar o que tais sujeitos pensam sobre o que fazem. E assim, conseguimos correlacionar os fatos específicos com os fatos sociais atribuídos pelo grupo estudado (*Ibidem* 1902).

Portanto, no capítulo que segue procuro correlacionar fatos específicos vivenciados por mim nos dois momentos que estive presente no Ponto de Memória da Terra Firme com os fatos sociais que atribuem aos museus comunitários, em prática museológicas por comunidades conscientes de suas realidades. A partir dos estudos de Tereza Scheiner (2012) e Hugues de Varine (1987) frente a essas situações pelo mundo. Com o objetivo de perceber como o processo museológico vem acontecendo no bairro da Terra Firme por meio a ação do Ponto de Memória.

Na primeira seção me aproprio da afirmação de Chiquinha, presidente do Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme, apresentada na epígrafe desse capítulo para discutir sobre como o museu comunitário acontece no bairro e o que o leva a ser diferente.

Na segunda seção, abordarei da relação Museu Paraense Emílio Goeldi e o bairro da Terra Firme que acontece desde 1985 por meio do projeto “O Museu Goeldi leva Educação em Ciência a Comunidade” e de que modo isso implica para a instauração museu comunitário em Terra Firme que acontece entre dois extremos, o público e o privado.

E na terceira seção, apresentarei as dificuldades e desafios do Ponto de Memória da Terra Firme como museu comunitário, a partir dos movimentos quase que tribais dessas iniciativas pela influência das lideranças nas tomadas de decisão (Scheiner 2012); portanto, trago análise sobre a atuação do conselho gestor, das ações desenvolvidas e o vínculo com o Instituto Brasileiro de Museus. E por fim, faço uma reflexão sobre o museu comunitário no bairro da Terra Firme, concretizado no Ponto de Memória.

Desse modo, o terceiro capítulo dessa dissertação procura reconhecer o Ponto de Memória da Terra Firme como uma experiência exitosa de museologia social em Belém, Pará. Convido-te, portanto, a refletir junto comigo. Boa leitura!

3.1 Um museu *diferente*

Ao me colocar novamente em campo, naquela “conversa entre amigos” narrada por mim no primeiro capítulo dessa pesquisa, fui convidada pelos conselheiros do Ponto de Memória da Terra Firme a acompanhá-los em algumas apresentações em que são esperados para falar sobre o Ponto de Memória e suas formas de atuar dentro do bairro da Terra Firme. Em uma bela tarde de maio, em 2015, estive com eles na troca de experiências com o Grupo de Estudo e Pesquisas em Teorias, Epistemologias e Métodos da Educação (EPsTEM) da UFPA, nas instalações da universidade. É interessante analisarmos o quanto o cenário dessa instituição mudou para os moradores da Terra Firme, antes, um espaço fechado frente aos confrontos de interesses e disputas por território, hoje é um lugar de livre circulação em

que o morador é convidado para expor suas idéias e dialogar abertamente com aqueles que pertencem aquele local.

O Epstem, coordenado pelo Professor Doutor Carlos Paixão, é um grupo de pesquisa formado basicamente por alunos da Pós-Graduação em Educação da UFPA que investigam e analisam as composições da cultura epistemológica e modos de vida na área da educação. A conselheira do PMTF, Helena Quadros, uma das integrantes do grupo, como estudante de doutorado, vem realizando uma pesquisa sobre a interação entre o museu e a comunidade em uma perspectiva socioambiental, a partir da análise crítica a atuação do MPEG. Naquela tarde, Helena havia sido convidada para discutir sobre as diretrizes de sua pesquisa, visualizando a oportunidade de trocas de experiências, convidou os demais conselheiros para debater junto dela as vivências em Terra Firme.

Em uma das salas de aula do Instituto de Ciências da Educação da UFPA, estiveram reunidos alunos de mestrado, doutorado e profissionais atuantes na área de educação, filosofia e ciências sociais para ouvirem, em especial, os conselheiros: Zé Maria e Chiquinha, além de Helena, claro. Uma tarde super agradável, em que fomos recebidos com carinho, recheados de lanches e bebidas deliciosas, Zé Maria e Chiquinha relataram sobre como, quando e porque chegaram ao bairro da Terra Firme; foram complementados por Helena sobre a presença do Museu Goeldi no bairro; relatos muito próximos ao que narrarei nas primeiras linhas desse trabalho.

Com eles, além de mim, estava Camila Quadros, também coletando informações para sua pesquisa de mestrado. Tivemos a palavra, mas falamos brevemente sobre o objetivo de estarmos ali. Ao iniciar esse capítulo, quis descrever essa tarde, pois significou um marco em minha etapa de campo.

Após longos relatos, interrompidos por perguntas que iam e voltavam ao tema central daquele debate - a experiência do Ponto de Memória na Terra Firme. Chiquinha, presidente do Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme, liderança no bairro em que vive e mora há mais de 30 anos, ao finalizar sua fala, afirmou: *“Somos sim um museu, mas um museu diferente”*. Aquela frase, desde então, esteve comigo nos percursos em campo e nas traduções escritas dessa pesquisa, tanto que a trouxe para o título dessa dissertação. Andei buscando respostas para o: *por que não um museu diferente? Que museu diferente é esse?*

Entendo que a diferença dentro dos museus pode acontecer de duas maneiras. A primeira – ser diferente por atrair a curiosidade, trazer propostas novas que refletiam sobre um acervo curioso e inusitado, que revelam temas que nunca ninguém sequer imaginou apresentar ou os temas são expostos em aspectos diferentes, essas experiências têm crescido pelo mundo ao longo do século XXI. A segunda – é a absorção da concepção de *museu integral* difundida no século passado, que estabelece que o museu deve participar na formação da consciência das comunidades que serve, podendo mesmo contribuir para levá-las a agir, uma nova forma de fazer museu em reação às desigualdades e tensões sociais, buscando alcançar maior proximidade com o público. Então, pergunto-me: *que diferença é essa?*

Como meio de buscar respostas, me recordei de dois eventos acompanhados por mim, quando ainda era consultora e conselheira da iniciativa – a realização do inventário participativo no bairro da Terra Firme e a elaboração, em conjunto, com os moradores da exposição “Terra Firme de tudo um pouco”, já citadas no capítulo anterior. Nas próximas linhas, detalho essas atividades para responder o que tanto passou a me inquietar, a partir daquela tarde na universidade.

Inventário Participativo

Realizamos a primeira etapa do inventário participativo no bairro da Terra Firme em dezembro de 2011 a abril de 2012. Nosso objetivo era pesquisar, catalogar e sistematizar as linguagens culturais, a história e a memória presentes no bairro, por meio de entrevistas com os moradores, a fim de dar suporte e visibilidade aos diversos grupos socioculturais do bairro, contribuindo para a valorização dos saberes e práticas locais.

Em um primeiro momento, para definição da metodologia, definimos em reuniões que seriam realizadas entrevistas de histórias de vida com os moradores, justificadas pelo interesse do grupo gestor, em sua maioria, em conhecer a história e as memórias existentes na Terra Firme, por meio de relatos dos moradores. Com a aprovação do microprojeto “As

diversas linguagens da cultura no bairro da Terra Firme”, fator que nos possibilitou realizar o inventário, selecionamos 10 jovens⁸³, na faixa etária de 18 a 29 anos, para realizarem as entrevistas com os moradores; sob a orientação de uma comissão de trabalho, coordenada por Maria Francisca - a Chiconá – que contou com minha participação e da conselheira Jéssica, além da colaboração da moradora Soraia Santos, sua filha.

Após a seleção⁸⁴, demos início a etapa de capacitação, ao ofertar uma oficina sob o tema “Inventário Participativo” (Figura 18), ministrada por mim, no período de 12 a 17 de dezembro de 2011, com o objetivo de torná-los habilitados a inventariar as manifestações socioculturais no bairro da Terra Firme, trazendo temas que relacionassem museu e memória. Na oficina, apresentei metodologias específicas para que os participantes pudessem aplicar no curso das realizações das entrevistas, portanto demonstrei os seguintes métodos: linha do tempo; rodas de memória; técnicas de entrevistas; além da definição de inventário participativo. Feito isso, elaboramos coletivamente os instrumentos de pesquisa do inventário participativo do Ponto de Memória da Terra Firme.

⁸³ Jovens participantes: André Aviz, Brená Figueredo, Carmem Santos, Deivison da Rocha, Ernany dos Remédios, Jéssca Gusmão, Maiara Souza, Maridiane dos Santos, Ruãma do Nascimento, Tacimiller de Matos, Tatian Amaral, Thayse de Matos

⁸⁴ Os critérios de seleção foram às seguintes habilidades: 1) morador do bairro da Terra Firme; 2) conhecimento regular de sistema operacional Windows e suas ferramentas de edição texto/figuras e Internet; 3) domínio da escrita na língua portuguesa; 4) responsabilidade com prazos; 5) capacidade de trabalhar em equipe; 6) fácil comunicação. Produzimos uma ficha de inscrição para que os jovens interessados pudessem responder as seguintes perguntas: a) Identificação; b) Escolaridade; c) Como soube do projeto?; d) Disponibilidade; e) O que é o bairro da Terra Firme para você?



Figura 18 Registro da Oficina de Inventário Participativo.
Foto: Jéssica Santos, 2011.

Ao longo do trabalho, decidimos entre os participantes da oficina que, em dupla, os jovens conseguiriam atingir melhor os resultados esperados, devido às formas de abordagem e registros das entrevistas. E então, definimos os temas norteadores do inventário, que foram: cotidiano, história, lutas sociais, cultura popular, e instituições de pesquisa presentes no bairro; ao qual, cada tema correspondia a uma dupla específica. Após essas definições, com o fim da oficina, nós, da comissão de trabalho, nos responsabilizamos em repassar aos jovens um roteiro de pesquisa com informações sobre o que pesquisar em cada tema, baseado no Plano de Ação do Ponto de Memória da Terra Firme, elaborado pelo conselho gestor.

Ao fim desse período de um mês, em que definimos coletivamente as metodologias a serem aplicadas no curso do inventário das manifestações socioculturais do bairro da Terra Firme, os jovens, durante três meses, estiveram no bairro realizando as entrevistas; sendo que cada dupla possuía a meta de realizar oito entrevistas ao mês, de acordo com a sua temática. Em períodos quinzenais, nos reuníamos para traçar estratégias, catalogar os dados e listar possíveis entrevistados. Nesse processo, definimos que a cada mês seriam realizadas rodas de memórias temáticas com moradores, a fim de que pudéssemos por outros meios coletar histórias de vida. E assim, sob a organização dos jovens, realizamos durante o processo, três rodas de memória pelo bairro, com os temas: história; cultura e cotidiano do bairro da Terra Firme.

Ao fim das entrevistas, iniciamos a sistematização e catalogação dos resultados finais. No total, foram realizadas 59 entrevistas de história de vida com moradores e/ou pessoas atuantes no bairro da Terra Firme. No decorrer do processo, os entrevistados doaram fotos e documentos que retratam suas relações com o bairro, permitindo que suas coisas viessem fazer parte da exposição que estava sendo planejada por nós, o Ponto de Memória da Terra Firme. Como representações da cultura popular do bairro doaram roupas, adereços e letras de músicas. No tema cotidiano, repetidamente, falaram-se da feira da Celso Malcher, das escolas, dos comércios, das ruas, das casas, farmácias, posto de saúde, ônibus, bicicletas e tantas outras coisas como importantes patrimônios do bairro. A história do bairro e o processo de luta e conquistas pela moradia, geralmente relatado pelos moradores mais antigos, foram demonstrados com orgulho por meio de documentos e fotos que comprovam que a Terra Firme passou por grandes transformações.

Então, decidimos dentro do conselho gestor do Ponto de Memória realizar, no fim do inventário participativo, um cortejo cultural como o intuito de reunir artistas inventariados do bairro da Terra Firme. O “Cortejo Cultural: as diversas linguagens da cultura do bairro da Terra Firme” reuniu artistas ao som de toadas de boi, adereços, tambores, porta-estandarte, carro-som; alegorias diversas dos participantes que saíram pelas principais ruas do bairro, a atividade finalizou com um show dos artistas na praça Olavo Bilac.

O cortejo contou com a participação dos grupos culturais: Coletivo Casa Preta, Instituto Cultural Pólo São Pedro, Quadrilha Junina Infantil Crianças que Brilham, Grupo Cultural Boi da Terra, Grupo Cultural Boi Marronzinho, Instituto Amazônia Cultural, Cia de Dança Exíbel e Associação Cultural Eu Sou Angoleiro. E ainda, reuniu personagens característicos da Terra Firme, como: vendedor de tacacá, vendedora de bombom, o vendedor de sorvete, artistas de rua, e o grupo da coleta seletiva de lixo, que também fizeram parte do inventário participativo (Figura 19).



Figura 19: Registro do Cortejo Cultural – As diversas linguagens da cultura
Foto: Autora, 2012

O inventário participativo nos possibilitou levantar um acervo de histórias de vida de moradores e/ou pessoas atuantes, que vivenciam diariamente o bairro da Terra Firme. Ao avaliar a atividade, consideramos dentro do conselho que a ação teve importância significativa quanto ao reconhecimento do PMTF, como iniciativa de registro da memória e história do bairro. Consideramos, também, que a ação voltada para a participação dos jovens contribuiu para que esses sujeitos desvendassem a realidade do próprio lugar, que na maioria dos casos desconheciam. Em depoimentos, esses jovens demonstram satisfação por ter realizado o trabalho e ainda se sentiram orgulhosos por fazerem parte de um bairro muito expressivo dentro do Município de Belém, descoberto durante o processo do inventário.

Na minha avaliação, como consultora, considerei que os participantes obtiveram habilidade quanto à realização de entrevistas, por terem conseguido entrevistar personagens importantes para o bairro e que posteriormente estiveram presentes em outras ações do PMTF. Os moradores, em entrevistas, ficaram maravilhados em serem procurados para darem a sua versão, a sua opinião, e o seu olhar sobre a história e memória do bairro da Terra Firme. E quando se pôde realizar o Cortejo Cultural, o PMTF conseguiu

aglutinar várias vertentes culturais do bairro, agregando valor a esses grupos, e também, permitindo que esses possam se sentir parte da iniciativa.

O inventário participativo fez parte de um processo em que buscávamos legitimação do Ponto de Memória da Terra Firme, como agente transformador dentro do bairro, sendo a etapa inicial para elaboração de dois produtos de difusão que visou o reconhecimento da iniciativa quanto agente transformador para o bairro. Produzimos, então, uma cartilha informativa sobre a nossa experiência de trabalho para valorização da memória do bairro da Terra Firme, intitulada *“Um Ponto de Memória no Bairro da Terra Firme”*; e elaboramos a primeira exposição do Ponto de Memória, chamada *“Terra Firme: de tudo um pouco”*, ambas lançadas em janeiro de 2013. Em dias atuais, os produtos ainda circulam no bairro e fora dele com o intuito de divulgar e reconhecer o valor do registro e preservação da memória para um lugar, e também mostrar a importância de iniciativas, como PMTF, que procuram transformar o bairro por meio de ações museais.

Exposição “Terra Firme: de tudo um pouco”

No folder de divulgação da exposição *“Terra Firme: de tudo um pouco”* dizemos que ela põe à mostra as verdadeiras facetas do bairro da Terra Firme, ao refletir sobre as singularidades de um bairro periférico da cidade de Belém, que se configura em aspectos diferenciados de sua história, seu cotidiano, sua cultura e sua memória. Assim, a elaboramos para percorrer diferentes localidades do bairro e da cidade com o objetivo de desvincular a imagem negativa da Terra Firme junto à sociedade; além de divulgarmos, nosso trabalho - o Ponto de Memória da Terra Firme, no próprio bairro e fora dele; ao planejar, elaborar, executar e realizar uma exposição em conjunto com os moradores; buscando os envolver na causa de preservação de sua memória; sendo o PMTF um meio para a afirmação da identidade coletiva do bairro. Esses foram nossos objetivos e caminhos traçados durante todo o processo de concepção da exposição.

Planejada para durar dois anos - no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2014 – contamos mais uma vez com a parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi que viabilizou a colaboração de Cartola Brito, arquiteta responsável pela criação de diversas exposições do MPEG. Com o propósito de contribuir para o planejamento e composição da exposição

Carlota ministrou duas oficinas que resultou na formação do corpo técnico da “Terra Firme: de tudo um pouco”.

A primeira oficina, “Planejamento e Montagem de Exposições para Museus Comunitários” ocorrida em julho de 2012, foi ofertada para nós conselheiros do Ponto de Memória da Terra Firme, interessados e moradores do bairro. Contamos com a participação de 20 pessoas, sendo 6 conselheiros, 5 estudantes do curso de Museologia da Universidade Federal do Pará e 9 moradores do bairro. A oficina teve como objetivos: apresentar conceitos de cultura, museu e patrimônio; identificar o patrimônio do bairro da Terra Firme dado pelos participantes; e, elaborar o plano de ação da exposição do Ponto de Memória da Terra Firme.

Aos participantes, apresentei os resultados do Inventário Participativo e o Plano de Ação do PMTF, para que pudéssemos planejá-la em torno do fora coletado antes, decisão tomada em reunião entre, nós, conselho gestor e Carlota. A partir disso, a ministrante nos dividiu em grupos de trabalho para elaboração dos planos: de execução; de comunicação; e de educação. Mais abaixo, elenco as decisões tomadas na oficina que resultaram na elaboração da exposição.

Considero necessário comentar, que mais uma vez Chiquinha em suas frases curtas, mas de profundo alcance, nos põe a refletir. Ao ser perguntada por Carlota sobre o que considerava importante vir a ser exposto pelo Ponto de Memória, ela respondeu: “tem que ter de tudo um pouco”. E assim, com essa resposta decidimos entre os que ali planejavam a exposição que passaria a ser denominada de “Terra Firme: de tudo um pouco”, se apropriando da fala da presidente do conselho gestor e refletindo sobre o que poderia ser “de tudo um pouco”?

Ao fim dessa etapa, realizamos uma visita técnica no bairro (Figura 20) para registro, coleta e observação das características do lugar, como também para verificar possíveis locais que a exposição podia tramitar.



Figura 20: Participantes da Oficina Planejamento e Montagem de Exposição para Museus Comunitário visitando o espaço do Centro Comunitário Bom Jesus
Foto: Autora, 2012.

Em outubro de 2012, Carlota ministrou a segunda oficina, “Design Participativo: a Terra Fala”, que teve a participação de 25 pessoas, entre o conselho gestor do PMTF, estudantes do curso de Museologia da UFPA e moradores do bairro. No qual trabalhamos para a produção de protótipos conceituais e técnicos possíveis para a exposição “Terra Firme: de tudo um pouco”, nos instigando a identificar materiais viáveis ao desenvolvimento de diferentes protótipos (Figura 21).



Figura 21: Protótipo de painéis produzido pela equipe 1.
Foto: Autora, 2012

A partir dessas oficinas planejamos a exposição “Terra Firme: de tudo um pouco” e passamos a trabalhar para concebê-la:

- a) Conceito da Exposição - A primeira exposição do Ponto de Memória da Terra Firme é de caráter contemplativo e político. Assim, fora elaborada para itinerar primeiramente pelo bairro da Terra Firme e atingir pontos estratégicos dentro da cidade de Belém, com o intuito de atingir os objetivos da mesma.
- b) Público- alvo: Moradores do bairro da Terra Firme, bem como: antigos moradores, jovens, crianças, estudantes, comerciantes, trabalhadores autônomos, donas de casa, etc. Além de moradores da cidade de Belém, principalmente estudantes. E ainda, profissionais e interessados na área de museus, cultura e história.
- c) Local – o lançamento da exposição “Terra Firme: de tudo um pouco” ocorreu no dia 12 de janeiro de 2013 às 16h na quadra esportiva da Igreja São Domingos de Gusmão. Este fora o ponto de partida da exposição que percorreu espaços estratégicos dentro do bairro, tais como: igrejas, escolas, centro comunitários. O conselho gestor também expôs em espaços públicos fora do bairro, como no Museu Goeldi, Ecomuseu da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Universidade da Amazônia.

A exposição comporta: totem de abertura – 1 unidade; painéis pvc expandido de 5 mm – 10 unid; e, placa interativa em lona – 2 unidade. Os painéis são distribuídos em círculos, a fim de repassar aos visitantes que a memória não é e nunca será linear, o individuo possui a memória cíclica, indo e vindo no passado, transformando o presente e assegurando o futuro. Os painéis possuem plotagem na frente e no verso, sendo que na frente está o texto e imagens correspondentes ao tema de cada painel, e atrás, depoimento de moradores do bairro da Terra Firme coletados no inventário. Os temas dos painéis são os seguintes:

- Terra Firme: o bairro – localização do Bairro da Terra Firme;
- Terra Firme: dia a dia – apresentar o cotidiano do Bairro;
- Terra Firme: é cultura – os movimentos culturais do Bairro;
- Terra Firme: ciência e educação – instituições de pesquisa localizada na Terra Firme;
- Memória Póstuma – pessoas que contribuíram para a valorização da memória coletiva do bairro da Terra Firme;
- Terra Firme é memória – sobre o Programa Pontos de Memória;
- Ponto de Memória da Terra Firme – ações e atividades do PMTF;
- Ficha Técnica

Os Pontos de Memória – a partir da atuação dos *pontos pioneiros*, em sua maioria – percebem o museu como um fenômeno catalisador das transformações sociais, como ferramenta útil para as comunidades ao trabalharem na concretização do *museu integral* e suas atribuições que beneficiam as construções da autonomia dos povos (Geise 2014). A partir dessa reflexão, reconheço o Ponto de Memória da Terra Firme como uma experiência de museologia social exitosa em Belém, Pará, por ser uma organização que trabalha junto aos pressupostos da museologia e é mantida e gerida por agentes sociais pertencentes à comunidade a qual representa. É um Museu Comunitário no bairro da Terra Firme, que atua com e para os moradores do bairro.

Durante as fases iniciais do programa, que vivenciei como conselheira e consultora do Ponto de Memória da Terra Firme, as iniciativas buscavam à atribuição de museus pelo reconhecimento dentro das instituições e órgãos operantes, bem como de outras iniciativas e das comunidades representadas nesses espaços. No entanto, quando passo a atuar como pesquisadora, percebo que aos poucos foram entendendo que trazer ou não o termo museu em seu nome não é a questão principal. O Estatuto de Museus, Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, considera:

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único: Enquadrar-se-ão nesta lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades. (IBRAM 2009)

Embasada na normativa acima, compreendo que os Pontos de Memória são museus por trabalharem com identidades locais, narrativas e representações dentro de pressupostos de um tipo de representação museal, no caso do Ponto de Memória da Terra Firme um museu comunitário. Ao meu ver, o PMTF procura conservar, investigar, comunicar e expor a identidade afirmada dentro do bairro da Terra Firme por meio da memória, história e

patrimônio reconhecidos pelo morador. Voltando a inquietação que me leva a essa discussão, *o que o faz ser diferente?*

Soares e Scheiner afirmam que os museus são “como casas, como instâncias em que moram o humano” (*Ibidem* 2009, p. 2)⁸⁵. Fazendo-nos refletir que o “museu é um espaço do habitar” (*Idem*, p. 1), por isso é vivo, dinâmico e cíclico, em que só é possível a partir das relações e experiências sincrônicas dos habitados. Noto, a partir dessa reflexão, que o museu que habita em Terra Firme desvenda um território cercado de representações simbólicas que configuram um bairro de várias facetas, formado por gente compromissada com bem-estar do lugar. Baseado pela vontade de proporcionar um espaço aberto que musealiza coletivamente o bairro e tudo que nele pertence a partir de ações, por exemplo, como o inventário participativo e a exposição que integram moradores no processo.

Imersa no debate do museu atuante-comunitário, percebo no museu presente em Terra Firme que não há visitantes, mas sim habitantes que convidam o morador, sujeito principal, a relacionar-se entre si e com o meio. Ao conceber a exposição “Terra Firme: de tudo um pouco”, não estávamos preocupados na constituição em si – forma e função - mas em todo o processo de planejamento, concepção e montagem da mesma que possibilitaria o morador a participar. Essa maneira de atuar, para Lersch e Ocampo possibilita o museu “recriar como eram as coisas antes, para reviver eventos e práticas que os marcaram” (Lersch e Ocampo 2004, p. 2), partindo do ato de vontade – o de participar, que impulsionam esses tipos de museus para novas propostas e projetos comunitários (*Idem*). Complementando a discussão, Soares e Scheiner (2009) asseguram que o que produzem não é o objeto do museu comunitário, mas eles o são, pois é parte decisória dentro do processo de musealização, ou seja, são sujeitos ativos que proporcionam reflexões sobre o que ou não desejam musealizar.

Vejamos que na fala de Chiquinha, “somos sim um museu, mas um museu diferente”, o quanto de pertencimento a conselheira do Ponto de Memória debruça sobre a iniciativa. Antes de tudo, Chiquinha é moradora do bairro da Terra Firme, traz consigo relações com o lugar, com outros moradores e principalmente a relação com sua memória – o que era, o que deixou de ser e o que é hoje. Absorvendo essa argumentação, percebo que o museu

⁸⁵ Usam essa afirmativa a partir do pensamento de Bachelard, ao lembrar que “todo espaço realmente habitado traz a essência da noção de casa” (2005 apud SOARES e SCHEINER 2009, p. 1).

diferente de pertença da Chica, carinhosamente chamada por mim, está preocupado em revelar quem são, de onde vêm, o que conquistaram e quais são os valores e necessidades das pessoas que habitam o território-museu. A experiência, ao meu ver, muito se assemelha aos “*neighborhood museums*” – museus de vizinhança – surgidos nos guetos negros de Nova Iorque e Washington nos Estados Unidos, em meados do século passado, descobertos por mim na literatura de Hugues de Varine, Tereza Scheiner e Mário Chagas.

Segundo Soares e Scheiner (2009) o tempo e o espaço, em experiências de museus comunitários, são abordados sob o olhar que revela olhares específicos sobre a realidade, ao afirmarem que:

A noção de um patrimônio comunitário somada ao surgimento do pensamento de que comunidades se fazem museus preservando e valorizando a memória nas relações cotidianas, além de redefinir a percepção que se tinha do patrimônio e do museu, fizeram eclodir, entre os especialistas, interrogações quanto a tudo aquilo que se almeja preservar, mas que não se pode guardar na vitrine ou proteger fisicamente nas praças públicas (Soares e Scheiner 2009).

Desse modo, compreendo que dentro dos *museus comunitários*, o sujeito conhece mais a si mesmo e a comunidade à qual pertence por meio da sua participação no ato de selecionar os temas a serem estudados, capacitando-se, realizando uma entrevista ou sendo entrevistado, reunindo objetos, tomando fotografias, fazendo desenhos. Em pesquisas anteriores com Fabiano Gontijo (2015), levantamos que um museu comunitário se institui a partir de ações participativas que interferem diretamente no território onde ele atua, não sendo um lugar em silêncio em que as pessoas param, observam e o deixa sem trocar interesses e valores. Portanto, defendemos que o museu deve ser presente, atuante e instigador, no qual se procuram soluções para problemas debatidos com todos os que são ali representados (Moura e Gontijo 2015).

Busquei detalhar, primeiramente, as duas ações realizadas pelo Ponto de Memória da Terra Firme – inventário participativo e exposição – para que pudesse ilustrar como se faz a diferença, a partir do acompanhamento de passo a passo das atividades.

O inventário participativo adotado pelo Ponto de Memória da Terra Firme, segundo encontramos em informações do Ibram (2016), é instrumento de estímulo para que os próprios grupos e comunidades locais possam, em primeira pessoa, assumir a identificação, seleção e registro das referências culturais significativas para suas memórias e histórias

sociais, em seus processos de musealização. Ao aplicarmos, em Terra Firme, metodologias específicas para o registro de história oral por meio de rodas de memória, de pesquisas e de mapeamentos das histórias, patrimônios e expressões culturais, em conjunto com os moradores do bairro, nos possibilitou identificar e levantar a história e a cultura dos atores sociais envolvidos na constituição do bairro da Terra Firme. E assim, na exposição “Terra Firme: de tudo um pouco” revelarmos um bairro de ritmos, cores e sons diferenciados que as pessoas vivem e moram no lugar, ao apresentarmos diferenças e semelhanças presentes no movimento frenético do bairro que pouco para para descansar.

Em estudos de Bolton (2003) podemos constatar que os objetos abrem horizontes e imaginações e que são reconhecidos e aprendidos de diferentes maneiras dentro dos museus, devido à importância dada pelos seus detentores, como também pelo interesse político que o envolvem. Observo que mesmo não sendo as coisas o foco principal dentro dos museus comunitários, elas possuem uma ligação direta com o que vem sendo exposto, uma vez que envolve, constrói e reconstrói os sujeitos e suas representações. Percebo, assim, que as iniciativas comunitárias dentro dos museus desejam ir além dos objetos, mas não sem eles, uma vez que “o objeto documenta, imprime certas marcas nos sujeitos, dinamizando interna e externamente um processo comunicativo intercultural”, de acordo com afirmações de Silveira e Lima Filho (2005, p. 43).

Durante o inventário participativo, identificamos que havia um interesse do morador em expor objetos que retratassem sobre a sua trajetória de vida com o bairro, ao doarem livremente as coisas que consideram patrimoniais. Para a exposição “Terra Firme: de tudo um pouco” não viabilizamos a amostra desses materiais, por uma questão de transporte e guarda que não eram possíveis no dado momento, porém procuramos retratar por meio de imagens que as coisas reconhecidas pelo morador estão emaranhadas pelos diferentes espaços do bairro. Sendo coisas que até passam despercebidas por permanecerem entrelaçadas no ir e vir do morador.

Seguindo essa reflexão, recordo-me da reação de dona Maria, quando se reconheceu no cartaz de divulgação da exposição (Figura 22) a vendedora de tucupi e goma – derivados da mandioca – ao se ver no cartaz, ficou tão alegre que saiu comentando por todo o Mercado Horto Municipal, que ela e a sua venda estariam na exposição do bairro da Terra

Firme. Em minhas pesquisas com Gontijo (2013), sobre as coisas valorizadas pelo morador de Terra Firme, defendemos que a elas são atribuídas significados que envolvem conquista, poder e transformação para o sujeito, elementos que contribuem para o ser/estar do indivíduo, fazendo com que sejam compreendidos como patrimônios, porque se atribui a essas coisas, sentidos e significados novos, agenciando o morador em novas formas de agir. Assim, mesmo a exposição sendo constituída apenas de painéis permitiu que os moradores reconhecessem a si e suas coisas, por meio das imagens e relatos expostos, situação observada, por mim, em diferentes salas em que fora exposta.

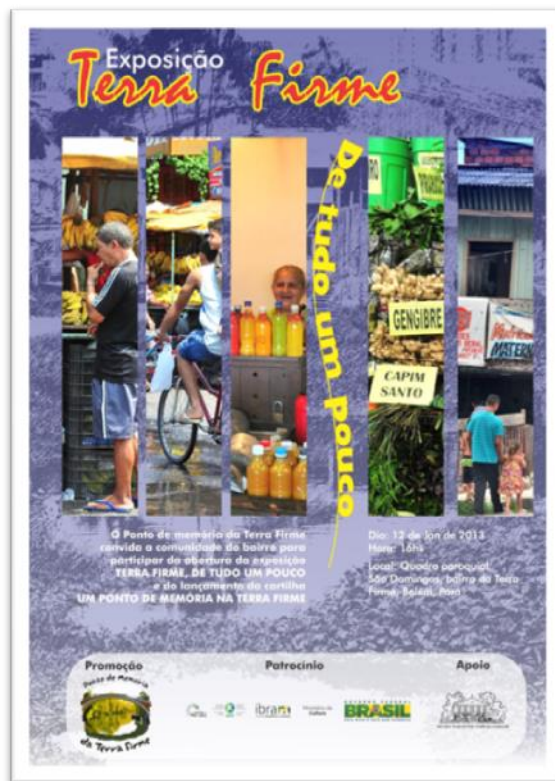


Figura 22: Dona Maria, vendedora de tucupi (ao centro) no cartaz de divulgação do evento de lançamento dos produtos de difusão do Ponto de Memória da Terra Firme. Projeto Gráfico: Carlota Brito.

Logo, compreendo que o museu diferente de Chiquinha refere-se ao modo de atuar que convida a todos refletir sobre a realidade e necessidades do bairro, bem como a forma que se constitui. O Ponto de Memória da Terra Firme, como observamos, foge dos padrões convencionais de museu, não possui muros, portas e janelas; é um museu a céu aberto que acontece simultaneamente em todos os espaços do bairro. Entendo, que o fato de não

possuir um espaço físico o possibilita transitar no ir e vir do morador, atuando dentro dos mais variados espaços: casas dos moradores, escolas, ruas, praças, instituições, fato que nos levou a propor uma exposição itinerante. O museu, portanto, é concebido no seio da comunidade que se volta para as suas vivências.

Ao refletir, mais uma vez, com Soares e Scheiner (2009) a partir da afirmação “humano e museu abrem-se em possibilidades inifinitas; o limite de um é apenas o outro, entreaberto”. Compreendo que um museu diferente é a possibilidade de fazer museu de infinitos modos a partir da preocupação, de forma total, com o indivíduo - percepção essa trazida pelas atribuições que envolvem o *museu integral*. É a possibilidade, portanto, das “populações ganharem conhecimento sobre si mesmas, sobre sua própria história, e se tornem conscientes do seu valor”(Soares e Scheiner 2009, p. 15).

O auto-reconhecimento e o empoderamento social que esses espaços provocam em suas localidades permitem o reconhecimento externo por aqueles que muitas vezes os pré-julgaram de minoritários, marginais e até incapazes de fazerem diferentes. Refiro-me, nesse caso, à mídia como formadora de opinião que contribui maciçamente para o alastramento de estereótipos que norteiam essas comunidades. Desse modo, vejo que o museu, como fenômeno social que catalisa transformações, pode ser instrumento de empoderamento dos sujeitos, propiciando o seu auto-reconhecimento que implica na mudança de estereótipos externos. Trago, como exemplo, três manchetes dos principais jornais impressos e digitais que circulam no estado do Pará: a primeira – *Terra Firme tem memória*, Jornal Amazônia, domingo do dia 5 de junho de 2011 (Figura 23), a segunda – *Terra Firme: um bairro inteiro se torna museu*⁸⁶, Jornal Diário do Pará em 2012; e a terceira – *Programa ajuda moradores da Terra Firme a contarem sua história*⁸⁷, Portal de Notícias G1 Pará do dia 18 de julho de 2012.

As reportagens que, de modo geral, informavam sobre a proposta de criação de um museu no bairro da Terra Firme a partir da atuação do Ponto de Memória, expuseram um bairro pouco visto na mídia paraense. Geralmente, vimos a Terra Firme como notícia quando

⁸⁶ Link da reportagem < <http://www.diariodopara.com.br/impressao.php?idnot=93026>> acessada em outubro de 2015.

⁸⁷ Link da reportagem < <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2012/07/programa-ajuda-moradores-da-terra-firme-contarem-sua-historia.html>> acessada em outubro de 2015.

acontece no bairro homicídios, assaltos ou quando moradores estão envolvidos com algum crime. Estampar a capa de um jornal, que circula pela região metropolitana de Belém e cidades do estado, em um domingo, de forma positiva, nos significou muito.

Não podemos omitir o alto índice de criminalidade presente no bairro, porém sabemos que a violência urbana está presente em toda cidade de Belém. Cabem somente ao bairro os mais variados títulos – o mais violento, o mais perigoso, onde só mora ladrão – mexe principalmente com a auto-estima do morador. Os atores sociais que compõe o Ponto de Memória da Terra Firme, desde a sua criação – também, me incluo nesse processo - procuram desmistificar a imagem negativa atribuída ao bairro. Mostrar a Terra Firme a partir da realidade do morador compromissado com seu lugar e com sua gente é muito expressivo, para todos nós envolvidos, e principalmente para aqueles que tiveram suas imagens vinculadas a boa nova, sendo orgulhos dos parentes e vizinhos e sendo notícia para todo o bairro. Chicona, após a publicação do Jornal Amazônia, nos disse em reunião: “Ganhei muito parabéns, quando cheguei em Ourém, porque eu saí no jornal” (2011)⁸⁸



Figura 23: Primeira reportagem sobre o Ponto de Memória. Chiquinha e Chicona, respectivamente, a última imagem do lado esquerdo.

Fonte: Jornal Amazônia, domingo, 5 de junho de 2011.

⁸⁸ Relato presente em meu caderno de anotações do Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme, em 11 de agosto de 2011.

Ao fim do campo para essa pesquisa, presencio mais notícias sobre a atuação do Ponto de Memória da Terra Firme, em dezembro de 2015. No dia 12, o programa Liberal Comunidade da Rede Liberal de Comunicações, exibiu uma matéria sobre o projeto Gastronomia Inteligente, uma iniciativa do Museu Goeldi com os moradores do bairro da Terra Firme, adotada desde 2009 pelo PMTF⁸⁹. E no dia 14 de dezembro, A TV Nazaré⁹⁰ exibiu uma reportagem sobre a plantação de um jardim no local onde antes havia lixo na fachada do Campus de Pesquisa do Museu Goeldi⁹¹ no bairro da Terra Firme; uma ação do PMTF, MPEG e moradores do bairro. Penso que essas reportagens contribuem para identificarmos um museu vindo da periferia, em que o morador fala sobre si, sobre sua realidade e dos seus aos que não vivenciam aquela realidade.

O reconhecimento externo sobre a atuação do Ponto de Memória não aconteceu somente pela mídia. Intelectuais, teóricos, museólogos e profissionais atuantes já estiveram em Terra Firme para conhecer o trabalho do PMTF e as vivências do bairro. Os visitantes fazem questão de caminhar pelo bairro, conversar com os que ali passam e trocar experiências com os conselheiros do Ponto de Memória. Alguma dessas visitas presenciei quando era parte integrante do processo.

Recordo-me da primeira, em especial, por ter sido estímulo para minha trajetória profissional. Em 13 junho de 2012, recebemos Hugues de Varine⁹² e Tereza Morales⁹³, intelectuais e ativistas de referência em atividade na área da museologia que estavam em Belém para conferir IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários

⁸⁹ Link da matéria < <http://g1.globo.com/pa/para/liberal-comunidade/videos/t/edicoes/v/projeto-ensina-a-reaproveitar-alimentos/4672323/>> acesso em janeiro de 2016.

⁹⁰ Fundação Nazaré de Comunicação

⁹¹ A criação de um jardim na fachada do Campus de Pesquisa do Museu Goeldi, na avenida Perimetral, principal via de acesso ao bairro da Terra Firme, é resultado do III Reunião de Jardins Botânicos e Pontos de Memória, já comentando anteriormente, está sob a coordenação das conselheiras Madalena, Chiquinha e Helena, essa última também como representante do MPEG; e a líder comunitária Maria de Fátima, a Fafá.

⁹² Consultor na área de desenvolvimento comunitário contribui para o desenvolvimento de projetos ligados ao patrimônio e museus em vários países (França, Itália, Espanha, Portugal, Brasil, entre outros) considerado

⁹³ Antropóloga, professora do Instituto Nacional de Antropologia do México, consultora da União dos Museus Comunitários de Oaxaca e da União Nacional dos Museus Comunitários e Ecomuseus do México e da Rede de Museus Comunitários da América.

(EIEMC)⁹⁴. Por intermédio de Cláudia Feijó (representante do Ponto de Memória Museu Lomba do Pinheiro, Porto Alegre-RS), que acompanhava Varine em Belém, para também divulgar seu livro, *“A Raiz do Futuro. O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local”*⁹⁵; os intelectuais estiveram conosco para repassar uma mensagem de fortalecimento e prosperidade a iniciativa, aproveitando para lançar o livro de Varine para a comunidade do bairro. Veja, abaixo, um dos registros dessa noite (Figura 24).



Figura 24: Receptividade para Hugues de Varine e Tereza Morales na Escola Brigadeiro Fontenelle.
Foto: ALCÂNTARA, 2012.

A vinda dos teóricos e ativistas da museologia social atraiu outros participantes do IV EIEMC que também se interessaram em conhecer a realidade do Ponto de Memória da Terra Firme. Integrantes do Ecomuseu de Santa Cruz, Museu Comunitário Lomba do Pinheiro,

⁹⁴ Promovido pela Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários, o Ecomuseu da Amazônia, o Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica /Ecomuseu de Santa Cruz, e demais parceiros; dirigido às iniciativas que contribuem para o enraizamento das populações no seu meio ambiente, para o fortalecimento do sentido de pertencimento a um lugar e a uma comunidade, para a coesão e para a harmonia social (ECOMUSEU DA AMAZÔNIA 2012). No evento, o Ponto de Memória da Terra Firme ofertou a “Oficina Inventário Participativo” expondo o método aplicado no bairro e possíveis possibilidades a serem desenvolvidas em outras localidades.

⁹⁵ A edição em língua portuguesa de *As Raízes do Futuro. O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local*, de Hugues de Varine, publicada em 2012, com tradução da museóloga brasileira Maria de Lourdes Parreiras Horta, surge dez anos após a edição original em língua francesa (*Les Racines du Futur. Le Patrimoine au Service du Développement Local*, editado em 2002 pela Asdic). Esta edição brasileira da Medianiz, de Porto Alegre, secundou a primeira tradução e publicação estrangeira do livro, em Bolonha, Itália, em 2005.

estudantes de museologia do estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais, técnicos do Museu Goeldi; também estiveram conosco naquela noite de junho. Para os presentes, Varine comentou sobre o reconhecimento do patrimônio como serviço de desenvolvimento local, defendido também por Morales, que completou sobre a importância de iniciativas como Ponto de Memória para valorização de patrimônios narrados dentro das comunidades. Os visitantes tiveram a oportunidade de falar e comentar sobre o que estavam vivenciando, a maioria nos saudou e se dispôs a trabalhar em conjunto. Contudo, para mim, o mais interessante dessa visita foi ouvir as falas emocionadas dos moradores do bairro da Terra Firme, presentes no evento.

Muito dos que ali estavam – professores, estudantes, líderes comunitários, agentes culturais – nunca tinham sequer ouvido falar daquelas pessoas, e nem do que falavam ao tratar de conceitos e categorias, porém a boa receptividade para com os visitantes esteve em toda noite, ficaram maravilhados em receber pessoas de outros estados e até países. Ao tomarem a palavra comentavam, mais uma vez, o quanto o bairro é estereotipado negativamente dentro da nossa sociedade e assim relataram diversos incidentes que ocorreram no lugar com suas famílias e até com eles mesmos. No entanto, destacaram a presença de iniciativas, como a nossa, o Ponto de Memória da Terra Firme, que desde então vinha contribuindo para a mudança desse cenário. A satisfação do trabalho dos conselheiros do PMTF estava estampada em nossos sorrisos, gestos e em nossas palavras.

Essa primeira experiência de visita nos despertou a necessidade de mapear patrimônios – tangíveis e intangíveis – dentro do bairro para formalizar um roteiro de visita, projeto esse que ainda não conseguiu sair do papel. No entanto, definimos um roteiro pré-estabelecido a partir do que foi coletado pelo inventário participativo que vem sendo cumprido quando é necessário, em dias atuais. Nele, estão inclusos: o Centro Comunitário Bom Jesus, a Escola Brigadeiro Fontenelle, a Feira da Celso Malcher, o Horto Mercado Municipal, a Praça Olavo Bilac, a UIPP Terra Firme e a ponte do Tucunduba. E em cada visita é realizada rodas de memória com comunitários do bairro que relatam sobre o processo de constituição da Terra Firme, além de trocarem experiências com os que visitam. E quando possível é ofertado um almoço ou lanche com produtos vendidos nas feiras do bairro que são doados pelos feirantes e comerciantes, como: açaí, peixes, camarão, tucupi, pupunha – as mais variadas comidas e bebidas regionais.

O roteiro já recebeu o museólogo, professor e militante Mário Chagas, no ano de 2012; os representantes dos Pontos de Memória: Coque, Jacintinho, Lomba do Pinheiro, MUF, Museu da Maré, São Pedro, Estrutural, Brasilândia, rede LGBT de Memória e Museologia Social, Rede de Pontos de Memória e Museus Comunitários do Rio Grande do Norte, Rede de Memória e Museologia Social de São Paulo – que participavam da IV Teia da Memória, em 2014. Como também os participantes da III Reunião de Jardins Botânicos e Pontos de Memória: JB do Recife; JB de Itatiba; JB Poços de Caldas; PM Maracrioula, PM Encantos dos Alagados; em 2015. Visitas essas em que estive como colaboradora na ação.

Voltando para nossa discussão sobre o museu diferente que habita em Terra Firme, identifico que o bairro é marcado por agravantes sociais e antagonismos de classe que implicaram na organização social por parte de seus moradores, o lugar vive em constante transformação em prol da qualidade de vida de sua gente. E entre diversos atos de vontade, os moradores encontram no processo de musealização caminhos e estratégias de transformação. Assim, Gontijo e eu, entendemos que o Ponto de Memória da Terra Firme atua como museu comunitário do bairro Terra Firme na maneira que procura salvaguardar histórias, memórias e patrimônios narrados e reconhecidos pelos moradores (Moura e Gontijo 2015).

Segundo Geise (2014), as experiências subjetivas das pessoas, em sua maioria, levam a um pensamento de que museu é um grande depósito de coisas velhas, imersas de velhos paradigmas que estabeleceram o funcionamento dos museus tradicionais. Contudo, visualizo que a proposta dos Pontos de Memória propicia a construção de novas metodologias, práticas e modelos específicos, mesmo com regras estabelecidas pelo governo por meio do Ibram. A etnografia que realizei para essa dissertação, não me permitiu ir para além dos horizontes dos conselheiros do Ponto de Memória da Terra Firme, logo não atingi o morador que não participa das atividades da iniciativa, tomados também como importantes, pois ajudam na construção de um bairro melhor, já que também vivenciam o lugar em sua plenitude. Portanto, não obtive respostas importantes que poderiam ou não dar outro sentido à pesquisa, como por exemplo: qual a concepção de museu do morador do bairro? O ponto de memória dialoga ou não com essa concepção do morador? Perguntas, essas, que levaria comigo em meu próximo trabalho de campo.

Assim como Geise (2014), reconheço que não é fácil para a comunidade entender os conceitos que envolvem a museologia social, e ainda aceitar que se pode vivenciá-lo em suas experiências coletivas. Entretanto, o pertencimento de *ser um museu diferente* de Chiquinha, moradora e líder comunitária do bairro da Terra Firme nos traz a reflexão de que os comunitários e as pessoas que vivenciam o bairro e que contribuem para manutenção do Ponto de Memória da Terra Firme escolheram conscientemente não seguir convenções e ser realmente livre para fazer suas escolhas. No caso, salvaguardar histórias, memórias e patrimônios narrados a partir da realidade daqueles que vivem em simbiose com o bairro.

Penso que o museu comunitário é uma necessidade desse grupo gestor – formado por moradores e militantes do bairro da Terra Firme – que encontraram por meio dos museus espaços de reflexão e ação para conquista de direitos, que podem ser: direito à memória individual e coletiva, direito de um ambiente melhor, direito de acesso à cultura; o museu é o agente que contribui para a valorização das escolhas e necessidades desse grupo. Portanto, reconheço que o Ponto de Memória da Terra Firme é um museu diferente, por nem levar no nome o “museu”; por nem possuir espaço físico e ir além das coleções; por um instrumento de empoderamento social dentro do território; por possuir forma semelhante, mas não idêntica a qualquer outro museu.

E esse museu no bairro da Terra Firme, acontece entre dois extremos – o público e o privado, o governo e o comunitário – que em algumas situações, dentro e fora da comunidade, sofre severas críticas por não ser reconhecida como uma experiência comunitária. Refletiremos então, na próxima seção, como se dá a relação estado e comunidade, bem como as causas e consequências dessa relação.

3.2 Um museu de portas abertas

Abordamos, no segundo capítulo dessa pesquisa, que na década de 1990, no Brasil, a nova museologia foi sendo incorporada dentro dos museus mais clássicos, mesmo que isso não representasse a adesão ao caráter político e ético proposto pela *museologia social* (Scheiner 2012; Chagas e Gouveia 2014). Com isso, os museus brasileiros foram abrindo suas portas e se atrelando às comunidades, e assim pelo país foram tocados e instigados a pensar

sobre a relação museu e comunidade, conforme discutimos. Os museus inseridos, por exemplos, na categoria tradicional - histórico iniciaram trabalhos com comunidades do entorno, ampliaram o serviço de educação e possibilitaram a visitação a coleções de obras raras. Uma experiência próxima a nossa realidade, já inicialmente comentada nesse trabalho, foi o posicionamento do Museu Paraense Emílio Goeldi frente às comunidades do entorno de seu Campus de Pesquisa.

O MPEG constitui-se em uma unidade de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência, da Tecnologia e Inovação (MCTI) reconhecida nacional e internacionalmente, atraindo estudiosos das mais diversas nacionalidades no decorrer dos seus 150 anos, por contribuir pesquisas nas áreas da Botânica, Zoologia, Ecologia e Ciências Humanas que envolve a Antropologia, a Linguística e a Arqueologia. O Museu Goeldi é constituído por três unidades físicas: o Parque Zoobotânico, no centro da cidade; o Campus de Pesquisa, na Av. Perimetral, no bairro da Terra Firme; e a Estação Científica Ferreira Penna⁹⁶ (ECFPn), na Floresta Nacional de Caxiuanã, no Município de Melgaço, no Pará.

Rosângela Britto (2009) informa que antes da criação dos novos museus na cidade de Belém, na primeira metade do século XXI, ir ao museu significava ir ao Museu Paraense Emílio Goeldi⁹⁷, posto que grande parte da população belenense e até as do interior do estado do Pará, refere-se ao MPEG apenas como *museu*. Dialogando com Nelson Sanjad (2008), percebo que isso se deva aos índices de visitação expressivos, desde a criação do Parque Zoobotânico, em 1895, em que os visitantes são atraídos pelo contato com o mundo natural, como também por virtude da história centenária do parque e da carga de memórias afetivas entranhas nos seus recantos. Fato que resulta na apropriação do Museu Goeldi pela população paraense (Sanjad 2008, Britto 2009).

Essa apropriação é sentida por mim entre minhas melhores lembranças da minha infância com meu pai e irmão nas trilhas do parque que, desde então, o *museu* tornou-se um

⁹⁶ A ECFPn é uma base de pesquisas científicas do Museu Goeldi/MCTI implantada em 1993, na Floresta Nacional de Caxiuanã, no município de Melgaço, no Estado do Pará. Tem por objetivo apoiar estudos científicos sobre a sócio biodiversidade da Amazônia, além de atividades de educação em ciências e educação ambiental.

⁹⁷ Criado em 6 de outubro de 1866, pelo naturalista brasileiro Domingos Soares Ferreira Penna sob o nome de Associação Filomática que deu origem ao Museu Paraense Emílio Goeldi, assim denominado em 1990 em homenagem ao naturalista Emílio Goeldi que dirigiu a instituição em 1894 a 1907. O museu fora criado para servir como apoio às expedições, formar cientistas e iniciar coleções que pudessem ser preservadas na região.

dos meus lugares preferidos em Belém. Filha de pais divorciados, o convívio com meu pai era nos passeios de domingos nos locais públicos da cidade, em que o melhor passeio era no museu, quando caminhávamos entre as trilhas, observávamos os animais, fotografávamos tudo a nossa frente e a nós mesmos em poses mais engraçadas possíveis, que registravam domingos agradáveis; e por fim, almoçávamos no meio do parque um delicioso vatapá que só vendia no museu. Fiquei tão feliz, quando comecei a estagiar no Museu Goeldi - meu primeiro e único estágio – posto que aquele lugar que me trazia boas lembranças a partir de então tornara a instituição ao qual vivenciei as primeiras, muito especiais, etapas da minha carreira profissional. Hoje, após vivenciar o Museu Goeldi em diferentes momentos de minha vida, percebo que tenho muito do museu e o museu muito de mim.

Para retornarmos à discussão central dessa seção, me dirijo ao Serviço Educação (SEC)⁹⁸ do MPEG, ao qual estive vinculada quando era bolsista de iniciação científica da instituição, pois é o setor responsável por mediar a ciência e a sociedade ao favorecer repasse da produção científica do Museu Goeldi, segundo interesses específicos de diversos segmentos da população (Helena Quadros e Edna Ferreira 1996). E é partir dele que inicia a relação Museu Goeldi e o bairro da Terra Firme.

Em 1985, segundo a pesquisa de Quadros e Ferreira (1996) e relatos a mim confiados dos envolvidos no projeto “Museu Goeldi Leva Educação em Ciência à Comunidade”, o MPEG vivia o apogeu da instalação do seu Campus de Pesquisa no bairro da Terra Firme, no entanto ocorriam constantes depredações ao patrimônio da instituição por moradores dos arredores. A direção preocupada procurou incentivar o que Helena, conselheira do Ponto de Memória da Terra Firme e funcionária do Goeldi, chama de “política da boa vizinhança”. Então, solicitou ao SEC que elaborasse junto com a Associação dos Servidores do Museu Goeldi (ASCON), uma programação de atividades desportivas destinadas às crianças e jovens das redondezas, o que não obteve efeito desejado (Quadros e Ferreira 1996, Quadros 2014).

O então diretor do museu, Guilherme De La Penha, no ano descrito, visualizando que a iniciativa não trazia os resultados esperados, convida Helena Quadros, pedagoga, recém incluída do quadro de funcionários da instituição, a conhecer a realidade dos moradores das

⁹⁸ O SEC operacionaliza a Biblioteca de Ciências Clara Maria Galvão, possuidora de um acervo especializado na área de ciências para estudantes de ensino fundamental e médio (QUADROS e FERREIRA 1996)

redondezas do Campus de Pesquisa. E assim, como narrei no primeiro capítulo, Helena e De La Penha estiveram, em outubro de 1985, em uma reunião com os comunitários do entorno, nas instalações da Igreja São Francisco Xavier, no bairro do Marco. Nessa noite, iniciou a parceria entre o Museu Goeldi e o bairro da Terra Firme que resultou no projeto “O Museu Goeldi leva Educação em Ciência à Comunidade”, coordenado por Helena Quadros. No estudo de Quadros e Ferreira, podemos apreender quais eram os objetivos naquele momento:

A idéia norteadora do projeto era no sentido de revalorizar os princípios da cultura regional, agindo como elemento dinamizador nos processos de educação e cultura popular da comunidade, colocando permanentemente à sua disposição o acervo científico daquilo que o MPEG tem pesquisado, acumulado e inventariado ao longo de sua existência, influenciando ainda para a formação de uma consciência ecológica com vistas a preservação do patrimônio ambiental e, igualmente importante incentivar o apreço pela pesquisa científica (1996, p. 11).

Portanto, diversas ações que desmembraram em subprojetos foram sendo realizadas ao longo desses 30 anos de ação comunitária do Museu Goeldi, no bairro da Terra Firme e bairros vizinhos. Podemos destacar: as visitas periódicas aos centros comunitários, visitas programadas ao Parque Zoobotânico e Campus de Pesquisa⁹⁹ para professores e estudantes; realização de exames em crianças pelos médicos do museu, cursos sobre diversos assuntos, implantação de biblioteca e horta comunitária, e inúmeras outras atividades (Quadros e Ferreira 1996). Veja um dos registros desses encontros na década de 1990, na imagem abaixo (Figura 25).

⁹⁹ Ação que desmembrou no projeto Museu Goeldi de Portas Abertas, realizada anualmente no mês de outubro



Figura 25: Registro de uma das ações realizadas pelo Museu Goeldi no Centro Comunitário Bom Jesus, nos anos de 1990.

Foto: Acervo pessoal de Helena Quadros

Visualizo que o projeto “O Museu Goeldi leva Educação em Ciência à Comunidade” significou o início de uma abertura política e social da instituição frente à sociedade, permitindo ir além das visitas programadas ao Parque Zoobotânico que consistem no acompanhamento do público visitante às dependências do parque, onde são repassadas as informações sobre animais e plantas. Posto que outras iniciativas foram surgindo no museu, como as Olimpíadas de Caxiuanã e o Clube do Pesquisador Mirim, que oportunizam crianças e jovens no primeiro contato com métodos e técnicas científicas das áreas de conhecimento desenvolvidas no MPEG; além do trabalho para e com as comunidades indígenas da região amazônica, reconhecido internacionalmente. Essas práticas museológicas do Museu Goeldi, ao meu ver, representam a incorporação das atribuições que envolvem o conceito de *museu integral*, defendido e dinamizado dentro da *museologia social*, haja vista que o museu cria “elementos que permitem participar na formação consciente das comunidades que lhe servem” (ICOM 1972) em relação ao seu meio natural e cultural.

Identificamos que os Pontos de Memória, surgiram no contexto do Programa Cultura Viva embasada nos fundamentos de inclusão e valorização da diversidade que o envolve, pensando-se, porém, sobre uma ação específica para iniciativas do campo da memória aqueles grupos e comunidades que “(...) historicamente foram expropriados do direito de narrar e expor suas próprias histórias, suas memórias e seus patrimônios nos museus” (CHAGAS et al. 2010, p. 261) (Luciana Avelar 2015). A ação só foi possível a partir de uma

cooperação técnica assinada entre o Minc e a OEI, para o cumprimento do projeto *Desenvolvimento Institucional e Técnico-Operacional para Ampliação e Consolidação de Projetos Relacionados à Memória Social no Brasil*, elaborado e firmado em outubro de 2008, antes da criação do Ibram, no DEMU/Iphan.

Segundo descobertas de Avelar (2015), essa proposta foi implementada com intuito de ampliar a capacidade técnica e institucional do Ibram, ainda restrita, para atuação junto a comunidades carentes para preservação da memória local e regional e junto a comunidades que possam adquirir autonomia para conduzir, inicialmente, seu processo museológico e posterior na sua consolidação em museus comunitários. Os órgão operantes tinham a expectativa "(...) de trabalhar com a memória social como meio para a formação da consciência cidadã entre populações carentes, vulneráveis à violência e grupos que sofrem segregação pela raça, gênero e pelas preferências sexuais." (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS 2008, p. 17 apud AVELAR 2015, p. 61). Ainda trazendo a pesquisa de Avelar (2015), o projeto foi fundamentado na Política Nacional de Museus¹⁰⁰, que inicialmente possuía objetivos que visavam o estabelecimento dos Pontos de Memória, a partir da definição de bases conceituais e relativas ao campo museal e da capacitação em projetos museológicos e museográficos; como também visavam a uma prática experimental para difundir experiências em memória social no Brasil. A autora (*Idem*) nos assegura que o programa propõe a elaboração de conceitos, o desenvolvimento de metodologias e a capacitação de agentes envolvidos concomitantemente à aplicação prática.

A prática experimental consistiu na Ação-Piloto com 12 comunidades, apresentadas no capítulo anterior, que possibilitou: o diagnóstico de potencialidades, capacitação de agentes de memória, realização de inventário participativo e elaboração de plano de ação; que viabilizaram nos produtos de difusão como: exposições, projetos editoriais, audiovisuais, performances variadas (Ibram 2011 apud Avelar 2015), aos quais asseguraram a instalação e

¹⁰⁰ Que assegura a criação de políticas voltadas para a democratização das instituições museais; os direitos de participação de comunidades organizadas nas atividades técnicas e de gestão da cultura e do patrimônio; o respeito ao patrimônio cultural de indígenas e afrodescendentes; o estímulo à atuação política no campo da cultura de museus comunitários, ecomuseus, museus locais e outras instituições (POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS 2003).

manutenção dos Pontos de Memória e quiçá no estabelecimento de museus comunitários, expectativa essa do Ibram.

A Ação-Piloto, em parceria com o Pronasci/MJ, mapeou comunidades com altos índices de violência que poderiam receber ações sociais preventivas e de repressão à violência, visando o desenvolvimento cultural, entre as 12 comunidades selecionadas, conseguimos assegurar representatividade no bairro da Terra Firme. Os consultores e técnicos do Ibram, como Marcelle Pereira, Cláudia Rose e Wélcio de Toledo – que estiveram conosco, com algumas referências, estiveram nas localidades mapeadas para abordar as comunidades e apresentar a Ação-Piloto. O trabalho desenvolvido pelo Museu Goeldi com os moradores do entorno ao Campus de Pesquisa foi referência para a consultoria técnica aqui em Belém, Helena como coordenadora do projeto, foi contactada para viabilizar o encontro com as comunidades pré-selecionadas – Terra Firme e Guamá - na cidade, o evento narrei no primeiro capítulo dessa dissertação.

Em conversas com Helena, desde quando era sua estagiária, ela me relatou que o bairro da Terra Firme é um dos mais atuantes dentro do projeto “O Museu Goeldi leva Educação em Ciência a Comunidade” devido à presença marcante de moradores desde a fase inicial do projeto. A parceria com os Centros Comunitários Bom Jesus, Santa Cruz, São Francisco de Assis e Da Paz proporcionou relações estreitas de comunitários com a instituição; moradores como Chiquinha, Chicon, Nerci, Fafá, Zuleide, Carmelita e Batista; envolvidos ou não com esses centros comunitários, vieram participando e trabalhando junto à coordenação do projeto em diversas atividades, dentro e fora do bairro. Com isso, Helena os convidou para estarem presentes na reunião com os consultores técnicos do Ibram. No primeiro capítulo, vimos que não houve articulação significativa do bairro do Guamá e que, portanto, as comunitárias de Terra Firme – Chiquinha, Chicon e Nerci – presentes na abordagem inicial da Ação-Piloto, expuseram para os consultores, em Belém, as ações desenvolvidas no bairro da Terra Firme que implicam no desenvolvimento cultural e social do lugar.

Desse modo, visualizamos que desde a seleção da comunidade da Terra Firme para implantação do Ponto de Memória, no ano de 2009, o Museu Goeldi faz parte do processo museológico do PMTF, a partir da atuação de Helena Quadros. Penso que Helena tornou-se

uma das personagens principais nesse processo museológico em Terra Firme, por militar e trabalhar junto aos moradores, líderes comunitários do bairro, no incentivo de práticas comunitárias que estimulem o desenvolvimento pessoal e coesão social dentro dos bairros periféricos de Belém. Vejo que ela realiza ações extra-muros, possibilitando o dialogo aberto entre o museu e a sociedade - a nível local, por meio do MPEG e nacional, por meio do Ibram - à frente das principais ações do Ponto de Memória da Terra Firme.

Ao refletir sobre o papel de Helena no PMTF retomo aos pensamentos de Bolton (2003) que ao estudar museus comunitários indígenas na região do Pacífico, assegura que não são todos os membros dessas comunidades que são interessados em museus locais e centros culturais, recaindo o interesse a uma minoria ou até mesmo um único indivíduo que após a sua passagem pelo museu pode resultar na não existência do mesmo. Tomo essa mesma observação durante minha passagem pelo Ponto de Memória da Terra Firme como conselheira e pesquisadora. O Conselho Gestor do Ponto de Memória, no qual detalho na próxima seção, tornou-se um comitê consultivo e de assessoramento na tomada de decisões sobre a realização de programas, de ações educativas e de gestão. Acompanho, desde 2010, quando foi instituído por 15 membros, que não há participação de todos os envolvidos; recaindo as tomadas de decisão e ação sobre, no máximo, seis pessoas que conseguem viabilizar as atividades, formando parcerias com o Museu Goeldi, outras instituições e comerciantes do bairro. Segundo Bolton (2003), as flutuações de interesse em museus comunitários também pode refletir uma realidade política.

Logo, compreendo que a formação de uma iniciativa museológica pode partir da vontade de certo grupo ou até mesmo de uma pessoa apenas, que imersos sobre uma dada realidade se permitem registrar, conservar, preservar e divulgar histórias e memórias reconhecidas naquele momento como patrimônio. Essas pessoas se encontram por questões políticas, na busca por direitos ainda não conquistadas ou por afirmação de poder, no que diz respeito à representação de luta e da auto-afirmação do grupo. A base que constitui o conselho do PMTF é formada por comunitários envolvidos nas ações do projeto “O Museu Goeldi Leva Educação em Ciência a Comunidade”; refiro-me: a Chiquinha, a Chicon, a Nerci, a Madalena, a Jéssica, o Batista; além de Helena.

Analiso que o projeto do Museu Goeldi viabiliza ações que contribuí para a formação crítica das pessoas, ao revelar o museu como um espaço de educação não-formal que permite o morador/visitante fazer suas próprias escolhas com suas preferências ao participar e interagir com o acervo do museu. Observo, muito antes dessa pesquisa, que moradores do bairro da Terra Firme que participam há anos do projeto, possui uma relação de pertencimento com a instituição, conhecem dos porteiros aos diretores que o chamam pelo nome e conhecem sobre a sua trajetória de vida. Muitos deles, nem sequer, entraram em qualquer outro museu da cidade de Belém, para eles o Museu Goeldi é a única referência de instituição museal, ao qual o tem como um espaço de livre circulação, de debates e afirmações. A partir disso percebo que a boa convivência entre o museu e a comunidade despertou antes mesmo da chegada do Ibram, o interesse desses moradores em possuir seu próprio museu.

Esses moradores, que já nomeie, estiveram presentes nas lutas que levaram à formação do bairro, trazem consigo marcas da história do lugar, realizações pessoais e possíveis sonhos a serem alcançados. O Museu Comunitário no bairro da Terra Firme, concretizado no Ponto de Memória, é meio para que os moradores contem sobre suas histórias de luta e afirmem uma identidade coletiva, além de ser um espaço de ação e renovação das necessidades do lugar, como bem disse Chicona (2015): “eu credito que o Ponto de Memória é uma força renovada do Bom Jesus”, no seu relato no Coletivo Casa Preta, narrado no primeiro capítulo dessa dissertação.

Desse modo, são essas pessoas que lideram a formação do Ponto de Memória da Terra Firme. No primeiro momento, em reuniões dentro de suas casas ou no próprio espaço do Museu Goeldi, traçaram estratégias de mobilização para o alcance de mais membros para o grupo. Como parte integrante do processo, convoquei junto deles seus vizinhos, colegas, militantes engajados na luta por um bairro melhor, a participarem dos encontros; até a constituição do Conselho Gestor que permitiu a integração de novas pessoas. Com o grupo definido realizamos novas ações como o I Encontro de Gestores e Professores do bairro da Terra Firme e a I Gincana História-Memória do bairro da Terra Firme; e também nos apropriamos de ações do projeto do Museu Goeldi, como o da Gastronomia Inteligente, já

que a base constitutiva do Conselho Gestor se envolve com essa ação desde o início dos anos 1990.

O Ponto de Memória da Terra Firme trabalha com saldo financeiro a nível zero, exceto quando há premiações em editais do Minc, por isso, na maior parte do tempo, os conselheiros necessitam buscar parcerias para a realização das ações. Desde o início do processo, percebo que Helena, como funcionária do Museu Goeldi e conselheira do Ponto de Memória, é a principal personagem nessa articulação que implica, diretamente, na manutenção da iniciativa no bairro, pois consegue: a realização de reuniões, semanalmente nas instalações do Goeldi; a oferta de material gráfico pela instituição; liberação de auditório e salas do MPEG para os eventos promovidos pelo PMTF; parceria com diferentes coordenações de pesquisa e técnica do museu para liberação de funcionários da instituição, a fim de desenvolverem juntos ações dentro do bairro da Terra Firme; parceria com a ASCON em ações nas áreas externas do Campus de Pesquisa, por exemplo. Não venho desmerecer o trabalho dos demais conselheiros do PMTF, pelo contrário, estou procurando defender o *museu diferente* afirmado por Chiquinha.

Reconheço a importância dos conselheiros engajados, refiro-me a: Chiquinha, Chiconá, Madalena, Zé Maria, Batista; além de Helena, na saída debaixo de sol ou de chuva, batendo de porta em porta para conseguir espaços para reunião, frutas para o coquetel dos eventos, além de patrocínio para as atividades. O trabalho de cada conselheiro engajado é reconhecido nesse trabalho, pois é suor dos nossos rostos e os pesos que trazemos nas costas, que conseguimos alcançar as mudanças, me incluo nessa afirmação porque também já estive a frente dessas caminhadas diárias no bairro visando à realização de alguma atividade.

Contudo, destaco a parceria com o Museu Goeldi, a partir do trabalho de Helena, porque o Ponto de Memória da Terra Firme vem sendo alvo de críticas de pessoas externas a iniciativa, ao afirmarem que o Ponto de Memória é um projeto de extensão do Goeldi e não um museu comunitário, ao considerarem que é formado, somente, por pessoas que já possuíam relação com o projeto “O Museu Goeldi leva Educação em Ciência a Comunidade”. Aproveito, então, para confessar que enquanto participante do processo, me via em dúvida em relação a essa crítica, fiz parte do Conselho Gestor do PMTF, no primeiro momento, por

ser bolsista de iniciação científica de Helena, logo por atuar dentro do Museu Goeldi. Essa dúvida do ser ou não ser museu comunitário veio para academia e para minha pesquisa, com o distanciamento do grupo por dois anos e as leituras feitas a partir do curso de pós-graduação iniciei a compreensão do processo museológico em Terra Firme.

Fundamento-me em Scheiner, quando ela afirma que: “existem, e existiram, desde meados do século XX, museus tradicionais absolutamente sintonizados com as premissas de ação comunitária defendidas pelo ICOM a partir de 1958” (2012, p. 25), essas premissas, segundo a autora (*Ibidem*), só chegaram ao Brasil após a ditadura militar, com mudanças significativas na relação museu e comunidade no campo museológico brasileiro. Passo a analisar, então, que a necessidade de realizar uma “política da boa vizinhança” do Museu Goeldi com as comunidades das redondezas do seu Campus de Pesquisa, estava presente dentro de um contexto social e político que chegara aos museus em meados do século passado.

Levanto que, em 1985, Helena acabara de concluir sua especialização em *Ação Educativa e Cultural de Museus* na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), universidade que concentra um corpo docente de museólogos, antropólogos, educadores, historiadores; profissionais de museus que se envolvem na construção de ideias, conceitos, propostas e projetos dentro do campo museal brasileiro. O Museu Goeldi, como uma instituição reconhecida entre as mais importantes unidades de pesquisa do Brasil é convidada para estar presente em diversos encontros, nacionais e internacionais, que debatem sobre o repasse científico às sociedades.

Como já vimos, acima, o Museu Goeldi, com seu Parque Zoobotânico, é lugar de pertencimento da sociedade belenense em que todos nós possuímos lembranças afetivas com o lugar ao nos recordar sobre dias alegres em família, em convívio direto com a natureza, desvendando curiosidades sobre os animais e as plantas de nossa região. Então, penso que a instituição ao inaugurar uma nova unidade, com muros altos e entrada restrita, era certa de que iria despertar curiosidade, do tipo: O que se esconde por trás dos muros? Quem são essas pessoas que podem entrar? O museu não é um lugar público?

Portando, vejo que Helena e De La Penha sabiam que estreitar laços com as comunidades vizinhas ao Campus de Pesquisa significava ir além das ações que o SEC

inicialmente se propunha fazer. Em meio ao contexto que estavam imersos, entendiam o papel social do Museu Goeldi a serviço da sociedade, como instituição de pesquisa que deveria desempenhar um papel decisivo na educação dessas comunidades. Nesse momento, é importante colocarmos que o ICOM (1972) defendia:

Que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais.

Portanto, as ações nos museus, nesse momento, deveriam contribuir na formação crítica das comunidades, trazendo para o centro das discussões problemas sociais e trabalhando em conjunto para as mudanças no interior das realidades desses sujeitos. No entanto, é importante lembrarmos da narrativa do primeiro capítulo, pois isso só foi possível, devido à exigência dos moradores para que o Museu Goeldi se posicionasse diferente do que vinha sendo feito. No dado momento, a sociedade estava ciente dos seus direitos, imbricadas por idéias de libertação e democratização, os movimentos sociais instigavam uma nova ética e uma nova política em diferentes setores da população. Os Centros Comunitários de Terra Firme como espaços de representação dos moradores, defendendo que foram importantes para as mudanças de pensamento e ação dentro das comunidade e do museu.

Logo, foram criadas ações que atendessem as necessidades locais, como por exemplo: na educação, a existência de bibliotecas comunitárias instaladas nos Centro Comunitários com doações de livros do Museu Goeldi; na saúde, exames médicos com crianças para o acompanhamento nutricional e dinamização de oficinas para mães e merendeiras incentivando a alimentação saudável, que já relatamos em outros momentos dessa pesquisa. Segundo Quadros e Ferreira (1996), no bairro da Terra Firme “o museu havia se tornado um ‘ponto de referência’ para seus habitantes”.

Portanto, quando chega a proposta de implantação do Programa Pontos de Memória em Terra Firme, por intermédio de Helena, ao meu ver, é fato que ela buscaria moradores

do bairro que até hoje possuem relações estreitas com o Museu Goeldi. Defendo, porém, que ação prática do programa é uma conquista das comunitárias – Nerci, Chiquinha e Chiconá; pois foram elas que articularam, em 24 horas, diversos grupos culturais do bairro e conquistaram a simpatia da equipe técnica do Ibram. Pergunto então: O Ponto de Memória é uma vontade do Museu Goeldi? Se não existissem essas mulheres, Helena conseguiria sozinha implementar o Ponto de Memória na Terra Firme?

Para responder esses questionamentos, voltamos para as discussões do capítulo anterior, ao trazer o objetivo do Programa Pontos de Memória que é de apoiar ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, a partir da valorização do protagonismo comunitário sob o entendimento de que os museus são instrumentos de mudança social e desenvolvimento sustentável de comunidades que não tiveram a oportunidade de expor seus valores sociais e culturais (IBRAM, 2014). Penso então, que o Museu Goeldi, na pessoa de Helena, vem para mediar o processo museológico em Terra Firme de proposta do governo, por meio Instituto Brasileiro de Museus. Assim, destaco um dos princípios da Declaração de Santiago (ICOM 1972):

(...) com a ajuda dos grandes museus, deverão ser organizadas exposições, e **criados museus em bairros** e nas zonas rurais, para informar os habitantes das vantagens e inconvenientes da vida nas grandes cidades. (ICOM 2015, grifo da autora)

Levanto, por meio de documentos do projeto “Museu Goeldi leva Educação em Ciência a Comunidade” que dentre tantas ações, aplicou metodologias específicas para o registro da história de vidas dos moradores do bairro da Terra Firme despertando neles o interesse de serem protagonistas da sua própria história. O Museu Goeldi, como referência para esses moradores, vejo como uma instituição que atua para e com a comunidade, provocando o interesse desses de possuírem seu próprio museu. Assim, compreendo que o MPEG é o maior incentivador para a implantação do Museu Comunitário no bairro da Terra Firme e que o Ponto de Memória não é um projeto de extensão do Museu Goeldi, por ambas serem propostas distintas que se complementam. Para defender essa afirmação, aproprio-me de documentos e registros do projeto do MPEG, além de minhas vivências quando era

estagiária de Helena e depois como conselheira e consultora do Ponto de Memória da Terra Firme.

Portanto, o projeto do Museu Goeldi, coordenado por Helena, visa realizar atividades no estudo científico dos sistemas naturais e socioculturais da Amazônia, a partir das pesquisas desenvolvidas no museu. A coordenadora (Quadros 2010), defende que, por meio das relações que são criadas entre o museu e a sociedade, o projeto vai assumindo características específicas, de acordo com os diferentes contextos e grupos com os quais o projeto se desenvolve. Para ela (*Ibidem*), o papel do museu é de promover e emprestar seu espaço a eventos culturais; desenvolver atividades de educação, de entretenimento a partir de instrumentos de comunicação; e utilizar de conteúdos de qualidade que têm a capacidade de melhorar a qualidade de vida dos que estão envolvidos. Penso, então, que seja um projeto voltado para difundir pesquisas e práticas do Museu Goeldi, atendo, até dias atuais, diferentes propostas que não se restringem apenas à memória e história dos moradores do bairro da Terra Firme.

Já o Ponto de Memória da Terra Firme é uma iniciativa de museologia social voltada para o registro, conservação, preservação e comunicação da história do bairro da Terra Firme, por meio da valorização das memórias dos moradores, a atribuição de valores e visões de mundo que estão atreladas aos patrimônios reconhecidos. Com o objetivo de vencer a narrativa oficial de um lugar violento formado por pessoas criminosas, preservada e repetida na mídia. O PMTF procura mostrar um bairro alegre, colorido e frenético formado por pessoas que reconhecem seus direitos e deveres, mas que vivem à margem da sociedade por ausência do poder público.

Contudo, não posso eximir que o Ponto de Memória tenha surgido dentro do Museu Goeldi, devido à articulação política dos envolvidos. O que para Scheiner (2012), dentro de certos museus comunitários “(...) é inegável a influência das lideranças locais (e também da rede de articulações políticas e socioculturais que essas mesmas lideranças desenvolvem com os poderes externos)”. Então, sei que isso foi possível devido as lideranças comunitárias, dentro do Ponto de Memória da Terra Firme, possuírem uma rede de articulação política e sociocultural com o Museu Goeldi e outras instituições museais, por meio do projeto levantado.

Reconheço que Helena é uma das lideranças dentro do PMTF, pois consegue mediar a relação entre Estado – representado pelo Museu Goeldi, Ibram e outras representatividades públicas dentro do estado do Pará- e sociedade, por meio dos moradores do bairro da Terra Firme. Ela é um personagem importante dentro do conselho, articula as reuniões, liga para os conselheiros faltosos, articula parcerias com outros Pontos de Memória, toma iniciativa de decisão e ação – vejo que está à frente por se colocar, mas que muitas vezes, é posto nessa posição pelos demais conselheiros, devido a sua capacidade de mediar conflitos e tomar decisões. Em Avelar, no curso das ações dos Pontos de Memória, esses tipos de liderança, posto na posição de Helena no PMTF, “pode ser fator positivo, quando a liderança é determinante para impulsionar o projeto; mas que por outro lado pode ser fator negativo, ao criar dependência em relação a pessoas que podem se afastar e fragilizar a iniciativa” (2015, p. 106). Discussão essa que trago no próximo item.

Contudo, o que desejo destacar aqui é relação entre o Ponto de Memória da Terra Firme e o Museu Paraense Emílio Goeldi que juntos concretizam a aplicabilidade do museu no bairro da Terra Firme pautado nas premissas do *museu integral*, dando corpo, forma e identidade dentro do bairro da Terra Firme. Em primeiro por “cumprir sua missão social, que é fazer o homem se identificar a seu meio natural e humano, considerado em todos os aspectos” (UNESCO 1973 apud Scheiner 2012, p. 23), proposta firmada pelos museus da América Latina na Mesa Redonda de Santiago, no Chile, em 1972. E em segundo, por ser um iniciativa que ressignifica o bairro ao valorizar e dinamizar a sua relação com o espaço, o tempo e o patrimônio, em âmbito local (SCHEINER 2012). Tereza Scheiner (*Ibidem*) levanta a crítica de que os museus comunitários se fecham em torno de sua própria existência.

No entanto, não vejo que isso aconteça em Terra Firme, pois consolidar parcerias com organizações civis e o poder público que desenvolvem ações de interesse comum ao museu, é uma das ações de iniciativa que Ponto de Memória da Terra Firme vem fazendo para se consolidar como experiência de museologia. A própria parceria com o Museu Goeldi propicia independência em relação ao Ibram, se libertando da existência apenas dos Pontos de Memória, ao trabalharem juntos na realização de práticas fundamentais, como: oficinas que incentivem, capacitem e contribuam para aprimoramento do conhecimento dos comunitários; eventos de caráter científico como seminários, palestras e também de caráter

econômico como feiras, que agreguem conhecimento, valor econômico, divulgação e entretenimento; e pesquisas, em parceria com a comunidade, com o objetivo de obter conhecimento para preservar e divulgar a identidade. Portanto, defendo que possuir uma relação estreita com o Museu Goeldi não o desmerece como não sendo um museu comunitário.

Pelo contrário, a parceria contribui para sua existência aberta, que por meio das ações desempenhadas com MPEG, o Ponto de Memória da Terra Firme atua como museu, o que não o faz perder características de ação comunitária. Para exemplificar, nas reuniões do conselho gestor são pré-definidas as ações, e com a participação de moradores - nas oficinas, projetos, seminários - é que são definidas as estratégias de atuação dentro do bairro. Como ocorreu no planejamento e concepção do inventário participativo e da exposição “Terra Firme: de tudo um pouco” descritas na seção anterior.

Portanto, defendo que o Ponto de Memória da Terra Firme possui representatividade que vai além dos interesses do Museu Goeldi, os moradores participantes do processo atuam para reintegrar, reunir, somar e revelar o valor da cultura local do bairro, por meio da memória que carregam consigo. Como museu é engajado com as lutas, necessidades e realidades do bairro da Terra Firme, sendo um espaço acessível a todos que desejam transformar o lugar por meio de ações museias. Aproprio-me da afirmação de Soares e Scheiner, “nenhum museu, nenhuma comunidade, é completamente auto-suficiente e pode viver bem, fechado em si mesmo” (2009, p. 2), para dizer que o PMTF é um museu de portas abertas, um espaço aglutinador de diferentes percepções sobre uma dada realidade, a serviço de todos e para todos.

Os museus comunitários, em análise dos mais variados tipos por Scheiner (2012), permite que observemos que eles se constituem em um movimento quase tribal, em que as decisões são tomadas com forte influência das lideranças. Em longo prazo, a autora (*Ibidem*) defende que na maioria dos casos, de tribos passam para fratrias¹⁰¹, mas sempre seguindo os líderes que variam com o tempo, devido o poder circular dentro das comunidades. A partir disso, no próximo tópico, discutiremos sobre as dificuldades e desafios do Ponto de

¹⁰¹ Subdivisão de tribos.

Memória da Terra Firme como museu comunitário, a partir das críticas que envolvem essas iniciativas.

3.3 Dificuldades e Desafios do Museu Comunitário

Segundo Scheiner (2012) os museus comunitários, em longo prazo, passam por pelo menos uma das seguintes situações:

a) **se institucionalizam**, parecendo-se cada vez mais com os museus tradicionais – caso em que as lideranças assumem, em nome do grupo, seu papel norteador da ação (seja por delegação natural, por sedução ou por imposição) (...); b) **se compartimentam**, fazendo um discurso destoante da ação – o discurso fala de escolhas do grupo, a ação mostra claramente que apenas alguns decidem; o discurso fala dos processos culturais, a ação museológica se exerce prioritariamente sobre os produtos (objetos, cenários); c) **se autoconsomem**, em um movimento que a Biologia nomeia fagocitação – esgotando suas propostas em um incessante fluxo de debates, votações e assembleias, que paralisam, no todo ou em parte, a ação. Aqui, o projeto político ‘fagocita’ o interesse pelo patrimônio; d) **se extinguem** – seja por dissolução, quando optam por finalizar a experiência, por ‘desmusealizar-se’ (...), seja por transformação, quando se tornam definitivamente museus tradicionais a céu aberto (aqui, exerce um papel importante a influência de lideranças externas ao grupo).

(SCHEINER 2012, p. 26, grifo da autora)

A autora (*Ibidem*) nos afirma que as quatro situações recorrentes dentro dos museus comunitários contribuem para a formação de fratrias, que não se restringem apenas a museologia, estão presentes em diferentes situações do campo social por serem movimentos de institucionalização e de fluxos de lideranças. Os museus comunitários, segundo ela (2012), surgem das relações, de modo mais direto, entre prática museológica e práticas sociais, a partir do reconhecimento da “importância da herança intangível, da linguagem, das crenças e do relacionamento humano, e em identificar as diferenças que existem entre lugares e suas comunidades” (Song 2005, p. 37-42 apud Scheiner 2012, p. 25). Desse modo, a caminho das últimas reflexões dessa pesquisa, aproprio-me do pensamento de Scheiner (2012), completando com os encaminhamentos de Varine (1987) sobre iniciativas comunitárias, para abordar as dificuldades e desafios do Ponto de Memória da Terra Firme como prática museológica a partir das interrogações levantadas por esses

autores, em torno de metodologias aplicadas pelo PMTF, que nos ajudam desenvolver os métodos de ação sintonizados com as necessidades do conselho gestor.

3.3.1 Conselho Gestor

A necessidade de legitimar um grupo, formado por moradores e pessoas atuantes no bairro, que pudesse conduzir o Ponto de Memória da Terra Firme, leva-nos a proposta de criação de um conselho gestor. Conforme descrevi anteriormente, essa proposta foi incentivada pelo Ibram durante os encontros nacionais realizados no início da implantação da Ação-Piloto. Após dado início ao processo de criação do PMTF, com a visita técnica do Ibram e reuniões nacionais, trabalhamos para a organização do “Seminário de Criação do Conselho Gestor do Ponto de Memória no Bairro da Terra Firme”, realizado no período do dia 25 a 27 de maio de 2010. Varine (1987) nos aponta que atores sociais “cabeças”, são fundamentais para desde o início por dão dinamismo e evolução ao processo.

No auditório do Campus de Pesquisa do Museu Goeldi, local do encontro, reuniu-se cerca de 40 pessoas no primeiro dia, entre moradores e profissionais atuantes dentro do bairro, como: agentes culturais, estudantes, professores, pesquisadores, membros de centros comunitários e grupos culturais, além de nós, equipe envolvida na concepção do projeto. As “cabeças” na equipe eram constituídas pelas “Mulheres da Amazônia” - Chiquinha, Chiconá, Nerci e Helena; como definiu Mário Chagas na I Teia da Memória - elas sistematizaram a proposta do Programa Pontos de Memória e a Ação-Piloto para os participantes¹⁰² do evento. A plenária presente, abraçou a proposta, e decidiu no segundo dia de trabalho, traçar diretrizes para definição e eleição do Conselho Gestor.

O conselho formado por: Ana Cláudia, André Oliveira*, Edmilson Souza*, Eliete Santana (Nerci), Francisca Rosa (Chiquinha), Helena Quadros, José Maria Souza, João Batista dos Anjos, Jéssica Santos, Marcelo Lobato*, Maria Francisca Santos (Chiconá), Maria Madalena, Sâmia Queiroz, Sônia Barra* e; e por mim, Camila Moura¹⁰³, foi legitimado no

¹⁰² O evento foi divulgado nas redes sociais, carros de som que circulam pelo bairro, a rádio comunitária dentro do Mercado Horto Municipal e durante o “Seminário Ecomuseus e Museus Comunitários: uma nova proposta ao bairro da Terra Firme”, ocorrido na semana anterior.

terceiro dia de evento. Cabendo as seguintes atribuições, conforme o quadro (Tabela 1) abaixo:

DIRETORIA	
Francisca Rosa - Chiquinha	Líder Comunitária/Dona de Casa
Eliete Santana – Nerci	Líder Comunitária/Autônoma
SECRETARIADO	
Camila Moura	Bolsista MPEG/Não residente no bairro
Jéssica Santos	Jovem militante/ Moradora do bairro
COORDENAÇÃO DE PROJETOS	
Marcelo Lobato	Professor/Morador do Bairro
Sônia Barra	Pesquisadora/ Não residente no bairro
Ana Cláudia	Pesquisadora/Técnica do MPEG
COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO	
Helena Quadros	Pesquisadora/Técnica do MPEG
João Batista	Líder Comunitário/Agente de Saúde
José Maria	Líder comunitário/Funcionário Público
Edmilson Souza	Agente Cultural/Morador do bairro
André Oliveira	Jovem militante/Morador do bairro
COORDENAÇÃO DE LOGÍSTICA	
Maria Madelena	Moradora do Bairro/Dona de Casa
Sâmia Queiroz	Moradora do Bairro/Feirante
Maria Francisca	Líder Comunitária

Tabela 1: Primeiro Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme
Fonte: Quadro elaborado para o seguinte trabalho, 2016.

Durante um ano, viemos nos reunindo quinzenalmente às quartas-feiras nas instalações do Campus de Pesquisa do MPEG, mais precisamente nas salas da Coordenação de Ciências Humanas. As reuniões eram calorosas, de muitos debates e propostas a serem construídas coletivamente. As propostas eram trazidas por algum conselheiro e, assim,

¹⁰³ Minha entrada no Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme se dá após a saída de Mara, moradora e representante, na época, do Grupo Cultural Pólo São Pedro. A mesma não se interessou em continuar como conselheira e durante a terceira reunião do conselho pediu desligamento. Fui convidada pelos conselheiros em assumir seu lugar, acredito que seja pelo meu envolvimento com o grupo que se mobilizou para a criação do PMTF.

*Nomes fictícios, por não autorização de relatos.

votadas sob aprovação de um quórum. Após a votação trabalhávamos para executá-la, a qual se fundamentava na realização em ações e atividades dentro do bairro da Terra Firme.

Scheiner (2012) defende que os debates, votações e assembleias paralisam a ação, usando a analogia de fagocitação, trazida da Biologia. Realmente, os debates atrasam muito o processo, em Terra Firme os mesmos eram cansativos, as votações que nem sempre tinham quórum atrasavam a realização das atividades, e assim viemos prolongando algumas ações. O conselho gestor formado por 15 membros se reunia com nove pessoas em dias favoráveis, devido o fluxo dos conselheiros ser intenso. Em média, conseguimos realizar encontros com seis membros, apenas.

No curso dos debates, após um longo período de encontros, as lideranças dentro do Conselho Gestor começaram a ser definidas, para Scheiner, em alguns museus comunitários, “todos são atores, mas... alguns fazem o papel principal, outros atuam apenas como figurantes” (2012, p. 26). No Ponto de Memória, então, na sua ordem interna, trazia percepções diferentes posicionadas em dois grupos, que não são claramente definidos em um primeiro momento. Barth nos assegura que “cada pessoa está ‘posicionada’ em virtude de um padrão singular formado pela reunião, nessa pessoa, de partes diversas de correntes culturais, bem como em função de suas experiências particulares” (2000, p. 136). Portanto, as divergências de idéias, entre nós conselheiros, correspondiam em experiências particulares entre os que iniciaram o processo e os que entram a partir da formação do conselho gestor.

Chiquinha e Helena defendiam propostas práticas, dinâmicas e de resultado rápido para atender diferentes grupos sociais dentro do bairro; com isso conseguiam meu apoio e de: Jéssica, Zé Maria, Batista, Madalena, Chiconá e Nerci. Entretanto, Marcelo e Sônia defendiam propostas de formação e capacitação para professores e alunos do bairro e o levantamento de um acervo sobre a história da formação do bairro da Terra Firme a partir das histórias narradas pelos moradores; atraindo o apoio de Ana Cláudia e Sâmia. Os conselheiros Edmilson e André, não participavam com frequência das reuniões e quando presentes aliavam-se aos grupos, conformes suas percepções pessoais, não se atrelando a um, apenas.

Por certo período, conseguíamos, dentro do conselho, dialogar abertamente após longos debates. Os assuntos mais recorrentes nos debates, encontrados em meus cadernos de secretária e de anotações de alguns membros¹⁰⁴, eram: a necessidade de um espaço físico, a falta de comprometimento de alguns conselheiros, a elaboração de um cronograma de atividades e de um programa de trabalho, e ainda a legalização do conselho. Essas discussões não conseguiam avançar, o espaço físico e a elaboração de um programa e cronograma de ações recaíam sobre a falta de recursos financeiros; a não legalização do conselho impedia a reformulação do grupo. No entanto, avançávamos com propostas de ações pontuais que atenderam educadores e estudantes do bairro, o que resultou na formação de parcerias com as direções das escolas, principalmente com a Brigadeiro Fontenelle e a Celso Malcher.

Em Varine, a participação de instituições públicas, como as escolas, dentro das iniciativas comunitárias “são um elemento de profissionalismo, clarificação política e uma garantia de qualidade, beneficiando-se por si mesmas do impulso comunitário que lhes dá uma legitimidade suplementar e a oportunidade de um novo progresso” (1987, p. 160). Logo, penso que o trabalho do Ponto de Memória da Terra Firme atrelado às instituições escolares, permitiu de forma integrada e participativa, ações que questionam, constroem e analisam a realidade do bairro (Maria Célia Santos 2000). Com o interesse de solidificarmos, ainda mais, a parceria com as escolas, em 2010, os membros da coordenação de projetos Marcelo e Sônia¹⁰⁵– atores principais de um dos grupos pré-estabelecidos (Scheiner 2012) – elaboraram três projetos dentro do edital “Micro-Projeto Território de Paz”¹⁰⁶ de iniciativa

¹⁰⁴ O Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme não possui registros por ata. As atas são elaboradas quando há definições importantes como: a elaboração e execução do Plano de Ação, saída de algum conselho gestor e definição do corpo técnico na execução dos editais prêmios. Por isso algumas informações foram recolhidas por fontes alternativas, como cadernos pessoais e de alguns conselheiros.

¹⁰⁵ Com o apoio técnico de Jorge Martins e Silvia Geise, no dado momento alunos do curso de museologia da UFPA e colaboradores Ponto de Memória da Terra Firme.

¹⁰⁶ O Edital é uma iniciativa conjunta entre o Ministério da Cultura, por meio do Programa Mais Cultura e da Justiça através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e tem como objetivo dar oportunidade às diversas camadas da população brasileira de acesso à produção, ao reconhecimento e ao consumo de bens culturais (MINC 2011).

do Minc, para trabalhar com jovens, na faixa etária de 15 a 29 anos. A seleção dos jovens participantes teve o apoio dos professores das escolas citadas.

Os projetos foram aprovados nos nomes de três conselheiras e moradoras do bairro: “As Diversas Linguagens da Cultura no Bairro da Terra Firme”, sendo a responsável Maria Francisca, a Chiconá; “Escrevendo a Nossa História Outra Vez: O Jornal O Tucunduba”, de responsabilidade de Maria Madalena; e o terceiro “Juventudes e Imagens do Bairro da Terra Firme: reafirmando identidades e garantindo cidadania”, de Francisca Rosa, a Chiquinha. Porém, alguns questionamentos do tipo: Quem produz? De que forma? Com que tipo de envolvimento ou motivação? Estremeceram o conselho gestor. Em sua maioria, reconhecíamos o trabalho dos membros Marcelo e Sônia, no entanto não aceitávamos a imposição dos mesmos sobre a execução dos projetos.

A coordenação de projetos defendia que eles deveriam ser os coordenadores das ações, cabendo aos demais a divisão em um dos projetos aprovados, conforme interesse. A divergência de quem coordenar e, como? Criou a primeira crise dentro do Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme. As discussões aumentavam em cada reunião até chegarmos à seguinte proposta: os micro-projetos passariam a ser coordenados pelas pessoas que tiveram seus nomes vinculados – no caso: Chiquinha, Chiconá e Madalena; formando três comissões. Nós, demais conselheiros, conforme nossos interesses nos vinculariam em algum dos grupos. Scheiner (2012) defende que discussões como essas fazem prevalecer o interesse político sobre o interesse pelo patrimônio, no qual esse último recai a importância das práticas comunitárias de museologia.

No dado momento, não conseguíamos avançar nas discussões, as propostas se esgotavam em debates longos, em votações sem sucesso e a realização de reuniões extraordinárias que eram solicitadas a todo o momento. Os micro-projetos que resultaram no: inventário participativo, a reedição do Jornal O Tucunduba¹⁰⁷ e em dois vídeos documentários – “Todo Dia é Dia de Feira na Terra Firme”¹⁰⁸ e “Ritmos, Cores e Rostos da

¹⁰⁷ O Jornal O Tucunduba teve uma única edição, mas como instrumento político em defesa da titulação de terras no bairro da Terra Firme tem repercussão até nos dias atuais. A edição continha entrevista com o então reitor da UFPA, Nilson Pinto; uma reportagem sobre o Conselho da Terra e outra sobre o funcionamento do escritório jurídico no Centro Comunitário Bom Jesus (ALVES 2010; QUADROS 2014).

¹⁰⁸ Link de acesso: < <https://www.youtube.com/watch?v=dzIWtgSjNpk>>

Terra Firme”¹⁰⁹ - foram realizados com sucesso durante o período de outubro de 2011 a abril de 2012. Porém, não contamos com o envolvimento de parte do conselho, principalmente da comissão de projetos, pois com a aprovação da proposta, acima, Marcelo não quis se envolver, Ana justificou por falta de tempo e Sônia chegou a se inscrever em uma das comissões, mas não compareceu aos encontros. No entanto, dividíamos-nos entre as comissões, com exceção de Edmilson e André que não justificaram a não participação.

Em meados de 2011, houve minha contratação para consultoria local do Programa Pontos de Memória, com contrato assinado com o Ibram/OEI, passei a ter a atribuição de “coordenar, junto à instância deliberativa do Ponto de Memória da Terra Firme (...) as atividades de elaboração do Plano de Ação, de desenvolvimento do Inventário Participativo e da elaboração e desenvolvimento do Produto de Difusão”¹¹⁰. O contrato foi assinado para o período de 1 de julho de 2011 a 31 de dezembro de 2012, ao qual seria depositada uma quantia em dinheiro, pagos mediante aplicação de um Plano de Ação para a produção de produtos de difusão do Ponto de Memória. A elaboração do Plano de Ação no PMTF foi feita conforme o modelo definido pelo Ibram¹¹¹, conduzida por mim.

O momento, ao meu ver, significou a aplicação na prática da museologia social, no qual tivemos que fazer escolhas no presente, a partir de um passado carregado de lembranças e esquecimento que possibilitaria em uma dada direção para o futuro. Que tipo de museu buscamos? Que memórias serão representadas? Como iremos levantar informações? Que tipo de acervos trabalharemos? Como armazenar as informações

¹⁰⁹ Link de acesso: < <https://www.youtube.com/watch?v=UNXqavfUCSI>>

¹¹⁰ Termo de Referência para Contratação de Pessoa Física para o trabalho junto ao Ponto de Memória da Terra Firme.

¹¹¹ O Plano de Ação constava: 1) identificação do local de atuação do Ponto de Memória – repassando o endereço do Campus de Pesquisa do Museu Goeldi, como referência; 2) identificação dos membros do Conselho Gestor com: número do RG e CPF, endereço, telefone e e-mail; 3) perfil do bairro da Terra Firme – com levantamento histórico; 4) memória representada – informando marcos históricos sobre as lutas sociais dos moradores, grupos culturais, articulação e parcerias em destaque para a relação com o Museu Goeldi, novas lutas do bairro como o direito à cultura e a memória, e sonhos e conquistas por meio do museu comunitário; 5) a pergunta qual tipo de museu adequado ao Ponto de Memória? Respondida com: museu comunitário; 6) acervo que o PMTF pretendia utilizar a partir da memória representada – foi relacionado: imagens, documentos históricos, narrativas dos moradores, vídeos, revistas, dentre outras fontes; 7) descrição dos produtos de difusão.

coletadas? Perguntas essas nortearam nossas discussões, em um ambiente em que tudo era novidade (Avelar 2015). Porém, é necessário defender que todos nós, os envolvidos no Ponto de Memória da Terra Firme, buscávamos a não institucionalização como os museus tradicionais, ao centralizar a construção do Plano de Ação em atribuições da Nova Museologia para ser aplicada de acordo com a realidade do bairro.

Durante dois meses, deram os embates para a elaboração do Plano de Ação, em reuniões semanais traçamos metas a serem cumpridas para que não se prolongasse a tarefa. Porém, a definição dos produtos de difusão resultou na cisão do Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme. Com as relações estremecidas desde a execução dos micro-projetos, de forma mais clara observava, nesse momento, que os grupos tomaram suas posições ao defenderem propostas contrárias. O embate principal, então, foi a elaboração de uma cartilha sobre o PMTF ou a elaboração de um livro sobre o bairro da Terra Firme com relatos dos moradores.

O grupo a favor da cartilha defendia a divulgação do Ponto de Memória, trabalhando para divulgar as vivências e experiências da iniciativa, buscando o reconhecimento dos moradores, como prática comunitária, de transformação sociocultural-educacional, por meio de ações museais para a Terra Firme. O grupo oposto, a favor do livro, defendia a importância do registro da história do bairro com narrativas não oficiais, levantadas por moradores que estiveram na luta de formação da Terra Firme. As discussões se prolongaram pelas reuniões, pela primeira vez acusávamos uns aos outros de imposição política, de manipulação dos demais envolvidos, de falta de representatividade dentro do conselho.

As acusações se concentravam em Marcelo (a favor do livro) – que tinha apoio ‘figurante’ (Scheiner 2012) de Ana, Sônia e Sâmia – contra as pessoas que vinham conduzindo a iniciativa desde o início, as “cabeças” (Varine 1987) – Chiquinha, Chiconá, Nerci, Helena e eu (a favor da cartilha), com apoio ‘figurante’ (Scheiner 2012) de Jéssica, Madalena, Zé Maria e Batista. Nessa situação, coloco-me como “cabeça”, conforme a definição de Varine (*Ibidem*), pois com a minha atribuição de consultora, passei a tomar outra posição, visto que recaía sobre mim a responsabilidade financeira da iniciativa e a execução de ações viáveis, posto que havia assinado um contrato com a coordenação do Programa Pontos de Memórias, que me acarretaria muito além de direitos, os deveres

quanto ao andamento da iniciativa em Terra Firme. Quanto a Edmilson e André, mais uma vez não se envolveram de forma clara, traziam as propostas de melhor custo/benefício para o Ponto de Memória.

No calor das discussões, Marcelo se desliga do Conselho Gestor ao levantar que a condução do projeto não atendia mais suas expectativas, por não concordar com a forma que vínhamos conduzindo as ações. Ana Cláudia, aproveita o momento e também se desliga, relata que estava passando por problemas de saúde, o que resultaria na falta de comprometimento com o grupo. O momento era delicado, as acusações geraram uma desestabilidade dentro do conselho, por falta de confiança entre os conselheiros. Observei que o fato no Ponto de Memória da Terra Firme representou em certa desaceleração das atividades, posto que até o momento, conseguíamos ter avanços significativos dentro do bairro, firmando parcerias, realizando ações, aprovando projetos e iniciando trabalho de pesquisa sobre a Terra Firme. No entanto, o Plano de Ação precisava ser elaborado e aprovado, para isso, tivemos que dividir funções e estipular prazos para que todos os conselheiros pudessem se envolver e definir diretrizes dentro do plano.

Aprovamos e enviamos ao Ibram o Plano de Ação do Ponto de Memória da Terra Firme, em outubro de 2011, com a proposta de elaborar uma cartilha informativa sobre o projeto e uma exposição itinerante – já mencionadas nesse trabalho - que representasse: a memória do processo de luta e formação do bairro da Terra Firme, os movimentos culturais em favor do direito à cultura dos moradores, as parcerias firmadas, e o sonho para a formação do museu comunitário. Todo esse trabalho seria feito visando desmitificar a imagem negativa do bairro e promover a afirmação de uma identidade coletiva de pertencimento com lugar e a com gente que constituí o bairro da Terra Firme. O museu que propomos no Plano de Ação é um museu aberto planejado, mantido e gerido pela comunidade atuante em Terra Firme, que propicia a cidadania por meio de ações que implicam na valorização da memória dos moradores, narrada por histórias que se escolheu lembrar, reconhecidas como patrimônios vivos que estão presentes no cotidiano do bairro da Terra Firme (PMTF 2011).

Assim, realizamos as ações, a partir do comprometimento de cada conselheiro que se vinculava conforme seus interesses e disponibilidade de tempo. Tivemos que nos reerguer,

restaurar a confiança e nos reconhecer novamente como grupo, pois tínhamos prazos e metas a cumprir. Como consultora, tomei a frente de algumas ações para retornar ao processo de consolidação do Ponto de Memória. E em pouco mais de um ano, realizamos os micro-projetos, planejamos e executamos a exposição e lançamos a cartilha do projeto. A cada etapa cumprida, promovíamos um evento de lançamento e promoção, com isso veio recorrentemente os convites para participação em encontros dos movimentos socioculturais presentes no bairro, e em atividades dentro das escolas – parceria essa mantida até nos dias atuais. O Ponto de Memória foi crescendo e, aos poucos, tomando posição de museu comunitário.

No entanto, as dificuldades nos recursos humanos continuaram. Tivemos o desligamento de Sônia, outro momento delicado enfrentado pelo conselho. A conselheira aparecia nas reuniões esporadicamente, quando presente opinava, debatia e se comprometia em realizar as ações. Reconheço que Sônia tinha sua importância dentro do conselho, ela nos indagava, nos instigava e expunha críticas construtivas dentro do processo, contudo, a falta de comprometimento deixava a desejar, só aparecia quando lhe convinha, por isso, em um dado, passamos não mais contar com sua contribuição dentro do processo. Porém, bem articulada, de discurso forte sobre a realidade do bairro, chamava a atenção do Ibram.

Ela foi convidada pelo instituto para estar presente na elaboração da *Carta da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social*. Instrumento político elaborado coletivamente que define os princípios norteadores dos Pontos de Memória, um marco dentro do PPM, conforme discutimos anteriormente. Em relatos de alguns dos representantes de outros Pontos de Memória presentes durante a concepção da carta, Sônia se posicionou contra o que vínhamos debatendo junto aos demais PM, além de pouco saber explicar nossas metodologias e plano de trabalho. No mais, ao chegar a Belém não nos repassou as devidas discussões ocorridas em Brasília, local do evento em questão.

A então conselheira também foi convidada para representante do Ponto de Memória da Terra Firme em dois eventos promovidos pelo Ibram, a convite do instituto, sem comentar e ponderar a aprovação do Conselho Gestor. A falta de comprometimento com os

demais conselheiros nos deixou enfurecidos. Sônia, ao meu ver, representa o tipo de liderança que está no processo em busca de benefícios próprios, em nome de uma ideologia que visa o reconhecimento externo, desmerecendo o trabalho árduo que ocorre na base, entre os comunitários envolvidos, compromissados com o coletivo e com as propostas definidas. De acordo com essas circunstâncias, nós a convocamos para uma reunião de esclarecimento dentro do conselho.

Sem retorno na convocação e não se apresentando na reunião, votamos no desligamento de Sônia do Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme, no dia 24 de agosto de 2012, deixando-a isenta de representar a iniciativa em qualquer evento que o Ponto de Memória fora apresentado e/ou convidado. Situações como essas foram recorrentes em outras iniciativas (Adriano Almeida 2014; Avelar 2015). Percebo que os Pontos de Memória, como iniciativas de museologia comunitária que surgiram por meio da implantação de uma política cultural de direito à memória, sofrem influência direta das políticas e metodologias adotadas pelo governo, no caso pelo Ibram.

Entendo que o convite do Ibram especificado a Sônia como representante do Ponto de Memória da Terra Firme, em situações diversas, infringe o direito de a comunidade decidir: quem os representa? Onde e como? A “imposição” do Ibram desrespeita a metodologia de participação democrática pregada pelo instituto durante a concepção do PPM, em meio a aplicabilidade da Ação-Piloto, como também o poder de decisão dentro do grupo que trabalha para a execução e manutenção da iniciativa. Pois a cada encontro, atividades externas que o Ponto de Memória estava envolvido, em reuniões determinávamos, por votação, as pessoas que nos representariam de acordo com a necessidade em questão, viabilizando a participação de todos do conselho em encontros nacionais.

Com meu desligamento, em 2013, após a conclusão do Plano de Ação, Edmilson e André também se ausentaram do Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme. O primeiro, como era recorrente, não se envolveu mais com nenhuma atividade do conselho, e o segundo, no dado momento, estava com problemas sérios de saúde. E assim, o Ponto de Memória seguiu com nove membros trabalhando na divulgação da exposição “Terra Firme: de tudo um pouco”, formando parcerias com outras instituições e atuando dentro da

militância dos Pontos de Memória com a Comissão Provisória de Gestão Participativa/Compartilhada (Cogepaco).

No ano de 2014, houve a aproximação de Erick Mendes, jovem morador do bairro da Terra Firme, nas atividades do Conselho Gestor do PMTF. Cativante e engajado com as causas juvenis, foi convidado pelos demais conselheiros a integrar no grupo. Hoje o Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme é formado por: Eliete Santana (Nerci) Erick Mendes, Helena Quadros, José Maria Souza, João Batista dos Anjos, Jéssica Santos, Maria Francisca Santos (Chicona), Francisca Rosa (Chiquinha), Sâmia Queiroz e Maria Madalena.

Percebo, desde quando estive como integrante do conselho, que a maior causa do afastamento dos conselheiros em Terra Firme, se dá por questões financeiras, o trabalho dentro de práticas como os Pontos de Memória exige tempo e dedicação por meio de serviços voluntários. O que me leva a pensar que essa seja a justificativa para constituição do Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme ser de jovens estudantes, adultos com carreiras consolidadas e pessoas idosas.

A partir dessa análise descritiva penso que um das maiores dificuldades dentro de um museu comunitário talvez seja recurso humano, digo talvez porque minha pesquisa se limita ao Ponto de Memória da Terra Firme, por isso não consigo ter uma dimensão exata dentro de outras iniciativas. Contudo, ao observar e vivenciar a falta de comprometimento de pessoas que integram conselhos gestores me leva a fazer tal afirmação. A necessidade de recurso humano está desde o planejamento das propostas até a avaliação das mesmas, os envolvidos devem estar engajados com as causas em questão, pois, caso contrário, implica diretamente na desaceleração do processo.

Nesse sentido, trago o definição de autogestão de Varine (1987) para iniciativas comunitárias, que muito serve para a manutenção dos museus comunitários, pois:

Trata-se com efeito de lidar com problemas importantes da vida cotidiana, da organização do meio ambiente material e social, das relações entre pessoas que se conhecem desde longa data. A sinergia está na base da capacidade de decidir no âmbito do grupo, em função de uma compreensão comum das questões essenciais: a autogestão não é outra coisa (VARINE 1987, p. 111).

Penso, então, que autogestão refere-se ao efeito de auto gerir o meio e as diferentes formas de se relacionar com ele, levantando questões cotidianas que reflitam sobre a sua realidade. Sendo práticas a serem adotadas em sociedades democráticas que são capazes de tolerar a diferença e aceitar a pluralidade (Sheiner 2012). Vencendo, assim, interesses pessoais que produzem divergências e rivalidades, com a defesa de interesses coletivos que por definição, sinergia e esforços seguem o mesmo sentido. Logo, tomo a autogestão como o maior desafio dentro de iniciativas como o Ponto de Memória da Terra Firme.

3.3.2 Museu em ação

O Ponto de Memória da Terra Firme não é registrado juridicamente e não possui regimento interno. Diretrizes de atuação são definidas no início de cada semestre, revisadas ao longo do ano. Os conselheiros seguem, anualmente, a programação oficial dos museus, incentivada pelo Ibram para promover, divulgar e valorizar os museus brasileiros, intensificando a relação museu e sociedade (IBRAM 2016). Portanto, no mês de maio, realizam a Semana Nacional de Museus e no mês de setembro, a Primavera dos Museus. Além de, no decorrer do ano, realizarem ações dentro de projetos já pré-estabelecidos, como a Gastronomia Inteligente, e atualmente, o projeto de arborização do bairro.

Observei em campo que as atividades visam atender as expectativas ainda definidas no Plano de Ação, como a memória representada, o público a ser atingido e parcerias solidificadas por meio de metodologias participativas que envolvem as premissas da Nova Museologia. Os recursos financeiros do Ponto de Memória se limitam ao que não foi utilizado durante minha consultoria, contudo, o recurso é pouco e, desde então, está destinado para o processo de legalização do museu. Acompanhei, portanto, que a expectativa para o ano de 2016 é a elaboração de um programa que seja instrumento de concepção da ação, elaborado pelos conselheiros em conjunto com os colaboradores, com propostas que atendem em médio e à longo prazo; visando assim a captação de recurso financeiro.

Os colaboradores são pesquisadores, estudantes e agentes culturais que desempenham um papel importante dentro da concepção de ações, ao trabalharem junto

ao conselho no planejamento e execução das atividades. E em alguns casos, apresentam propostas novas que são adotadas pelos conselheiros, de acordo com a necessidade em questão. Hoje, percebo como pesquisadora do processo que os conselheiros Ponto de Memória da Terra Firme me reconhecem assim, após encaminhamentos e necessidades esclarecidas “naquela conversa entre amigos”, foi possível definir nossos papéis e rever posições. Penso que como colaboradora, seja a melhor forma de atuar em campo, pois com a aprovação de minha pesquisa pelo conselho, eles acabam por contribuir para o seu andamento. Logo, ao longo do trabalho de campo, fui convidada a integrar na organização de eventos, que muito me serviu para o cumprimento das minhas etapas em campo, o que também veio a servir como recurso humano, necessário, já que grande parte do conselho não se envolve com frequência.

Acompanhei que a frente das ações, por dedicação e articulação dentro do conselho, está Chiquinha, Helena, Zé Maria e Batista; os quatro vêm conduzindo as atividades do Ponto de Memória da Terra Firme, voltadas para o bairro e atividades externas de articulação e representação (Avelar 2015). Convocam reuniões, implementam propostas, promovem cursos de capacitação, avaliam e registram as ações. Logo, visualizo que o conselho do Ponto de Memória, ao longo do tempo, tenha se tornado consultivo, mesmo que isso não seja reconhecido pelos envolvidos. Mas os membros – Chiquinha, Helena, Zé Maria e Batista – formam um corpo executivo que desenvolve funções de planejamento, execução, e avaliação das ações a serem realizadas, cabendo a demais decisão poder de voto, de consentimento do que pode ser feito.

As ações continuam a ser itinerantes, atuando em espaços públicos voltadas para diferentes grupos da sociedade, em parceria principalmente com o Museu Goeldi, escolas estaduais e a Igreja São Domingos de Gusmão. Foi-me narrado pelos conselheiros que em 2013 foram convidados por uma Deputada Federal a desenvolverem trabalhos juntos com o retorno de doação um espaço físico, mesmo a proposta tentadora a recusaram. Porém, percebo que a necessidade de um espaço físico é sentida em vários momentos: para reunir, para armazenar o acervo, para desenvolver atividades, para sala de exposição. Contudo, os conselheiros alegaram que a doação de um espaço físico por um político acarretaria em consequências nada favoráveis para a continuação do método participativo comunitário.

Entendo que a falta de participação ativa dos conselheiros aliados a não existência de um espaço físico, compromete a sistematização de registros de dados sobre as ações desenvolvidas, bem como a existência e a circulação de um acervo. Em pesquisa anterior, desenvolvida com Gontijo, identificamos que os museus comunitários se formam na pretensão de reunir, preservar, pesquisar, comunicar e exibir o patrimônio (Moura e Gontijo 2015). Sendo o patrimônio “o capital cultural coletivo da comunidade, ele é vivo, evolutivo, em permanente criação” (Varine 2005, p. 2-3), cabendo aos responsáveis pelo museu a tarefa de conversar e preservar como foi sugerido pelos seus detentores. Podendo ser *coisas* patrimoniais do cotidiano de um passado mais recente de classes e grupos étnicos antes tendencialmente não contemplados, livremente doadas e/ou emprestadas para serem representativas das realidades existentes na comunidade. Ou podendo ser lembranças narradas, carregadas de memórias afetivas que trazem histórias sobre suas origens, sobre o que procurou acrescentar e/ou excluir nelas (Le Goff 2003).

Acompanho, e muito compartilhava do mesmo pensamento, que desde o processo de formação do Ponto de Memória da Terra Firme a defesa, procura e discurso da imaterialidade permeava as ações desenvolvidas. Porém, no decorrer do curso de mestrado por meio de leituras, debates em sala e orientações dos professores, passei a compreender que a materialidade é o meio privilegiado de afirmação desse grupo enquanto museu, pois ela possui uma ligação direta com o que vem sendo exposto, haja vista que envolve, constrói e reconstrói os sujeitos envolvidos e suas representações. Uso essa afirmação, principalmente, após a leitura dos estudos de Daniel Miller, que defende que “quanto mais a humanidade busca alcançar a conceitualização do imaterial, mais importante é a forma específica de sua materialização” (2013, p. 114), logo, passo a entender que não existe imaterialidade sem materialidade e vice-versa.

No entanto, considero (Moura e Gontijo 2015) que museus comunitários procuram é não enfatizar unicamente a materialidade, destinando a sua atenção para o meio social e para como se relacionam com as coisas que os constroem e os fazem existir enquanto sujeitos importantes no processo de planejamento e execução dos museus. Dessa maneira, parece ocorrer dentro dos museus comunitários uma relação entre o social e o material a partir de uma perspectiva simétrica, que envolve os campos da arqueologia e da antropologia. Sob essa ótica, os objetos, além de possuírem valores sociais e simbólicos, são

considerados como parte de todas as sociedades humanas e desempenham um papel vital no funcionamento delas, por exemplo, o de ajudar a manter a estabilidade e fortalecer seus vínculos (Viveiros de Castro 2002, Gnecco 2009). Logo, não só existem relações objetos-pessoas, mas as pessoas e objetos são inseparáveis. Ferreira defende que “tanto no passado quanto no presente, os museus estão imersos nos mundos dos objetos e, a partir deles e com eles, é que criamos as narrativas museológica” (2012, p. 114). É necessário informar que essa discussão é o fio condutor de minha próxima pesquisa, recém selecionada para o curso de doutorado nesse mesmo programa de pós-graduação, no qual me comprometo a aprofundar e levantar argumentos mais consistentes.

Segundo o ICOM, as funções atribuídas às instituições museais a partir da Declaração de Santiago de 1972 são as de “coleccionar, conservar, pesquisar, comunicar e exhibir o tangível e intangível do patrimônio da humanidade e do seu meio ambiente para fins de ensino, estudo e diversão” (2013). No Ponto de Memória da Terra Firme, a guarda do acervo coletado, ao longo desses anos, continua com os conselheiros à frente das atividades, sem políticas de proteção ao acervo e sem instalações e ambiente adequado para que o patrimônio seja preservado. Com isso, não há um registro¹¹² sobre o quê e como foi coletada tal informação, além de não possuir documentos internos que permitam delinear as ações, de quando foram iniciadas, como foram executadas, se foram continuadas e, especialmente de que forma teve a participação comunitária, bem como avaliação das mesmas (AVELAR 2015). O que ocorrem são relatos, memórias narradas dos envolvidos no processo, que apresentam lacuna e imprecisões, no qual me apropriei para desenvolver essa pesquisa.

Considero, portanto, que ações desenvolvidas pelo Ponto de Memória da Terra Firme são pontuais, pois buscam resultados rápidos, trazendo uma resposta parcial em função de circunstâncias favoráveis, de urgências, ou no quadro previamente considerado de um encadeamento de ações estrategicamente escalonadas (Varine 1987). Sem o planejamento de ações que elevam transformações mais profundas com meio, além da deficiência no registro, com pouca preocupação na conservação e preservação dos resultados, percebo que

¹¹² Vale ressaltar que durante a execução de minha consultoria foi necessário a produção da Ação-Piloto e dois relatórios que serviram como comprovação da execução das ações realizadas, como garantia de prestação de contas. Assim mesmo, fora feito com os micro-projetos território de paz. Logo, somente há esses seis registros oficiais.

o Ponto de Memória não consegue avançar devidamente na constituição de um grupo sólido que se torne cada vez mais difícil considerá-los nulo.

O não avanço dessas ações se concentra, ao meu ver, na deficiência de recursos humanos, os quatro mais engajados comentados acima, não conseguem sozinhos acelerar o processo, por mais que deleguem funções e atribuições do que se pretende executar. No mais, entre os quatro, atualmente, há um envolvimento maior de Helena e Chiquinha; a primeira sendo protagonista na articulação de parcerias externas e a segunda na articulação interna dentro do bairro. Portanto, considero que como atores principais, vivem em sinergia com o restante do grupo que lhes dão legitimidade e os reconhece como liderança natural. Contudo, me aproprio do pensamento de Scheiner (2012), para afirmar que a dissolução do conselho gestor pode levar a sua extinção provocando a “desmusealização” do bairro.

Enquanto Helena e Chiquinha tomam a frente do processo, seus contatos são referências nas atividades que vêm sendo realizadas, divulgadas por redes sociais e cartazes de divulgação. O endereço eletrônico¹¹³ e a página no *Facebook* tornaram-se as principais ferramentas de comunicação e difusão do que vem sendo produzido pelo Ponto de Memória da Terra Firme, ambas de administração de Helena. Percebo que há uma participação bem expressiva da comunidade do bairro, verificada no caderno de frequência do Ponto de Memória, único meio de registro efetivo que observei em campo. Fato que se deve muito às caminhadas de divulgação, estratégia usada desde o início do processo, em que saímos divulgando as ações nos diferentes espaços do bairro, contando com a parceria de alguns comerciantes e meios de comunicação, como a rádio comunitária e carros som – já citados aqui. É interessante acompanhar que a estratégia é ainda viável, após tantos recursos midiáticos de comunicação.

Scheiner (2012) nos revela que no museu comunitário pode implicar um discurso destoante da ação, em que o discurso é em favor do grupo, enquanto que a ação revela que apenas alguns decidem. Sendo esse um desafio a ser enfrentado em Terra Firme, o Ponto de Memória seguindo na direção de um conselho consultivo, sem participação ativa da maioria do conselho gestor pode se compartimentar, como assegura a autora (*Ibidem*). Porém, defendendo que há um diálogo aberto, de apropriações de ideias compartilhadas dos que estão

¹¹³ Endereço do Ponto de Memória da Terra Firme: <pontodememóriaterrafirme@gmail.com>.

envolvidos de fato no processo, pois durante minhas participações nas reuniões do conselho gestor como pesquisadora, acompanhei diversos debates para a chegada de uma proposta única. É válido frisar, que nós, enquanto colaboradores, podemos instigá-los, provocando debates e opinando questões externas ao que é visível a eles.

Portanto, uma alternativa para que, de fato, aliem discurso e ação, é a reestruturação do conselho, formando uma nova gestão. Posto que, desde 2010, não houve mais chamadas públicas e eleição do grupo gestor. Mas para isso, defendo que haja, antes de tudo, a aprovação do regimento interno elaborado entre os que estão envolvidos, para que princípios sejam estabelecidas, com base nas diretrizes dos Pontos de Memória, regulamentando o seu funcionamento. Assim, garantiriam a prática comunitária por meio de metodologias participativas, não viabilizando apenas a troca de “cabeças” e propostas políticas. Sendo esse, o legado deixado pelos que iniciaram e fizeram dessa iniciativa um processo museológico.

3.3.3 O vínculo com o Ibram

Segundo Scheiner, “todos nós conhecemos ecomuseus, museus comunitários e museus participativos desenvolvidos a partir do alto, baseados em programas políticos de desenvolvimento nacional e/ou regional” (2012, p. 26). Seguindo o pensamento da autora (*Ibidem*), tomo o Programa Pontos de Memória como um exemplo da aplicabilidade de políticas culturais de desenvolvimento por meio dos museus, o qual permitiu que comunidades urbanas das margens - os *pontos pioneiros* - pudessem a partir de metodologias participativas e dialógicas, conceber museus como instrumento de mudança social e desenvolvimento sustentável (Ibram 2016). Porém, defendo que o grupo que abraçou a proposta em Terra Firme, com forte ajuda do Museu Goeldi, já apresentava o desejo de possuir um museu.

Para Varine (1987) as iniciativas comunitárias são ações necessariamente coletivas que visam o desenvolvimento global de toda a comunidade, mobilizada por membros conscientizados que decidem dar a si meios para alcançar certo número de objetivos por ela fixados, nesse caso um museu comunitário. Visualizo que o papel do Ibram dentro do Ponto

de Memória da Terra Firme é a apresentação de forma clara dos conceitos e atribuições da museologia social e sua aplicação dentro da comunidade. A partir da disponibilização de recursos financeiros e assessoria técnica dentro de encontros e por meios de comunicação.

Nos momentos em que nos foi colocada a proposta da Ação Piloto, houve a promessa de ofertas de oficinas de capacitação para o conselho gestor, que seriam ministradas por técnicos do Ibram – sendo previstas oficinas de captação de recursos, prestação de contas e elaboração de projetos (Avelar 2015) – que não foram realizadas. A única desempenhada em Terra Firme para todos os conselheiros foi a “Museu, Memória e Cidadania” já mencionada nesse trabalho, além da capacitação de inventário participativo e museografia dentro dos Seminários de Qualificação dos Consultores Locais, ao qual pude participar e posteriormente compartilhar com os demais conselheiros.

Porém, a não realização de todas as oficinas em Terra Firme não implicou no andamento do processo museológico, diferente de outros Pontos de Memória. Fato que só é possível, a partir da parceria com o Museu Goeldi, firmada desde o início, que permite até em dias atuais, que diversas atribuições que envolvem o campo museológico seja discutido entre os envolvidos. Contudo, levanto que a colaboração de estudantes de museologia da Universidade Federal do Pará também contribui para o andamento do processo, visto que a todo o momento estão debatendo posicionamentos teóricos e práticas da museologia junto com os conselheiros.

A partir dessa afirmação, gostaria de interromper a narrativa, para relatar um processo jurídico que envolve o Ponto de Memória da Terra Firme, o Ibram e uma aluna de museologia da UFPA - da qual não revelarei nome, por respeito ao processo, iniciado em 2015, em andamento dentro da justiça federal na seção judiciária do Pará. Nas próximas linhas, construirei idéias a partir de relatos dos conselheiros e trocas de correspondência eletrônica entre a instância deliberativa e o Ibram, concedidos a mim durante o andamento dessa pesquisa.

O processo judiciário aponta que a aluna da UFPA entende que a obra de mapeamento denominada “Intervenções Museológicas no Bairro da Terra Firme” é de sua

autoria e que o trabalho vem sendo utilizado na exposição “Memórias Plurais”¹¹⁴, de responsabilidade do Ibram, sem devidos créditos à mesma e ao recebimento de prêmio do “III Prêmio PROEX”¹¹⁵ de iniciativa da Universidade Federal do Pará. Em 2013, a aluna, procurou o Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme durante a realização do “I Seminário da Rede Pontos de Memória”¹¹⁶ com o interesse de formar uma parceria para a concepção de um projeto a ser concorrido ao Prêmio Proex. Em um segundo encontro, reuniu com membros do conselho, a fim de coletar informações sobre as necessidades do Ponto de Memória.

A sugestão do conselheiro José Maria para produção de um Mapa Cultural a partir de uma pesquisa realizada por jovens com os grupos culturais do bairro da Terra Firme, foi acatada entre os conselheiros e a, então, colaboradora da iniciativa. Com isso, o conselho gestor disponibilizou para a aluna os relatórios produzidos durante minha consultoria, os vídeos, documentários sobre o bairro, imagens registradas pelos conselheiros, e especialmente o inventário participativo que consta as 59 histórias de vida dos moradores do bairro. A aluna se apropriou de todo esse acervo para justificar a aprovação do projeto no Prêmio Proex. Com a aprovação, fora formada uma comissão de trabalho para acompanhar a execução do projeto, nela faziam parte os seguintes conselheiros: José Maria, Sâmia, Chiquinha e Madalena.

A comissão tratou de articular a apresentação dos grupos culturais existentes no bairro, viabilizando o contato entre eles e a aluna, além de acompanhar os jovens participantes do projeto durante a coleta de informações. Os conselheiros participantes da comissão me relataram que foram muitos dias percorridos no bairro, para que se cumprissem os objetivos do projeto, porém não houve retorno do produto aguardado – o

¹¹⁴ O enfoque dado à mostra são as redes de memória e museologia social que articulam pontos e iniciativas pelo país. Cada rede enviou textos e fotografias para a Coordenação de Memória e Museologia Social do Ibram que, com o apoio da jornalista e consultora Sara Schuabb e da arquiteta do Ibram Simone Kimura, reuniu e selecionou o material, definindo os contornos da exposição (IBRAM 2016).

¹¹⁵ Prêmio da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Pará para aplicação de projetos de extensão na área de arte e cultura, podendo se inscrever professores, técnico-administrativos e alunos da UFPA de graduação, pós-graduação e cursos técnicos.

¹¹⁶ Aconteceu em junho de 2013 na Escola Bosque.

mapa cultural, a prestação de contas e nem relatórios sobre a execução do prêmio, apesar dos conselheiros assegurarem que solicitaram reuniões para esclarecimentos dos fatos.

Quando a “Exposição Memórias Plurais” esteve na Universidade Federal do Pará, o Ponto de Memória da Terra Firme foi comunicado pela coordenação do curso de museologia, via documento, que o nome da referida aluna não constava no painel de créditos. Os conselheiros defendem que em nenhum momento houve o repasse de informações do projeto “Intervenções Museológicas no Bairro da Terra Firme”, pois o que consta dentro da exposição, de responsabilidade do Ibram, é uma lista dos grupos culturais do bairro antes já levantadas durante a execução do inventário participativo, quando estive na coordenação. No mais, não seria possível a utilização da informação levantada pela aluna, porque o Ponto de Memória da Terra Firme, por meio de seus conselheiros, não teve acesso aos resultados do projeto. Para os conselheiros, foi a aluna que utilizou o material do PMTF, produzido coletivamente, para benefícios próprios.

Após a notificação ao Ibram, o Ponto de Memória da Terra Firme esteve com a Procuradoria da Universidade Federal do Pará, buscando retaliação sobre a aluna, provida de todos os documentos necessários que comprovem que a mesma se apropriou e se utilizou do material. Até o momento, não houve retorno da procuradoria da UFPA. Contudo, o PMTF foi procurado por professores do curso em questão, reconhecendo as más intenções da aluna, como por exemplo, pela coordenadora do curso que envia um segundo documento afirmando que se precipitou ao questionar a idoneidade do grupo, repassando sua neutralidade no dado momento.

O Ibram, ao ser notificado, pediu esclarecimento aos conselheiros sobre o ocorrido, estarrecidos com as circunstâncias, após relatos fundamentados conforme informações acima, os conselheiros desabafam ao dizer: “Estamos muito tristes e chateados mesmo, com a tal situação, porque a referida aluna procurou professores da UFPA e está tentando manchar nosso nome”. Os conselheiros se referem às diversas situações que foram relatadas por diferentes pessoas que circulam no campo museológico em Belém, essas afirmam que a aluna chama os piores palavrões, acusa o Ponto de Memória de ter roubado informações de seu projeto e ainda desmoraliza a pessoa de Helena entre os conhecidos.

Helena se tornou alvo das acusações da aluna, que a acusa como a principal responsável por não ter repassado seu nome para os créditos da exposição em questão, no qual ela informa, em processo, ser a idealizadora e coordenadora do mapeamento apresentado no produto de difusão do Ibram. Por correspondência eletrônica de Helena para o Ibram, ela afirma: “Tenho me sentido muito mal com essa situação, me perdoem o desabafo, mas querer acabar um trabalho de mais de 30 anos por uma mentira, me deixa acabada (...)” A cópia do processo fora encaminhado pela aluna também para o Museu Paraense Emílio Goeldi, com o interesse de que a funcionária do museu e conselheira do Ponto de Memória viesse a ser punida em alguma circunstância, contudo não houve retaliação no museu.

Devido aos fatos, fui solicitada pelo Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme, se possível, ser testemunha a favor do Ibram no processo relatado. Meu nome é sugerido, pois as informações alegadas pela aluna de museologia estão contidas no relatório de inventário participativo produzido por mim, sob aprovação do conselho. Como consultora, acompanhei e mediei dentro da iniciativa o diálogo com pessoas que contribuíram para o bom andamento do processo museológico no bairro, contei com a colaboração de pesquisadores, artistas e estudantes no decorrer do nosso trabalho. Porém, a necessidade de um regimento interno que esclareça as formas de atuar e compartilhar ideias e projetos dentro do Ponto de Memória era recorrente, nesses casos.

Percebo que as iniciativas comunitárias sofrem com o aparecimento de personalidades, muito próximas à da aluna da UFPA, devido discursos ideológicos que convencem a base comunitária por prometerem retorno favorável ao atender as expectativas e necessidades de toda a comunidade. Penso que os editais prêmios de fundações de fomento de cultura e educação contribuem de forma direta para o surgimento de casos como esse, pois não filtram informações relevantes que garantem a participação comunitária. Essa é uma crítica que trago dos Pontos de Memória aos editais prêmio do Ibram para o PPM, mas que muito serve ao caso da aluna da UFPA com o Ponto de Memória da Terra Firme

A afirmação de Scheiner (2012), contida nas primeiras linhas dessa subseção, recai sobre esse fato. As políticas culturais de desenvolvimento nacional e/ou regional não

favorecem, em sua maioria, iniciativas endógenas, ao prometerem fundos financeiros à comunidade. Tenho comigo que essa seja a maior dificuldade dentro do vínculo com instituições que promovam organizações comunitárias, pois atrai pessoas que visam benefício próprio, a partir da realidade de comunidades como Terra Firme. No entanto, vale ressaltar que não são apenas pessoas externas que provocam esse tipo de situação.

Como consultora, em meu primeiro trabalho profissional, jovem dentro de trabalhos comunitários, fui refém de situações como essas por moradores que se prevalecem da realidade carente para se apropriar de organizações que trabalham para atender as expectativas de toda comunidade. A frente de diversas ações, fui coagida por tamanha responsabilidade a que me submetia. No caso da aluna de museologia da UFPa, servirei como testemunha no processo, sim.

Segundo Cardoso de Oliveira (2004) não há possibilidade de pesquisar sem atuar, a partir da discussão da *antropologia da ação*, denominada por Sol Tax (1952 apud *Ibidem*), defendida pelo autor, que considero muito cara na forma que me coloco com meus sujeitos. O conceito remete a antropologia, o compromisso, especialmente, com a vida dos sujeitos submetidos à observação, na qual o antropólogo deva estar empenhado com atitudes éticas e morais para concepção de sua prática. Além de pesquisadora, sou militante do Ponto de Memória da Terra Firme, então, meu compromisso ético e moral com meus sujeitos pesquisados vai além da relação pesquisador-pesquisado, se estende ao companheirismo em torno de um objetivo comum – a importância dos museus para a transformação social de comunidades periféricas marcadas pelo abandono e esquecimento do poder público.

Portanto, não posso omitir minha indignação por pessoas, como a aluna de museologia e Sônia - já relatada aqui - que procuram desconstruir o esforço coletivo que dar dinamismo e mobilização ao processo museológico implementado em Terra Firme, que racai também em outras localidades. No entanto, não deixar de levantar mais uma vez a importância do regimento interno e legalização do Ponto de Memória da Terra Firme também é uma forma de omissão. Esses documentos servem para paralisar situações como essas, ao garantirem regras que regulamentam o bom funcionamento do grupo, possibilitando ao conselho definição de normas de uso e compartilhamento de informações

produzidas pela iniciativa, bem como, garantem aos colaboradores os devidos créditos em trabalhos de difusão do Ponto de Memória.

Percebo que o processo da aluna do curso de museologia da UFPA não estremeceu, aparentemente, os laços do Ponto de Memória da Terra Firme com o Ibram. O PMTF tem o instituto como um parceiro que coopera para que sejam atingidos os interesses comuns dentro do bairro, diferentemente de outras iniciativas que defendem que o Ibram é co responsável pelos Pontos de Memória e por sua sustentabilidade (Avelar 2015). Acompanho, portanto, que o grupo que trabalha em Terra Firme, não percebe assim, compreendem a importância da parceria, mas não atribui responsabilidades ao estado. No qual, pude verificar, especialmente, durante a IV Teia da Memória em que os conselheiros do PMTF buscam neutralidade frente aos debates levantados no encontro, no primeiro capítulo dessa pesquisa.

Entretanto, vejo que não impede que sejam aliados dos Pontos de Memória, em especial, dos *pontos pioneiros* na defesa por uma gestão participativa do programa e o fortalecimento das redes das iniciativas para o cumprimento de ações e articulação entre sociedade civil e o poder público. Haja vista que procuraram representatividade dentro do *Conselho de Gestão Compartilhada e Participativa dos Pontos de Memória*, eleito na IV Teia em Belém, no ano de 2014. Como titular, Helena, e a suplente, Chiquinha, que asseguram, portanto, a representatividade dos Pontos de Memória do norte de país, e assim, trabalham para fortalecer a *Rede de Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias da Região Norte*, promovendo encontros e debates com PM parceiros e principalmente trabalhando próximo com o Ponto de Memória Encantos dos Alagados, do Amapá.

É importante destacar que percebo que a realização do 6º Fórum Nacional de Museus em Belém, com promoção da IV Teia da Memória, muito contribuiu para o reconhecimento do Ponto de Memória da Terra Firme dentro do PPM. Com representatividades na Comissão de Organização da Teia da Memória, sendo o PM anfitrião, o Ponto de Memória da Terra Firme esteve na posição de referência para diferentes situações, como de localidade, de articulação entre as instâncias governamentais e de iniciativa pioneira. O fato é que, observei que os conselheiros do PMTF, muito receptivos atenderam as diversas expectativas que lhe foram colocadas.

Durante o evento sinais de agradecimento¹¹⁷ foram transmitidos ao Ponto de Memória da Terra Firme, principalmente vindos da equipe técnica do Ibram, devido à contribuição na organização do evento. Destaco que mais uma vez Helena, se destacou em ser a personagem principal na mediação estado e sociedade civil, ao viabilizar parceria entre o Ibram e o Museu Goeldi para disponibilização de mão de obra e espaço dentro da instituição, empenhou-se para o diálogo aberto com diferentes grupos sociais na cidade de Belém e propiciou visita técnica dos participantes da IV Teia da Memória ao bairro da Terra Firme. O evento estreitou os laços entre o Ibram e o PMTF.

Considero, a partir dos pensamentos de Scheiner (2012) que o vínculo dos Pontos de Memória com o Ibram pode propiciar a criação de espaços de reiteração de valores hegemônicos, consagrados por práticas manipuladas. A dificuldade, portanto, é fugir dessa manipulação que surge dentro de discurso paternalista e/ou demagógico emitido dos agentes governamentais e/ou instâncias hegemônicas (*Ibidem*). Contudo, defendo que o Programa Pontos de Memória consegue ir além de políticas de desenvolvimento manipuladas por discursos que filtram o que pensam e fazem as comunidades, porque elas estão se empoderando dos discursos e necessidades para vencer as formas de manipulação trazidas pelo governo.

Reconheço, ainda, que seja importante para a manutenção dos Pontos de Memória a relação com instâncias governamentais, como o Ibram e o Museu Goeldi, mas atribuindo apenas a cooperação externa que visa cumprir tarefas precisas. Afinal, esses últimos, não estão engajados de modo militante e seguem os fins e os objetivos que lhes são próprios, como: serviços coletivos sociais e culturais; lucro econômico e remuneração de pessoal (Varine 1987). Portanto, penso que o desafio para o Ponto de Memória da Terra Firme é conseguir manter essas instituições no lugar, “não confundir um prestador de serviço com um agente comunitário” (*Ibidem*, p. 161).

¹¹⁷ É necessário também destacar que após o encontro em Belém, o Ponto de Memória da Terra Firme fora convidado em dividir experiências com outros PM, na produção e aprovação de projetos que atendem diferentes necessidades.

3.3.4 Minhas Reflexões

Ao chegar ao caminho final dessa dissertação, busquei trazer reflexões sobre algumas questões que me levaram a fazer o curso de pós-graduação em antropologia e que muito me serviu na análise sobre o processo museológico no bairro da Terra Firme por meio do Ponto de Memória. Hoje vejo que quando tomei a decisão de me ausentar do Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme para estudar para um curso de pós-graduação, as minhas percepções naquele momento, sobre o que vínhamos construindo, já tinha mudado ali. Minhas inquietações sobre o que e como buscávamos a transformação em um museu comunitário, me levaram a fazer o curso de mestrado. O desejo por museu estava entremeado em nossos discursos e fazeres, queríamos ser o Museu Comunitário do bairro da Terra Firme, e trabalhávamos incansavelmente desde o início, em 2009.

A escolha por antropologia se deu por causa de seu método etnográfico que permitiria descrever, representar e analisar teoricamente o processo a partir da vivência direta com os sujeitos envolvidos que me caberia recolher informações e filtrar o que pensam sobre o que fazem. Contudo, em sala de aula, lendo e relendo textos antropológicos, absorvendo debates e ideias dos professores e colegas, percebo que a antropologia vai além do que o método etnográfico nos permite ir. Segundo Geertz “a antropologia implica, inevitavelmente, um encontro com o Outro” (1926: 2002, p. 27). Por isso, para Schwarcz (2014) ela é a ciência da alteridade, posto que ela consiste na compreensão do outro a partir da alteração de si próprio, partindo, assim, da idéia de relacionalidade que me permite reconhecer o outro – Ponto de Memória da Terra Firme- e me auto-reconhecer, discussão já levantada anteriormente.

Abreu e Filho asseguram que “é nas visitas a museus que os visitantes descobrem, entram em contato e experimentam o sentido da alteridade, do contato com outros mundos” (2012, p. 29), visto pelo modo como os museus pesquisam, classificam e catalogam as principais representações simbólicas do homem – diferente. Portanto, penso que o conceito de alteridade, defendido pelos autores como fundamental no surgimento da antropologia como ciência, nos provoca a discussão de outro que a norteia, o de identidade. Quando Durkheim e Mauss em *Contribuição para o estudo das representações coletivas* (MAUSS, 1903:2005) afirmam que classificar implica no ordenamento em grupos distintos

separados por demarcações nitidamente determinadas, resultando assim em um ordenamento hierárquico, leva-nos a dialogar com o pensamento de Lévi-Strauss em o *Pensamento Selvagem*, quando aborda que as culturas carregam suas próprias linguagens e suas próprias classificações. Para Schwarcz (2014), a identidade é um fenômeno circunstancial, alternativo, relativo e político que implica no reconhecimento da diferença.

Seguindo com o pensamento da autora (*Ibidem*), devemos nos questionar, sendo antropólogos ou não, sobre como conviver com a diferença sem transformá-la em falta. O diferente deve ser reconhecido como é e não pelo domínio da comparação entre culturas. A partir do momento em que passamos a comparar identificando que no outro há a falta de aspectos importantes que achamos encontrar só na nossa cultura, adotamos assim o ordenamento hierárquico. Uma relação de hierarquização entre as culturas que provoca o não reconhecimento da diversidade cultural, e sim o reconhecimento de superioridade de culturas.

Para Barth (2000, p. 111), “a realidade de todas as pessoas é composta de construções culturais, sustentadas de modo eficaz tanto pelo mútuo consentimento quando por causas materiais inevitáveis. Esse consentimento, ao que tudo indica, está incrustado em representações coletivas: a linguagem, as categorias, os símbolos, os rituais, e as instituições”. De acordo com Abreu e Filho (2012), os museus se tornaram lugares por excelência que representam sínteses culturais elaboradas por agentes sociais que incorporam os conceitos antropológicos de cultura difundidos durante todo o século XX. Portanto, os museus são instituições que salvaguardam as linguagens, categorias e símbolos de uma dada sociedade com o propósito de representar aspectos de sua cultura, desta maneira são meios de afirmação e legitimação de uma identidade coletiva, como definimos no primeiro capítulo dessa dissertação.

Desse modo, compreendo que o museu comunitário é um processo em construção de mobilização, identificação, ação e cidadania; na qual, a comunidade se faz sujeito, presente no ato de formular, executar e manter o mesmo. Defensor da realidade da própria comunidade, a partir da reinterpretação da história e reconstrução da memória de seus detentores. É um lugar de representação, definição e reinvenção de identidades. Logo, não há museu comunitário sem uma comunidade atuante e consciente, posto que ela o

reconheça como representante de sua realidade cultural e ainda atua como gestora no processo para servir e atender as necessidades de seu grupo. E é esta comunidade que é a detentora do patrimônio e território onde este museu comunitário se faz presente, portanto é um tipo de museu que procede em um auto reconhecimento cultural.

Acompanhamos que o bairro da Terra Firme se manteve por um longo período à margem da sociedade, devido o abandono do poder público que não instaurou políticas públicas no lugar. No entanto, os moradores encontraram nos centros comunitários, associações e projetos socioeducativos, meios para o alcance de conquistas importantes que implicaram na transformação da qualidade de vida de sua gente. Posto que propiciaram na formação de locais que desenvolvem diversas ações comunitárias de aspectos culturais, de capacitação profissional e de inserção produtiva; como atendimento integral à família; esporte, lazer e saúde. Desse modo, percebo que o Ponto de Memória da Terra Firme é resultado desse processo, haja vista que é dentro desses locais que se encontraram os sujeitos que trabalharam para criação, e hoje manutenção da iniciativa.

Em torno do que vim narrando, penso que o Ponto de Memória em Terra Firme vem desempenhando um papel importante no bairro, pois procura sensibilizar os moradores quanto ao reconhecimento do museu como caminho e estratégia para transformação do lugar. Ao desenvolver ações que implicam na valorização da história e memória narrada pelo morador, bem com a procura por salvaguardar patrimônios apreendidos como constituintes do bairro. Em reuniões, ações e encontros com os envolvidos, que em sua maioria são moradores do bairro, apreendi que o interesse em possuir um museu está indo além do conselho gestor, pois conseguem atingir em cada atividade mais envolvidos no processo, seja como participante nas oficinas ou visitantes na exposição, os moradores de Terra Firme estão sendo sensibilizados quanto a existência de um museu.

O Museu Comunitário no bairro da Terra Firme se propõe ser um marcador de identidades individuais e coletivas, posto que se dispõe de elementos que contribuem para a constituição e percepção subjetiva dos agentes sociais presentes no bairro. Como vimos discutindo ao longo dessa dissertação, o museu não necessariamente precise possuir características de instituições consolidadas, desde o século XIX. Portanto, compreendo que o Ponto de Memória é o museu do bairro da Terra Firme, pois é um espaço de ação,

representação e atuação de agentes sociais – conselho gestor – de um determinado lugar – bairro da Terra Firme. Entretanto, compreendo que a legitimidade do Ponto de Memória da Terra Firme como um museu comunitário percorrerá um longo caminho.

Segundo Geertz (1926: 2002), a análise cultural é intrinsecamente incompleta, quanto mais profunda menos completa. Os pensamentos que envolvem a Antropologia Social nos faz compreender melhor, porque esse processo de legitimidade e reconhecimento de uma cultura por parte de seus agentes é longo e denso. O museu como meio de representação de uma dada cultura, pode ser dado de dois viéses: um, quando o outro fala por si, pensamento que perpetuou nos museus etnográficos; ou que é o caso do Museu Comunitário no bairro da Terra Firme, quando o eu fala por si mesmo. A antropologia nos permite reconhecer o outro, em suas multiplicidades de variações culturais.

Entrar em contato com o diferente nos provoca mudanças de comportamento que podem resultar em um sentimento de superioridade ou de diferença – alteridade. Portanto, o bairro da Terra Firme, ao se colocar dentro de um museu, é o meio encontrado para que ele se faça ouvir dentro de contexto formado por estereótipos negativos em que a sociedade os coloca. É caminho de se impor seus valores, anseios e necessidades, de se auto reconhecer e se fazer reconhecer como diferente, não como desigual. Conforme a afirmação de Dias (2007), “os povos representados nos museus querem ter uma voz na maneira como as suas culturas são dadas a vez nos espaços de exposição”.

Contudo, Abreu e Filho nos afirmam que “as coleções, museus e patrimônios constituem-se em campos de batalha, nos quais se percebem a elaboração e a contestação de identidades e memórias coletivas” (2012, p. 39). Fato que conseguimos visualizar em Terra Firme, há uma disputa de interesses em torno da formação do museu, o que dificulta na sua apropriação pela comunidade, conforme foi narrado nesse capítulo. É nesse sentido que me proponho a continuar por meio dos pensamentos antropológicos da antropologia social, aprofundar o estudo para melhor compreender e analisar esse “campo de batalha” que rodeia o Museu Comunitário da Terra Firme.

Porém, é necessário destacar, ao fim desse trabalho, que reconheço a importância do museu para essa comunidade e entendo que ele é caminho para a transformação social em Terra Firme.

CONSIDERAÇÕES

Permitam-me intitular as últimas linhas dessa dissertação apenas como “considerações”, não acrescentando os “finais”, ou qualquer adjetivo do tipo que defina “fim”, em razão simplesmente de ser esse trabalho o início de minhas pesquisas dentro do bairro da Terra Firme com o Ponto de Memória para a análise descritiva da iniciativa comunitária como Museu Comunitário do bairro da Terra Firme. Ao observar e vivenciar as etapas do processo museológico com os conselheiros do PMTF, considerei que o interesse em musealizar o bairro surgiu de um processo dinâmico motivado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, devido a sua atuação no lugar desde 1985, e impulsionado pelo Instituto Brasileiro de Museus, a partir de 2009. No entanto, só é possível por se tratar de uma comunidade ativa que se apropria de dinâmicas sociais do contexto contemporâneo sobre o direito de memória e museu para se auto-reconhecer e se fazer conhecer, conforme suas realidades ditadas por si mesma, provocadas por uma necessidade de transformar a si mesma e ao seu lugar (transformado em territorialidade?).

Ao longo do curso de mestrado, senti-me, a todo o momento, uma aprendiz de antropologia imersa em um campo científico novo que necessitava a cada leitura, debates em sala de aula, orientações com os professores, aprofundar os ensinamentos para conseguir relacionar teoria e campo frente a uma realidade próxima à minha. O exercício em campo em um primeiro momento foi tenso, dado por minha relação com os sujeitos estudados, que foi sendo vencido ao longo do processo após treinos por meio de leituras etnográficas. O desafio de manter-se dentro e fora, perto e dentro (MAGNANI 2002) atentando para discursos e escolhas feitas dentro do grupo estudado, me fez em diferentes situações me sentir afetada novamente pela militância dos Pontos de Memória.

Os Pontos de Memória, reconhecidos nessa pesquisa como iniciativas de memória e museologia social, são espaços em que se abrigam o presente e com ele o futuro de uma comunidade autêntica, consciente e gestora de seus valores. Imersa nos conceitos e atribuições do *museu integral*, procura vencer os limites que circundam as políticas culturais, do tipo das condições econômicas e políticas dos grupos que as estruturam, por meio da participação ativa, consciente e cidadã das representatividades integradas. Não se ditar,

nomear ou se conceituar como museus não implica de ser considerada como tal, posto que em seu espírito ou escrita (VARINE 2014:1996) a comunidade está vinculada às ações museológicas que emergem do protagonismo social presente nos museus integrais.

O exercício interdisciplinar, no diálogo entre Antropologia e Museologia, contribuiu para preencher lacunas que estiveram comigo por algum tempo, a teoria antropológica e o fazer etnográfico me permitiram observar e experimentar acontecimentos que, enquanto parte integrante do processo, nunca me haviam sido revelados. Contudo, percebo que preciso aprofundar as discussões teóricas que envolvem esses dois campos científicos, para, assim, acompanhar o percurso que os faz ser a ciência que estuda a realidade e a representação do outro. Com o propósito de analisar a relacionalidade que me permite reconhecer o Ponto de Memória da Terra Firme como um Museu Comunitário, posto que surgiram novas dúvidas e reflexões sobre meu objeto de estudo, desafiei-me a continuar a pesquisa.

Musealizar o bairro da Terra Firme é desvendar um bairro que vai além dos estereótipos que o definem, permitindo se representar do avesso, de dentro para fora, das “baixadas”, revelando pessoas que vivem e moram no lugar, que o torna colorido e alegre e que mesmo com o ritmo frenético consegue vencer as mazelas sociais resultantes do descaso do poder público. A organização civil por meio do cooperativismo, das associações e dos centros comunitários propiciam melhorias na qualidade de vida dos moradores, seja por meio da arte, da dança, da música ou por proteção social que procuram refazer, reconstruir e repensar suas histórias (BOSI 1999). O Ponto de Memória da Terra Firme, ao reconhecer o bairro como um lugar de memória (NORA 1993), trabalha para a construção coletiva no meio social do sentimento de continuidade da identidade (POLLAK 1992, HALBWACHS 2006) afirmada e reconhecida pelo morador.

Como um *museu diferente*, atua a céu aberto, sem portas e janelas, que vai além da salvaguarda de coleções, que surge a partir da necessidade de um grupo gestor que trabalha para o empoderamento de moradores e militantes do bairro da Terra Firme que possam reconhecer os museus como espaço de reflexão e ação para a conquista de direitos que beneficiem toda a comunidade. Acontecendo entre dois extremos, o público e o privado, visa reintegrar, reunir, somar e revelar o valor da cultura local do bairro, por meio da

memória que carrega consigo, um espaço aglutinador de diferentes percepções sobre uma dada realidade à serviço de todos e para todos.

Contudo, há expectativas para que esse museu seja edificado com “coisas” dentro, concretamente de “pedra e cal”, visto que pode ser importante um espaço físico que se torne ser um ponto de referência objetivo do museu, além de servir para salvaguardar o acervo do Ponto de Memória que relate sobre a própria história de formação desse museu, além da possibilidade concreta de existência enquanto iniciativa museal, já que as coisas nos constroem enquanto sujeitos e atribuem significações da vida cotidiana enquanto seres humanos (MILLER 2013) e propiciam, assim, uma relação mais estreita com esse grande artefato que é o museu (FERREIRA 2012). Porém, entende-se que para não se institucionalizar parecendo cada vez mais com os museus tradicionais (SCHEINER 2012, LEARSH 2014, CHAGAS 2014), defende-se o uso da autogestão (VARINE 1987) pautada na gestão compartilhada entre todos aqueles que são detentores do patrimônio reconhecido e representado pelo museu.

Entretanto, seria prudente que em atitude de urgência o Ponto de Memória da Terra Firme fosse registrado juridicamente, com princípios e diretrizes definidas por um regimento interno elaborado entre os que estão envolvidos, com base nas diretrizes dos Pontos de Memória, regulamentando o seu funcionamento. Assim, estaria garantida a prática comunitária por meio de metodologias participativas que aliem discurso e ação do Conselho Gestor, fato que impediria situações desagradáveis como tem ocorrido ultimamente e me foram relatadas, além de garantirem direitos e benefícios que poderiam manter a iniciativa.

É necessário enfatizar que não tomo a pesquisa como encerrada; este é apenas um ciclo que se fecha para recomeçar outro. Necessito de mais embasamento teórico e um trabalho de campo denso dentro do bairro da Terra Firme, numa nova proposta de etnografia do bairro que vá além dos limites definidos pelo Ponto de Memória. Na nova fase dessa pesquisa, aprovada na seleção de doutorado desse mesmo curso de Pós-Graduação, ao vivenciar experiências novas como os moradores e pessoas que vivem (n)a Terra Firme, procurarei identificar que coisas essas pessoas consideram como patrimônio e de que forma o PMTF apreende isso e escolhe guardar e exibir como acervo. Assim, será possível trazer a discussão para os museus comunitários que vivem imersos na (falsa) dicotomia entre material e imaterial dentro de suas ações. E, a partir disso, seria possível ainda discutir o que

está por trás desses conceitos de memória, patrimônio e comunidade, ao levantar como os moradores do bairro da Terra Firme se apropriam dessas categorias para determinar o poder de definir e classificar algo, de caráter que venha analisar o conflito semiótico que envolve dentro de iniciativas comunitárias de museus.

No entanto, espero que esse trabalho possa ser útil para se pensar os museus a partir de iniciativas comunitárias de museologia social, como os Pontos de Memória, visto que essas iniciativas são tidas como recentes e há pouca produção acadêmica sobre o assunto. Busquei analisar e refletir como participante-observante o processo na Terra Firme e do Programa Pontos de Memória. Desse modo, anseio que tenha contribuído para o reconhecimento desses espaços como museus que representam culturas, memórias e identidades de agentes e grupos sociais que historicamente foram mantidos excluídos, mas que no dado momento procuram gerir suas próprias histórias. Desejo, também, que tenha colaborado para relatar o processo existente na Terra Firme, revelando um bairro multifacetado que visa por meio dos museus mudar a carga negativa que o envolve.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. 2007. **Tal Antropologia, qual Museu?**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario de Souza; Santos, Myrian Sepúlveda dos (org.). *Museus, coleções e patrimônios; narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: GARAMOND, MIC/IPHAN/DEMU (Coleção Museu, Memória e Cidadania)

_____. FILHO, M. F. L. 2012. **A trajetória do GT de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia**. In: TAMASO, I. M.; FILHO, M. F. L. (org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia.

ALMEIDA, A. (GRANDE) **BOM JARDIM: Reterritorialização e Política de Representação à Luz da Nova Pragmática**. Dissertação de Mestrado. Programa e Pós Graduação em Linguística Aplicada. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

ALVES, E. 2010. **Marchas e contramarchas na luta pela moradia na Terra Firme (1979-1994)**. 2010. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, Belém.

AVELAR, L. 2015. **Museus Comunitários no Brasil: o Ponto de Memória Museus do Taquaril**. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

BARTH, F. 2000. **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa.

BERREMAN, G. 1980. **Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia**. In: ZALUAR, Alba (org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BOLTON, L. The object in viwe: Aborigines, Melanesians, and Museums. In: **Museums and source communities**. 2003.

BOSI, E. 1999. **Memória e Sociedade: lembrança dos velhos**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

BRITTO, R. **A Intervenção do Patrimônio Histórico Musealizado no Bairro da Cidade Velha de Belém do Pará, 1994-2008**. Dissertação de Mestrado. Museus de Astronomia e Ciências afins. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 2006. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. In: *O Trabalho do Antropólogo*. 2ª edição. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP.

CHAGAS, M. 2009. **A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Bar-roso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM.

CHAGAS, Mário. **Memória política e Política de memória**. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

_____. 2014. **Reflexões sobre conceitos-chave da museologia social no contexto internacional**. IV Teia da Memória, IBRAM: Belém, Brasil.

_____, M. GOUVEIA, I. 2014. **Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação)**. In: *Cadernos do CEOM*, Ano 27, n. 41. *Museologia social*, p. 9 – 22.

_____. **O mal-estar da ética na Antropologia Prática**. In: OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (Org). *Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2004.

DIAS, N. 2007. **Antropologia e museus: que tipo de diálogo?**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario de Souza; Santos, Myrian Sepúlveda dos (org.). *Museus, coleções e patrimônios; narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: GARAMOND, MIC/IPHAN/DEMU (Coleção Museu, Memória e Cidadania).

DUARTE, A. 2013. **Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora**. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio*. Rio de Janeiro: Unirio/MAST. Vol 6. n 1.

DURHAM, E. R. 1986. **A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas**. In: *A Aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa*. CARDOSO, Ruth C. L. (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FERREIRA, L. G. 2012. **O Lugar de Ver Relíquias e Contar História: o Museu Presente/Ausente na Vila de Joanes, Ilha Do Marajo – Pará**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém.

FOOTE WHYTE, W. 1980. **Treinando a observação participante**. In: Zaluar, Alba (org.). *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

GEERTZ, C. 2014 [1926]. **A interpretação das culturas**. 1. Ed. [Reimpr]. Rio de Janeiro: LTC.

_____. 2009. **O antropólogo como autor**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

GEISE, S. 2014. **Pontos de Memória: uma via conceitual de museu no Bairro da Terra Firme**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Museologia) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal do Pará.

GLUCKMAN, M. 1987 [1958]. **Análise de uma situação social na Zululândia moderna**. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.), *Antropologia das sociedades contemporâneas -Métodos*. São Paulo: Global.

GOMES, A. O.; OLIVEIRA, A. A. R. 2010. **A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museológico**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro: Unirio/MAST. V. 3. n 2. jul/dez.

GONÇALVES, J. R. 2007. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Museu, memória e cidadania.

GNECCO, Cristóbal. **Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad**. Bol .Mus. Para. Emilio Goeldi (Ciências Humanas). 4(1): pp. 15-26. 2009.

HALBWACHS, M. 2003. **Memória individual e Memória Coletiva**. In: A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBRAM. 2012. Carta dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social, Brasília. Disponível: < http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/06/Minuta_MuseologiaSocial_PontosdeMemoria.pdf > acesso em janeiro de 2015.

_____. 2013. **Carta dos Primeiros Pontos de Memória**, Brasília.

LE GOFF, Jacques. **Memória**. In: História e Memória. 5. ed. Tradução de Bernado Leitão [et. al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LERSCH, Teresa Morales; OCAMPO, Cuauhtémoc Camarena. 2004. **O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história?** Kansas City: Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas. (Tradução: OM Priosti – Maio de 2008). Disponível em: <http://www.abremc.com.br/artigos1.asp?id=5>. Acesso em 6 jun. 2014.

_____. 2014. **Reflexões sobre conceitos-chave da museologia social no contexto internacional**. IV Teia da Memória, IBRAM: Belém, Brasil.

MALINOWSKI, B. 1978. **Introdução: tema, método e objetivo desta pesquisa**. In: Os Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural.

MANGNANI, J. G. C. 2002. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais vol 17 n.49.

MELLO, L. G. **Antropologia Cultural: Iniciação, Teoria e Temas**. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MILLER, D. 2013. **Trecos, Troços e Coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Zahar.

MOURA, C. 2012. **Lugar de conservação, educação, pesquisa e lazer: O Jardim Botânico Museu Paraense Emílio Goeldi**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Ambiental) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, 2012.

_____. GONTIJO, F. 2015. **Os Museus, as Coisas e as Comunidades: novas percepções a partir do bairro da Terra Firme em Belém, Pará**. In: Revista Eletrônica Ventilando Acervos, v. 3, n.1.

MOUTINHO, M. 1993. **Sobre o Conceito de Museologia Social**. In: Cadernos de Sociomuseologia, v.1, n.1.

MORAES, N. A. 2009. **Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil**. Revista Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro: MAST. Vol. II. n 1.

MAUSS, Marcel. **Ofício de Etnógrafo, método sociológico (1902)**. IN: Marcel Mauss. Roberto Cardoso de Oliveira (Org.). São Paulo:Ática. Coleção Grandes Cientistas.

NORA, P. 1993. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez.

OLIVEIRA, L. R. C. 2004. **Pesquisa em versus Pesquisa com seres humanos**. In: OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (Org). *Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF.

PEIRANO, M. 1995. **A favor da etnografia**. In: A Favor da Etnografia. Rio de Janeiro: RelumeDumará.

PERÉZ, X. P. 2009. **Turismo cultural: uma visão antropológica**. El Sauzal: Revista de Turismo e Patrimônio Cultural.

PINTO, R; SILVA, C; LOUREIRO, K. 2012. **Circuito das Casas-Tela, caminhos de vida no Museu de Favela**. 1º ed. Rio de Janeiro: Museu de Favela.

POLLAK, M. 1992. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 05, n. 10.

PRIOSTI, O. 2007. **Museu como fórum de cidadania no mundo: caminhos e percursos da museologia comunitária**. Coletânea de Artigos, Rio de Janeiro, disponível em: <<http://www.abremc.com.br/artigos1.asp?id=7>>. Acesso em: 15 nov. 2009.

QUADROS, C; QUADROS, MOURA, C; QUADROS, H. 2013. **Um Ponto de Memória na Terra Firme**. Ponto de Memória da Terra Firme, Belém.

QUADROS, C. A. 2014. **A Educação como Direito Humano Fundamental: a experiência do Museu Goeldi em práticas de educação não formal no bairro da Terra Firme**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Pará.

QUADROS, H; FERREIRA, E. 1993. **O Museu Paraense Emílio Goeldi e a Comunidade do Bairro da Terra Firme: a educação ambiental mostrando novos rumos**. Belém: NUMA/UFPA, 1993.

_____. 2010. Projeto “Museu Goeldi Leva Educação em Ciência à Comunidade.

RAMOS, J. **A história da ocupação urbana no Tucunduba – Belém/Pará**. In: IV Reunião Equatorial de Antropologia, XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste. Grupo de Trabalho 1 – Território e identidades: quilombos, espaço urbano e região. Ceará: ABNNE, 2013.

SANJAD, N. 2008. **A Revitalização do Parque Zoobotânico do Museu Goeldi: em busca de uma nova relação com o público**. In: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio MAST. vol.I no 1 - jul/dez.

SANTOS, M. C. **Museu e Comunidade: uma relação necessária. Segunda Coletânea de Artigos, Rio de Janeiro**. Disponível em < <http://www.abremc.com.br/coletaneadeartigos2.asp> >. Acesso em 05 dez. 2010.

SCHWARCZ, L. K. 2005. **A era dos museus de etnografia no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX**. In: Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. Belo Horizonte: Argumentum, p. 113-136

_____. 2014. **Dimensões da Contemporaneidade: Antropologia**. In: 31º Bienal de São Paulo, 2014, São Paulo. Educativo Bienal – Curso de Formação de Educadores. São Paulo: MINISTÉRIO DA CULTURA; BANCO ITAÚ, 2014. Disponível < <https://www.youtube.com/watch?v=9mzSjQsvqrA> > . Acesso em: 04 jun. 2014.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. **Repensando o museu integral: do conceito às práticas**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas. Belém, PA, v. 7, n. 1, jan./abr. 2012. p. 15-30. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a03v7n1.pdf> >. Acesso em: jan. 2016.

SEPÚLVEDA, M. S. 2004. **Museus Brasileiros e Política Cultural**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 19, n. 55. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a04v1955.pdf> > Acesso em: novembro 2015.

SILVA, M; SÁ, M. 2012. **Medo na cidade: estudo de caso no bairro da Terra Firme em Belém (PA)**. In: Revista Argumentum, Vitória (ES), v. 4, jul./dez.

SILVA, C. H.; PINHEIRO, L. 2013. Políticas **públicas para museus no Brasil: do IPHAN ao IBRAM**. Anais do ENANCIB.

SILVEIRA, F; LIMA FILHO, M. 2005. **Por uma antropologia do objeto documental: entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto**. Revista Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, Ano 11, p. 37-50, jan.-jun.

SOARES, B; SCHEINER, T. 2009. **Ascensão dos Museus Comunitários e os Patrimônios Comuns: Um Ensaio Sobre a Casa**. In: Anais do X ENANCIB, pp. 01-21.

VARGAS, M; MOURA, C. 2015. **Jardins Botânicos e Pontos de Memória: um encontro interdisciplinar na perspectiva museológica**. In: 2º Seminário Brasileiro de Museologia, Recife.

VARINE, Hugues. 1987. **O Tempo Social**. Rio de Janeiro: Livaria Eça Editora.

_____. 2009. **O museu comunitário é herético?**. Coletânea de Artigos, Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.abremc.com.br/artigos1.asp?id=7> >. Acesso em: 15 nov. 2009

_____. 2014. **Entrevista de Hugues de Varine concedida a Mario Chagas**. In: Cadernos do CEOM, Ano 27, n. 41, Museologia social, p. 240-248.

VELHO, G. 2012 [1947]. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social**. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. 2013 [1945]. Observando o familiar. In: Velho, G. Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **O nativo relativo**. *Mana* 8(1). pp:113-148. 2002.

Sites Visitados

Blog da Helena Quadros

< <http://helenaquadros.blogspot.com.br/> > Acesso em Dezembro de 2015

Museu da Maré

< <http://www.museudamare.org.br/joomla/> > Acesso em Janeiro de 2016

Portal do Ibram

< <http://www.museus.gov.br/> > Acesso em Janeiro de 2016

Portal do Museu Paraense Emilio Goeldi

< <http://www.museu-goeldi.br/portal/> > Acesso em Dezembro de 2015